

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Allef Gustavo Silva dos Santos

A MORTE ESCULPIDA E RITUALIZADA: história social da morte em São Luís na
segunda metade do século XIX (1850-1870)

SÃO LUÍS-MA

2024

ALLEF GUSTAVO SILVA DOS SANTOS

A MORTE ESCULPIDA E RITUALIZADA: história social da morte em São Luís na
segunda metade do século XIX (1850-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História do Centro de Ciências
Humanas da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para a obtenção de
Grau de Mestre em História.

SÃO LUÍS-MA

2024

ALLEF GUSTAVO SILVA DOS SANTOS

**A MORTE ESCULPIDA E RITUALIZADA: história social da morte em São Luís na
segunda metade do século XIX (1850-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de Grau de Mestre em História.

Aprovação em: 03/10/2024

**COMISSÃO
EXAMINADORA**

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro
Orientar Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer
Examinadora Interna Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr^a. Antonia Valteria Melo Alvarenga
Examinadora Externa Universidade Estadual do Maranhão

Silva dos Santos, Allef Gustavo.

A MORTE ESCULPIDA E RITUALIZADA : história Social da Morte em São Luís na segunda metade do século XIX 1850- 1870 / Allef Gustavo Silva dos Santos. - 2024.

89 p.

Orientador(a): Alexandre Guida Navarro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Cemitérios. 2. Medicalização. 3. Morte. 4. Representações. 5. Sociedade. I. Guida Navarro, Alexandre. II. Título.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo fomento à pesquisa que deu origem a esta dissertação. Agradeço a Universidade Federal do Maranhão-UFMA e ao Programa de Pós-Graduação em História-PPGHis, pela acolhida, e disposição em me auxiliar nas necessidades necessárias. Uma instituição que passei a admirar bastante.

Agradeço a meu orientador, Alexandre Guida Navarro, pela paciência e dedicação com a qual me orientou e me encaminhou até a conclusão do trabalho. Agradeço ao Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, na pessoa de dona Vilma, diretora da instituição, pela acolhida a um estudante e pesquisador de mestrado interessado nos arquivos históricos como um Sherlock Holmes em meio a uma investigação instigante.

Da mesma forma agradeço a Christopherson, do arquivo do tribunal de Justiça do Maranhão pela condução cordial e empenho em me apresentar os testamentos e demais documentos de interesse da pesquisa que estão sob a guarda da instituição.

Agradeço a Hugo, amigo que fiz na biblioteca do Tribunal de Justiça, o qual me apresentou uma grande coleção de livros onde se encontram as compilações de testamentos dos séculos XVII ao XIX. Agradeço a professora Marcia Regina Ferreira Santos, professora, amiga, que esteve ao meu lado desde o dia em que decidi vir para São Luís fazer o mestrado. Por fim, agradeço a minha família pela compreensão. Nem sempre é fácil manter-se longe do lugar onde você nasceu e viveu por quase um terço de sua vida.

"A
história é o registro do que o ser humano fez de si mesmo."

Jacob Burckhar

RESUMO

As discussões que ora são tecidas neste trabalho, têm por finalidade investigar o processo histórico de secularização da morte na sociedade ludovicense da segunda metade do século XIX (1850 a 1870). Nossa problemática se baseia na percepção de que os costumes relacionados a morte se transformaram ao longo do tempo, estabelecendo uma possibilidade de historicidade do processo. Na São Luís oitocentista encontramos as permanências relacionadas à morte e ao morrer e o desenvolvimento encontramos da secularização dos costumes em torno do morrer, com o estabelecimento de novas práticas que coexistem com o passado num rearranjo subliminar. Propomos investigar a secularização da morte através das representações sociais instituídas pelos ludovicenses, pontuando a relação dos agentes sociais, do Estado e da Igreja. Nossas fontes teóricas vão desde medievalistas como, Le Goff (1990); Catroga (1999); Ariès (2012); Vovelle (2010); Schimidt (2023) à autores nacionais que se debruçaram a respeito da história da morte, sendo eles João José Reis (1991); Claudia Rodrigues (1997 e 2005); Renato Cymbalista (2006) e Agostinho Coe (2007 e 2013). O trabalho se divide em três capítulos, cujo primeiro compõe uma revisão bibliográfica e teórica sistematizada para comportar o objetivo geral e os objetivos específicos. No segundo capítulo mergulhamos na primeira parte da investigação, que trata da medicalização social e as influências no cotidiano ludovicense, sobretudo relacionado à morte. No terceiro capítulo abordamos de forma mais detalhada o aspecto social das representações coletivas diante da morte na São Luís oitocentista.

Palavras-chave: Cemitérios; Medicalização; Morte; Representações; Sociedade.

ABSTRACT

The discussions presented in this work aim to investigate the historical process of secularization of death in the society of São Luís during the second half of the 19th century (1850 to 1870). Our research problem is based on the perception that customs related to death have transformed over time, establishing a historical perspective on this process. In 19th-century São Luís, we find both continuities related to death and dying, as well as the development of the secularization of customs surrounding death, with the establishment of new practices that coexist with the past in a subliminal rearrangement. We propose to investigate the secularization of death through the social representations instituted by the people of São Luís, highlighting the relationship between social agents, the State, and the Church. Our theoretical sources range from medievalists such as Le Goff (1990), Catroga (1999), Ariès (2012), Vovelle (2010), and Schmidt (2023) to national authors who have focused on the history of death, including João José Reis (1991), Claudia Rodrigues (1997 and 2005), Renato Cymbalista (2006), and Agostinho Coe (2007 and 2013). The work is divided into three chapters. The first provides a systematic literature and theoretical review to support the general and specific objectives. In the second chapter, we delve into the first part of the investigation, which deals with social medicalization and its influences on everyday life in São Luís, particularly in relation to death. In the third chapter, we address in more detail the social aspect of collective representations of death in 19th-century São Luís.

Keywords: Cemeteries; Death; Medicalization; Representations; Society.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Altar-mor da Catedral de Ávila na Espanha. Exibe um retábulo com as passagens das fases mais importantes da vida de Jesus até a crucificação.....	23
Figura 2: Laíde funerária na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, São Luís-MA.....	26
Figura 3: Parede com depósitos ossuários na capela anexa entre as igrejas do Senhor Bom Jesus dos Passos e Santo Antônio em São Luís.....	38
Figura 4: Lápides tumulares niveladas ao chão na capela anexa entre as igrejas do Senhor Bom Jesus dos Passos e Santo Antônio.....	39
Figura 5: Vista da rua central do cemitério do Gavião. Imagem atual.....	40
Figura 6: Anúncio sobre serviço de armação. Almanak Administrativo da Província do Maranhão, 1858.....	50
Figura 7: Anúncio sobre serviço de armação. Almanak Administrativo da Província do Maranhão, 1858.....	50
Figura 8: Noticiário: Falecimentos. Diário do Maranhão. 1874, nº461, p.02.	51
Figura 9: Tabela de preços das sepulturas no cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, ano de 1855.....	53
Figura 10: Manual. Publicador Maranhense. 1847, nº457, p.02.....	55
Figura 11: Vendas. Publicador Maranhense. 1847, nº457, p.04.....	56
Figura 12: Estatística de causa mortis em São Luís no ano de 1855. Diário do Maranhão.	57
Figura 13: Comparativo de mortes entre 1855 e 1858.....	58
Figura 14: Dados estatísticos de mortos por local de sepultamento em 1855.....	62
Figura 15: Dados estatísticos de mortes por local de sepultamento em 1855. Condição social e status.....	63
Figura 16: Mortes por faixa-etária em 1858.....	64

Figura 17: Locais de falecimento pelos obituários do Jornal O Globo de 1855.....	65
Figura 18: Cadáveres encontrados.....	65
Figura 19: Publicações Geraes: Falecimentos. O Paiz . 1863, nº57, p.02.....	66
Figura 20: Noticiário: Falecimentos. Diário do Maranhão . 1875, nº461, p.02.....	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Relação de amostragem dos testamentos dos brancos de 1859.....	79
Tabela 2: Amostragem dos testamentos dos forros 1851 a 1866.....	80
Tabela 3: Registros de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria de 1850.....	87
Tabela 4: Discriminação dos tipos de hábitos comuns nos registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1850 a 1860.....	88
Tabela 5: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de nossa Senhora da Vitória.....	88
Tabela 6: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de nossa Senhora da Vitória.....	89
Tabela 7: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de nossa Senhora da Vitória.....	89
Tabela 8: Principais causas de Morte entre 1850 e 1860 em São Luís. óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória.....	89
Tabela 9: Registros de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1855.....	90
Tabela 10: Registros de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1855. Continuação da tabela anterior.....	91
Tabela 11: Relação de óbitos x local de sepultamento.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 HISTORIOGRAFIA DA MORTE E DOS LUGARES DOS MORTOS NA SOCIEDADE OCIDENTAL	19
1.1 REPRESENTAÇÕES DA MORTE E DO ALÉM.....	19
1.2 EM BUSCA DA SECULARIZAÇÃO	26
1.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA: A cidade de São Luís	34
2 NECROLOGIA LUDOVICENSE: a fonte problematizada e o cadáver, para onde vai?	41
2.1 UM SILÊNCIO SEPULCRAL	43
2.2 NOSOLOGIA: o corpo social embalsamado.....	53
3 “DA CASA-SEPULTURA”: as representações sociais diante da morte em São Luís na segunda metade do século XIX (Os registros de óbito e os testamentos)	69
3.1 DINÂMICA SOCIAL NA ARTE DE TESTAR	72
3.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DIANTE DA MORTE EM SÃO LUÍS: um estudo dos registros de óbito da freguesia de Nossa Senhora da Vitória	81
3.2.1 Trabalhando a fonte	84
CONCLUSÕES.....	94
REFERÊNCIA.....	97
FONTES	100

INTRODUÇÃO

O debate sobre as mentalidades, capitaneado pelos historiadores representantes da “nova história”, entre eles medievalistas conceituados como Huizinga¹, Le Goff², Ariès³, Volvelle⁴, e outros, estimulou o aparecimento, cada vez mais forte, de produções bibliográficas que tem o imaginário⁵ social como plano de fundo. Nessa conjuntura, nem precisamos lembrar que os objetos da historiografia passavam igualmente por transformações e “alargamentos”. Entre os novos objetos, compreendidos pelo campo do imaginário, temos a morte enquanto fator social.

Contudo, o campo da história da morte deixou sua fronteira teórica com os grandes autores e passou a acampar ao lado das histórias regionais, desenvolvendo de maneira dinâmica uma compreensão local da história social, religiosa e cultural dos agentes históricos singulares e coletivos. Teses e dissertações sobre as transformações dos cemitérios, do culto civil aos mortos, de soldados enterrados em valas coletivas, da maneira como morriam os escravizados e seu sincretismo entorno dos rituais fúnebres, assim como, o poder de representação da morte cristã católica e o papel que exerceu no Brasil, fosse colonial, Reino Unido ou Império do Brasil.

O problema do abandono da teria é que, nossos historiadores incorporaram os métodos da pesquisa historiográfica já estabelecidos a outros campos, sem buscar uma análise teórico-crítica em cima de suas descobertas. Para tornar mais precisa esta afirmação, nossos mais proeminentes pesquisadores do campo da morte no Brasil tendem a não estabelecer correlações entre fenômenos

¹HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. Trad. Francis Petra Janssem. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Vovvelle chega a expressar na página 15 do seu Famoso *Ideologias e mentalidades*, que a obra de Huizinga “é incontestavelmente a fundadora dessa nova abordagem histórica”. VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.15.

²LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

³ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

⁴VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁵“Imaginário é uma palavra que desde as últimas décadas do século XX invadiu a produção da História no mundo ocidental. Intrinsecamente envolvido com a chamada Nova História francesa e com a produção de uma História das Mentalidades, seu estudo, no entanto, ultrapassa as fronteiras da História, atingindo a Antropologia e a Filosofia. Imaginário significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual: as ideias sobre a morte, sobre o futuro, sobre o corpo”.SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de Conceitos Históricos**. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva (ores). 2ª Ed. São Paulo: Contexto 2009, p.213-214.

distintos e coexistências dos mesmos fenômenos em tempos e espaços iguais, sem com isso denotar o que é um e o que é outro, ou mesmo quando um nasce e outro passa a ser assimilado.

Nossa pesquisa, tenta encontrar no fenômeno da “secularização da morte” as marcas de distinção que surgem no Brasil oitocentista, sobretudo no segundo quartel, das influências sociais civis, sejam elas políticas ou de entidades coletivas e do próprio Estado, que terminarão por separar ou transformar a morte cristã católica em um elemento secular que terá a religiosidade como plano de fundo. Secularização se definiria em nossa pesquisa pelo declínio do sagrado em relação aos novos preceitos modernos que norteariam a civilização Ocidental e ele tem suas raízes no racionalismo Iluminista. Reorganização do estado, das ideias, da cultura, da sociedade e dos costumes.

Desde a década de 1970, quando Philippe Ariès (1975) publicou o seu “*História da morte no Ocidente*”, cujo recorte temporal partia da Idade Média a contemporaneidade, demais pesquisadores resolveram evidenciar as histórias locais partindo do “sistema de morte”. Em curto período, Jacques Le Goff e Pierre Nora lançam a trilogia *História: novos objetos*, *História: novos problemas* e *História: novas abordagens*⁶, aludindo a perspectiva sintomática das novas linhas de concentração da historiografia contemporânea.

A obra de Philippe Ariès (2012), ainda que passível de críticas sobre o aspecto romântico conferido a morte medieval, pode ser considerada um marco para o surgimento de escritas nacionais sobre a morte em diferentes períodos. O professor explicou a separação constante entre vivos e mortos, como parte de um processo empreendido pela cultura moderna, que teve seu ápice na França iluminista do século XVIII.

Porém, enquanto construção social histórica concebeu a morte através do sistema de “representação do homem” diante dela, cristã católica sobretudo. A percepção religiosa da morte teria se massificado ainda durante a Idade Média que, para além das reverberações simbólicas e sociais, teria deixado suas marcas na *urbe* através dos cemitérios que praticamente “engoliam” os bairros e as igrejas cemiteriais, essas últimas, ambientes resguardados a sociedade católica aristocrata nas quais se conseguiam, por quantias generosas, descanso eterno próximo aos anjos e santos, constituindo o que podemos caracterizar como “corte celeste”, arquétipo de uma sociedade

⁶ Publicados no Brasil em 1976, 1995 e 1998 respectivamente.

enraizada nos preceitos feudo-monárquicos. Surge um sistema de interpretação social baseado na morte.

Neste sistema, aspectos como: cultura, imaginário, representação e até revoltas sociais⁷ potencializam explicações historiográficas para o desenvolvimento da história humana em fases distintas e, por meio dos quais, podemos descrever períodos temporais, suas rupturas, continuidades e realizações. Neste sentido, as mentalidades constituem campo vasto ainda por ser desvelado na historiografia.

O exemplo do estudo das imagens do purgatório, empreendido por Vovelle⁸, em que comparou os retábulos que continham essas imagens de acordo com a localidades nas quais estavam inseridos, de forma seriada em quadros específicos, entre as igrejas Ibéricas e do norte da Europa, é característico do ramo da história das mentalidades que vem se debruçando nos elementos de representação na *longue durée*⁹. A pesquisa teve por finalidade encontrar a transição da representação da concepção imagética do além religioso ao além mais secular, com elementos humanos atuando na salvação das almas. O processo pode ser mais bem compreendido no fenômeno da “secularização” do imaginário religioso, sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

Em Portugal, a secularização, atitudes e representações formam a tríade de uma análise sistemática do volume documental, com vistas a exemplificar o processo de transição do sistema de morte, social e culturalmente concebido (Araujo, 1997, p.52)¹⁰. As relações imaginário-morte, podem ser compreendidas com base nos pontos materiais, textuais ou não, que possibilitam caracterizar a morte enquanto teia de representações metafísicas e secularizadas em dados contextos temporais. Desta forma, o morrer na sociedade lisboeta nos séculos XVII e XVIII difere do XIX, e assim por diante. Faltava caracterizar as representações fúnebres do outro lado do Atlântico, e para, além disso, explicar as particularidades do mesmo e seu lugar na “civilização” Ocidental.

No Brasil do XIX, o sistema de representação conferido pelos ritos fúnebres e seu profundo enraizamento social, levou João José Reis a compreender as condições históricas que

⁷ Cemiterada em Salvador-BA no século XIX.

⁸VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁹Termo francês que significa “longa duração”. Foi utilizado por Fernand Braudel em sua tese de doutorado que viria a se tornar uma obra clássica: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*.

¹⁰ ARAUJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700 – 1830)**. 1997. Acesso em: <https://hdl.handle.net/10316/47432>. Acessado em: 25/03/2024.

desencadearam a revolta denominada *cemiterada* na Salvador oitocentista enquanto resistência social¹¹. Como plano de fundo, o autor buscou caracterizar a realidade vivida no período que antecede o levante em 1836. A cultura fúnebre estava profundamente envolta em sistemas de representação católica barroca, margeada pelo sincretismo e rituais de origem africana, em torno dos quais a sociedade e grupos minoritários se organizavam e se identificavam. As desigualdades parecem estar sublevadas pelos símbolos que organizam o sistema.

Com efeito, o choque provocado entre as práticas de sepultamento e a necessidade de organização cidadina, teria evidenciado a ruptura entre o que era cultura antiga e a modernidade nascente, produzindo resistência social ao processo de desagregação das práticas fúnebres correntes até aquele período. Outra característica se impõe. As relações de influências mútuas entre sociedade, cultura, religiosidade e instituições desenvolvem o que chamamos de “secularização da morte”¹², algo próximo de uma passagem do sistema de representação metafísica do além para a condição histórica do indivíduo como peça fundamental.

Contudo, a condição histórica de como se deve morrer, além de estar relacionada aos elementos citados anteriormente, sofreu interferência do processo histórico já em meados dos séculos XVI e XV, através dos eventos das grandes navegações, descobrimentos, acúmulo material, movimentação de povos e ideias, fatores que caracterizaram o nascimento da modernidade¹³ e o abalo das antigas estruturas sociais constituídas e instituídas na Idade Média. Nesse contexto, as elites promovem as mudanças necessárias do que consideram “incivilizado”, delegando cada vez menos espaço às práticas de sepultamento consideradas “arcaicas”. Os lugares dos mortos nas

¹¹ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹² Para Claudia Rodrigues “o processo de secularização compreenderia, por um lado, o fato de não ser mais a Igreja (enquanto institucionalização da religião) que estruturaria o espaço sociocultural, não detendo mais hegemonia sobre a sociedade [...]”, assim como “de emancipação cultural das diversas áreas da vida humana frente à tutela religiosa (eclesiástica)”. Sobre as atitudes, a autora salienta que a “secularização aponta para uma concepção mais abrangente das transformações..., que inclui tanto a face laicista da busca de autonomia do poder civil frente ao eclesiástico, como a alteração de longo alcance das práticas de representações diante da morte”. RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.246 e 247.

¹³“Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, como afirma Jacques Le Goff, modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. Segundo Sergio Paulo Rouanet, a racionalização econômica levou o Ocidente a dissolver as formas feudais e pré-capitalistas de produção e a elaborar uma mentalidade empresarial fundamentada no cálculo, na previsão, nas técnicas racionais de contabilidade e de administração e na forma de trabalho livre assalariado. Enfim, a racionalização econômica se materializa no Capitalismo, desde o século XVIII até nossos dias”. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de Conceitos Históricos**. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva (ores). 2ª Ed. São Paulo: Contexto 2009, p.297-298.

idades dos vivos tornam-se objeto de desagravo mais tarde no Brasil, entre a primeira e segunda metade do XIX.

Nesta fase, a pedagogia da morte, instituída e massificada pelas classes eclesiásticas, que legou a sociedade um aparato de imagens e símbolos através dos quais o indivíduo se representaria, em dois momentos distintos e com características peculiares, começa a ser esquecida ou deixada de lado.

O jacente poderia se revestir dos paramentos religiosos, para conduzir seu funeral, em alguns casos, ou ser devidamente encomendado na “forma do ritual romano”¹⁴, como preconizava a reforma tridentina. Em outra fase, as lápides tumulares, bem como, o espaço de descanso, seriam igualmente marcados pelas imagens, motivo de distinção social e de grupo, aspecto sustentado na pesquisa da professora Tânia Lima¹⁵ realizada nos cemitérios da Venerável ordem dos mimos de São Francisco de Paula (Catumbi) e São João Batista, o primeiro compondo o espectro religioso e o segundo compondo o secular.

Sistematizando as imagens encontradas em ambos, a pesquisadora pôde exemplificar o processo de secularização dos espaços cemiteriais e a instituição da burguesia na cidade do Rio de Janeiro, amostra fortuita da capacidade que as imagens fúnebres têm de caracterizar o quadro social, algo possivelmente devido seu papel fundamental de representação, seja individual ou coletivo, das sociedades. Por conseguinte, a autora percebeu que o sistema de representação das elites imperiais, sepultadas no cemitério do Catumbi, diferia das elites burguesas republicanas do cemitério São João Batista. O tema macabro era largamente difundido entre a primeira classe e as representações de santos e cruzeiros, eram comuns nos túmulos da segunda classe¹⁶.

Em São Luís, por volta de 1850 a 1860, os discursos fúnebres publicados em periódicos jornalísticos, representava o peso da memória civil do indivíduo. As condições higiênicas impediam

¹⁴Encontramos a expressão nos registros de óbito dos séculos XVIII e XIX, mas é possível que fosse empregada em séculos anteriores, pois está ligada ao processo de uniformização dos rituais da Igreja no pós-reforma protestante, sobretudo, através da reafirmação dos dogmas católicos pelo concílio de Trento, ocorrido no século XVI.

¹⁵LIMA, Tania Andrade. De morcegos a caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidades e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista. São Paulo**, v.2, jan./dez, 1994, p.87-150.

¹⁶As imagens que os vivos fazem da morte, de acordo com o estudo da autora, tem estreita ligação com a condição socioeconômica, ideológica e podem ser evidenciadas no tempo histórico.

a massificação da pompa religiosa, o que dava lugar a um novo sistema de representação social diante da morte, que temos por melhor termo de “igualitarismo secular”.

Isto posto, justificamos ser possível investigar, analisar e exemplificar o processo de secularização da morte através dos testamentos oitocentistas da cidade de São Luís-MA, entre as décadas de 1850 e 1870, sob bases da metodologia seriada de fontes documentais manuscritas, e prosopografia¹⁷ da sociedade no século XIX.

No capítulo 1 “Historiografia da morte e dos lugares dos mortos na sociedade Ocidental”, tentamos reconstituir a história do lugar “cemitério” através da história medieval e moderna das gentes e dos agentes que transformaram o lugar num bem em disputa no século XIX entre religiosos, Estado e ciência.

A “necrologia ludovicense”, capítulo 2, reúne de forma breve os principais pontos pelos quais se deve construir a história social da morte em São Luís na segunda metade do século XIX. Neste capítulo buscamos dar um tom correlacional as várias histórias regionais da morte no Brasil que vem sendo desenvolvidas desde as décadas finais do século XX, sem contrariar a perspectiva de que São Luís tem singularidades a oferecer aos estudos fúnebres. Nossas principais fontes nesse capítulo são os jornais e documentos da presidência da Província.

No capítulo 3, “as representações sociais diante da morte em São Luís na segunda metade do século XIX (Os registros testamentários)”, analisamos mais de perto as principais fontes com as quais trabalhamos, os testamentos e registros de óbito. Pudemos notar como as representações sociais são a tal modo coletivas, pois que, o social condiciona as consciências individuais a tal ponto que nos óbitos o contraste das vestimentas e do acompanhamento ao cemitério se transforma em ato coletivo e representativo. O mesmo se verifica nos testamentos, com a diferença que este se torna documento jurídico única e exclusivamente.

¹⁷ Metodologia da reconstituição social a partir da narrativa historiográfica baseada em dados coletados nas fontes com as quais o pesquisador decidiu trabalhar em sua investigação.

1 HISTORIOGRAFIA DA MORTE E DOS LUGARES DOS MORTOS NA SOCIEDADE OCIDENTAL

Este capítulo inicial pretende abordar as discussões historiográficas que colocaram em evidência a história das mentalidades, hoje denominada de *imaginário social*, e os novos objetos advindos de campos ainda não explorados até o início do século XX, entre eles a morte como fator social.

1.1 REPRESENTAÇÕES DA MORTE E DO ALÉM

As imagens da morte e do além permeiam as sociedades orientais e ocidentais. Na cultura Hindu, o alcance da plenitude, através da meditação, pode ser considerada uma maneira de conciliar a vida e a morte, na qual se representa a última de forma pacífica e amiga¹⁸.

Outra vertente desta crença sugere que a alma tome o caminho das sete existências, que podem ser compreendidas enquanto sete fases purgatórias, até alcançar a plenitude. Nestas passagens, fogo, frio, sofrimento, entre outros, são elementos constituintes da imagem complexa que os vivos vão tecendo a respeito do além, para os indianos chamado *Naraka*. Outro aspecto cultural sobre a morte, que chama a atenção na sociedade hindu, é o costume de depositarem, anualmente, oferendas no Ganges, em respeito aos mortos, chegando inclusive a colocar o cadáver que perfaz sua última viagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos:

Assim, muitas oferendas deviam ser reunidas nessa ocasião e incluir alimento, água, utensílios, roupas, perfumes, pra-sóis, sandálias, uma cama e uma vaca. Tudo era oferecido em respeito ao morto – ao pai, mãe, avós e bisavós, paternos e maternos [...] tais cerimônias culminavam ao final de um ano quando, segundo a crença, o morto alcançou a Morada dos Patriarcas. Esse último rito é realizado de preferência às margens do Ganges [...]¹⁹

De acordo com Jacques Le Goff, o fogo purgatório, introduzido na imagem que o Ocidente elaborou sobre seu caminho intermediário, teria a mesma função desempenhada no além védico. A função do fogo seria exatamente a de “queimar” os pecados, para que a alma tivesse passagem livre, limpa das

¹⁸ É importante ressaltar que o complexo social que envolve a morte na Índia, que estamos apresentando, tem seu desenvolvimento em duas fases: no período Védico e no Bramânico, sendo o primeiro caracterizado pela instalação dos povos indo-europeus ou indo-arianos na região, trazendo consigo suas crenças e ritos documentados nos vedas, conjunto de hinos ritualísticos. (FONTE)

¹⁹ O morrer e a morte na Índia antiga. In: **Teias sobre o sânscrito: um estudo da consciência linguística na Índia Antiga**. 1988, p.280.

impurezas, rejuvenescida e purgada²⁰. O fogo desempenharia papel profilático. Sintetizando os caminhos do justo no além, Le Goff explica que:

Na antiga Índia, no fim dos tempos védicos quando aparecem os primeiros Upanixades (século VI a.C), os mortos têm três vias a sua frente, conforme seu mérito, mas sem que haja julgamento. A entrada numa destas vias faz-se através do fogo, pois os mortos são queimados na pira. Os justos passam “das chamas para o dia, do dia para a quinzena luminosa (do mês lunar), da quinzena luminosa para os seis meses do ano em que o Sol sobe, desses meses para o mundo dos deuses, do mundo dos deuses para o Sol, do Sol para o mundo do resplendor²¹.

No Egito antigo, por exemplo, Anúbis, deus antropomorfo, metade homem e metade chacal, era considerado o guardião dos mortos e quem os acompanhava em sua jornada rumo ao *Duat*²². Dentre as histórias sobre a jornada, contasse que o deus levava a alma até *Maat*²³, que pesava o coração do morto em uma balança, colocando na bandeja oposta uma pena. Se a balança ficasse em equilíbrio a alma poderia ir para o paraíso ou até mesmo retornar ao próprio corpo, mas, se ocorresse o contrário, a alma seria devorada por um demônio.

A “geografia do além” egípcio impressionou o historiador Jacques Le Goff em sua dimensão e sofisticação. A presença dos elementos comuns, anteriormente citados, era preservada e delimitada por pântanos lamacentos, lagos de fogo, muralhas e pórticos. Para Le Goff “a geografia imaginária do além egípcio foi tão longe que, em alguns sarcófagos foram encontradas cartas do outro mundo”²⁴.

Os gregos, para os quais mitologia e história se confundiam, a morte, além de dois desuses próprios, tinha ainda o deus guardião do submundo, cujo nome remete ao do próprio espaço de domínio, *Hades*²⁵, *Tanatos*, *Hipnos*, morte e sono, são os deuses responsáveis pelo descanso dos mortos na sociedade grega. Algo sugestivo, e que ajuda a entender como a morte parecia aos gregos,

²⁰ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Editora Estampa, 1995, p.21-24.

Na mesma linha ressalta Vovelle que “Para os cristãos não inteiramente bons” – a grande maioria - impõe-se uma purificação necessária que São Paulo Havia prescrito pelo fogo”. VOVELLE, Michel de. **As almas do purgatório, ou o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.26 e 27.

²¹ *Ibd.*, p.36

²² Algo semelhante ao inferno para os cristãos ocidentais. Os egípcios ainda derivam o termo em: Tuat; Tuaut e Neter-Khertet.

²³ Deusa da justiça.

²⁴ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Editora Estampa, 1995, p.37.

²⁵ *Ibd.*, p.40.

é a ideia de “esquecimento e heroísmo”, caracterizados historicamente pelas memórias que os historiadores locais fizeram dos ilustres e de personagens mitológicos.

Durante a idade Média, se popularizaram visões dos mortos e do além. Entre as visões que mais se destacam podemos citar as de Dante Alighieri²⁶, que popularizou um tipo de literatura que mais tarde ficaria conhecida como “literatura fantástica”.

A descida do franciscano ao purgatório esteve carregada de imagens que impressionam até os dias atuais. Pântanos de sangue, castigos dos mais incomuns, mas que remetem a uma predisposição condenatória religiosa aos sete pecados capitais. Segundo Adriana Zierer e Bianca²⁷ Messias, as visões de Dante sobre o além, foram influenciados pelas visões de Túndal. Para a época, acreditava-se que de fato um ser humano pudesse realizar a viagem além túmulo. As visões de Túndalo e Dante se diferem no estado em que as receberam. Para o franciscano era um sofrimento do pensamento, enquanto o cavaleiro as experimentava em seu estado físico (ZIERES e MESSIAS, 2023, p.12).

Os nórdicos europeus dos séculos das incursões “bárbaras” ao império romano, compartilhavam a ideia de uma morte heroica, seguida de um encontro com os grandes guerreiros em um banquete no *Walhalla*²⁸. Para os “fracos” e “covardes”, o esquecimento em um frio castigante, pois seu inferno, ao contrário dos que viemos descrevendo até agora, era gelado.

Contudo, este mar de representações do além, com suas descrições peculiares e seus pilares culturais, lega para o ocidente elementos dos quais se servirá para formular seu lugar intermediário entre Céu e Inferno. Os ocidentais operam de maneira particular na separação, pois nem tudo habita o mesmo lugar. Céu e Inferno não são o mesmo espaço e estão distantes um do

²⁶ “Um dos maiores poetas da Idade Média. Dante passou alguns anos adaptando romances occitânicos a uma forma que fosse mais do agrado do crescente público burguês de Florença, reduzindo elementos românticos para realçar a essência básica do amor. Isso complementou o seu próprio sentimento por Beatriz, o amor de infância que inspirou seus poemas. Sua morte, em 1290, foi um terrível golpe para Dante, que produziu *La Vita Nuova*, uma obra hagiográfica de adoração, em memória de Beatriz [...] foi nesse cenário que a *Divina Comédia* adquiriu forma, no decorrer de um período de 15 anos. Ela consiste em três seções principais: *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso*. A obra é um quebra-cabeças para eruditos, combinando uma alegoria que provoca o leitor, com um realismo áspero que envolve personagens florentinas e figuras históricas hoje esquecidas. Esses elementos estão reunidos pela intrincada simetria do poema. É uma narrativa coesa sobre a ascensão do homem das trevas até Deus. Um comentador recente destaca Dante como um “gênio isolado por sua originalidade”, mas foi um gênio admirado pelas gerações futuras em sua forma suprema na *Divina Comédia*”. Henry R. Loyn. **Dicionário da Idade Média**. Henry R. Loyn (org). Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.363-365.

²⁷ ZIERER, Adriana MESSIAS, Bianca Trindade. As imagens do Inferno na visão de Túndalo. In: **Culturas do medievo**. SILVA, André Costa Aciole da; CARVALHO, Diego A. Moraes. (Org). Goiânia: Editora IFG, 2023, p.11-28.

²⁸ O paraíso guerreiro dos vikings.

outro, nesse meio, os mortos aguardam ir para um lugar ou outro. Seria necessário construir a geografia do espaço intermediário.

Jacque Le Goff situa o nascimento do Purgatório por volta do século XII, na esteira dos debates teológicos e exegéticos da escolástica, mas chama o que chama a atenção é a recepção social, como se a cultura popular estivesse predisposta a conceber um além tripartido e bem delimitado.

A sociedade já dispunha de um arsenal “imagético” ancorado no seio da cultura popular considerada, contudo, pagã. As imagens do Purgatório serão agora difundidas e rememoradas em sermões dos padres nas igrejas e em momentos oportunos como dias santos e mais tarde no dia de finados. Vovelle (2010), observará, mais tarde, que a cultura e influência das sociedades e ordens mendicantes promoverão a inserção de elementos humanos nesta geografia. Humanos como auxiliares, não apenas como principais alvos dos castigos ali impostos, algo que não se apresentava antes dos séculos XII e XIII²⁹.

Os retábulos³⁰ surgem como expressão artística efervescente nesse período. Com base nestes artefatos, Michel de Vovelle (2010) defendeu que a geografia do Purgatório era histórica, social e culturalmente moldada³¹. A diferença entre os elementos pertencentes ao purgatório ibérico, da Europa central, dos países baixos e da Europa Protestante, reflete o quanto o lugar intermediário se popularizou e desempenhou papéis diferentes em cada uma destas regiões, tornando-se parte integrante do imaginário social que circunda o além.

²⁹ VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.29.

³⁰ Estrutura de madeira, mármore ou material mais resistente, com imagens esculpidas, pintadas e adornadas, que fica por trás ou acima do altar das igrejas e nele se encerram um ou mais painéis. As representações mais frequentes são de: anjos, santos, purgatório, céu e inferno ou passagens importantes da vida da virgem e do próprio Cristo.

³¹ VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.130-131 e 308.

Na sociedade medieval, a cultura fúnebre cristã torna-se quase hegemônica. Conduzido pelo sacerdote, o ritual deve seguir os paramentos litúrgicos definidos pelas reuniões de debate teológico e doutrinário da Igreja, os concílios. Nessas reuniões, teses teológicas eram discutidas e tornadas lei ou dogma, por vezes exortação, até que se chegasse ao conhecimento do assunto com profundidade. Morrer e como morrer foi assunto debatido e disciplinado pelo clero em relação aos leigos.

O costume, considerado herético, de fazer oferta de comida aos mortos, herança da Roma antiga, perdurava durante os primeiros séculos da cristandade medieval, assim como, a realização privada das cerimônias fúnebres nas residências das famílias³². Como resposta, a Igreja passou a exercer o controle mais direto de tais práticas assumindo a função de condutora dos rituais, motivo pelo qual começamos a enxergar na história do processo de “domínio da morte” ou morte domada, como conceituou Ariès³³, a instituição da pedagogia da morte.

A pedagogia da morte consistia em fórmulas religiosas assimiladas pela sociedade, pelas quais se conduziam em relação a morte. A vida dos santos perfazia o modelo ideal no caminho do cristão até sua morte. Deveria haver um propósito para o qual viver e para o qual morrer, delegando a última o caráter mais essencialista e teológico da história do cristão. Nela, na morte, o clérigo, cavaleiro, nobre e leigo completava sua jornada e deveria, segundo a crença cristã do além, fazer uma espécie de ajuste de contas pelos pecados cometidos, motivo pelo qual o jacente começava a saldar a dívida ainda em vida deixando esmolas a Igreja, aos pobres, aos órfãos e mendigos. Mas não termina por aí. O funeral era uma das principais maneiras de começar o percurso para o além de forma “correta”.

Os ritos funerários consistiam em uma junção de aspectos materiais e teológicos, pelos quais, o defunto preconizava anunciar seu desejo de participar de uma nova “sociedade”, a dos mortos, não quaisquer mortos, os cristãos e com eles o céu³⁴. Para se fazer de maneira correta, além

³²De acordo com Fustel de Coulanges, os rituais fúnebres greco-romanos correspondem a uma longa história de crenças sobre a existência, vindo a se tornarem em ritos mais complexos em que “derramava-se vinho sobre o túmulo, para matar-lhe a sede; levavam-lhe alimentos, para saciar-lhe a fome”, e a própria ideia de “túmulo” viria a ser concebida como uma maneira de dar “descanso” ao defunto, correspondendo à crença na imortalidade da alma cujo reflexo social pode ser concebido através de uma espécie de “culto aos mortos”. COULANGES, Fustel de. Livro primeiro: Antigas Crenças (Cap. I. Crenças a respeito da alma e da morte; Cap. II. O culto dos Mortos). In: **A Cidade antiga**. COULANGES, Fustel de. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A, 1961. Versão digital 2006 em: www.ebooksbrasil.org, p.16-32.

³³ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.40.

³⁴A crença em um “paraíso” após a morte, como viemos ressaltando até aqui, encontra respaldo no imaginário e na religiosidade de diversas culturas, contudo, como preterimos estudar a morte ocidental através dos rituais católicos, observamos que os cristãos construíram seu sistema de morte baseando-se na esperança de alcançar “seu paraíso”

das fórmulas latinas³⁵, imprescindíveis no envio da alma ao outro mundo, a indumentária³⁶, o caixão³⁷, o cortejo e o lugar onde se enterrar³⁸ completavam esse complexo quadro que mais se assemelha a uma peça de teatro simbolizando a tragédia humana.

Durante os séculos, XIV e XV, no limiar da “modernidade”, surgem manuais ou aparelhos do bem morrer³⁹. Esses aparelhos, espécie de manuais pelos quais a aristocracia católica se conduzia no momento da morte, foram inspirados nos livros de horas dos monges, e não por acaso Petrúcio Pessoa⁴⁰ coloca os cluniacenses como precursores do processo de secularização da morte, por volta do século XII, através da inserção de leigos na participação de rituais religiosos, entre eles o ritual fúnebre, de maneira que, as representações da morte no Brasil dos oitocentos compreendem vários desses fatores históricos importantes na construção do que podemos chamar de “morte ibérica” ou “luso-brasileira”. Mais tarde, de acordo com Petrúcio Pessoa, os cistercienses, principais críticos das práticas de secularização da morte pelos monges, introduziram mudanças significativas e “alteraram as práticas fúnebres estabelecidas pelos cluniacenses em Portugal”⁴¹.

singular, o céu, e para tanto, alguns costumes foram estabelecidos, como o sepultamento no interior e no entorno das igrejas, conservando a regra de não se dar sepultura ao “infiel”.

³⁵Tais fórmulas se baseavam em orações no velório, seguindo-se então ao ritual de encomendação, que era comumente feito em latim. Em alguns casos, cujo defunto tivesse sido um ilustre, nobre ou membro do clero, o incenso dava ar de sacralidade no ritual ao lado da aspersão de água benta.

³⁶ Chamada de mortalha, este artigo recebia o nome de “hábito”, pois, consistia em vestimenta “habitual” das pessoas que as utilizavam e, para isso, as vestes características de ordens religiosas foram os modelos de onde se extraíram os conceitos para caracterizar a indumentária do defunto medieval e até os do século XIX.

³⁷ Caixão ou “esquife”, é o local onde o corpo fica depositado em exposição durante o velório até ser devidamente lacrado e levado ao túmulo. No século XIX, a prática de deixar o caixão aberto no velório vai ser considerada perigosa pelos códigos de postura por causa da ideia de que os odores pestilenciais, que se acreditava conterem doenças infectocontagiosas, eram um dos causadores de reiteradas epidemias, claro, isto aliado a outros fatores.

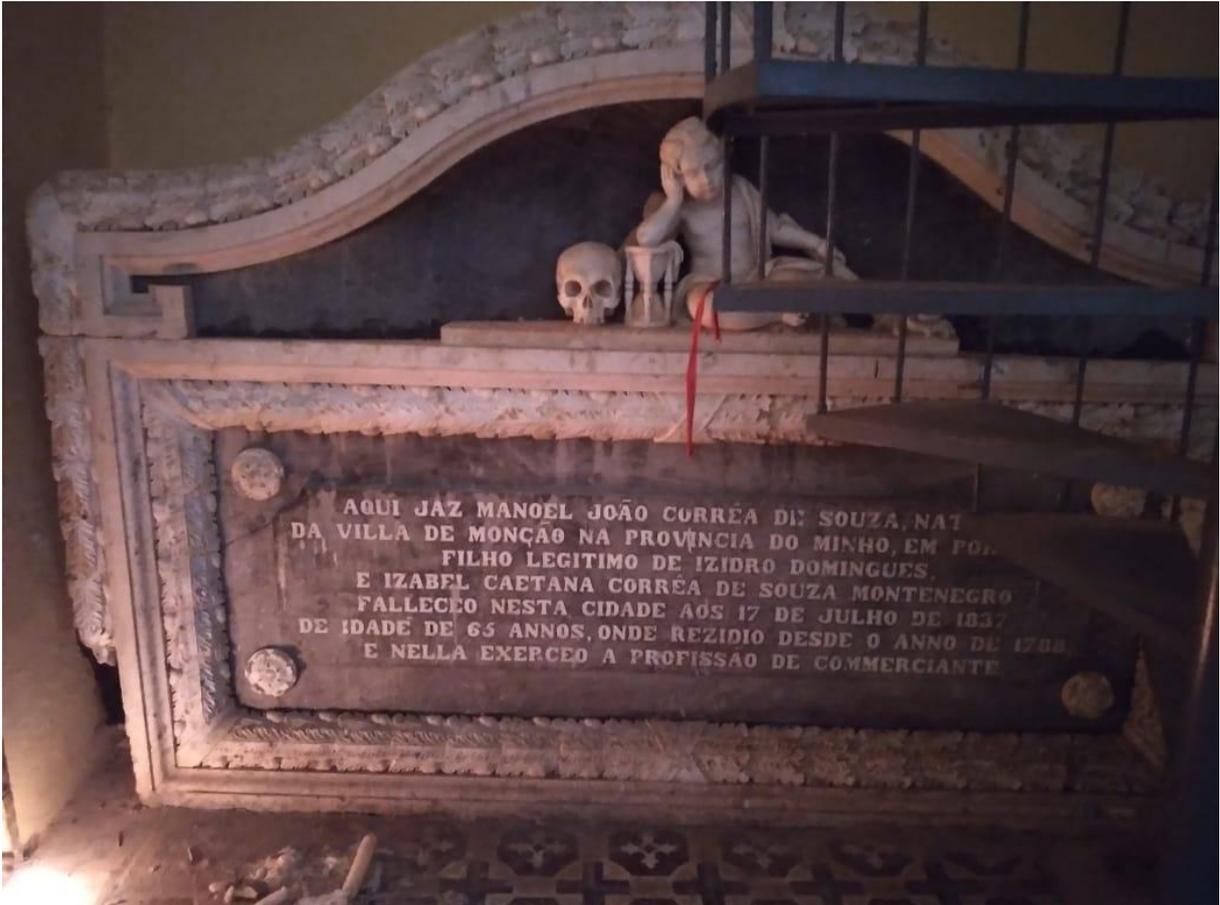
³⁸ Se na cidade antiga, para tomarmos de empréstimo o título de Coulanges, o sepultamento era feito fora da cidade ou até mesmo dentro da própria casa, na Idade Média e boa parte do XIX as igrejas e seus arredores eram os espaços oficiais, para não dizer “por excelência”.

³⁹Ou “pedagogia da boa morte”, eram maneiras de se preparar para a morte. De outra maneira, esperar pela morte e se prepara para ela caracterizava o que comumente os católicos passaram a chamar de “uma boa morte”. RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.40.

⁴⁰PESSOA, Petrucio L. A. - **Ubi corpus meum sepelire iubeo** : o culto dos mortos nos mosteiros cistercienses (1185-1367). Coimbra : [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado. Disponível na WWW em: <http://hdl.handle.net/10316/30877>, p.27.

⁴¹Ibid.

Figura 2: Láide funerária na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, São Luís-MA



FONTE: Arquivo do autor, 2022.

Acima, imagem de uma lápide, provavelmente de fins do século XVIII e início do XIX, localizada na Igreja de Nossa Senhora do Desterro em São Luís-MA. A lápide apresenta elementos que agregam a presença do auxílio humano, representado por um anjo em forma de criança, assim como, os elementos macabros que remetem a apreensão humana diante da morte: o tempo, representado pela ampulheta e a mortalidade do corpo, representada pela caveira.

1.2 EM BUSCA DA SECULARIZAÇÃO

Nossa hipótese, e consequente emprego do conceito de secularização na pesquisa, sugere que a necessidade de criação dos espaços dos mortos, descolados das igrejas, nasceram da fundamentação jurídico-social na lei imperial de 1828. A lei buscava uma nova organicidade municipal voltada para padrões racionais e liberais, então concebidos pelos ideais civilizacionais da revolução francesa. A lei veio como resultado da constituição do Império promulgada em 1824, e

preparava o caminho para a separação jurídica, observada mais tarde, entre o poder civil e eclesiástico no que tange a administração dos cemitérios públicos.

A análise, empreendida pela Professora Claudia Rodrigues (2005) no capítulo *A secularização do cemitério* (p.257 a 291), deixa claro que o debate legislativo em torno do afastamento jurídico, entre as incumbências públicas e eclesiásticas no quesito “cemitério”, vinham como resposta a interferência da Igreja no espaço “público dos mortos” e não como desencadeamento de um processo tardio, a saber que, inclusive os argumentos levantados trazem à tona a prática social, aparentemente normalizada, de sepultamentos fora dos padrões religiosos (p.258 a 259 e 259). Ademais, a discussão da lei de secularização dos cemitérios vinha para reaver um equívoco causado pela lei de 1828 (p.262), sendo muito mais um instrumento jurídico de reafirmação das atribuições do poder “público”.

Por fim, é necessário destacar que a história jurídica não é toda a História. De outro modo, a historiografia de costume cultural não pode se subjugar a análise do desenvolvimento da história jurídica, sob pena de confundir o desenvolvimento do objeto de estudo. Isso não significa que não possamos recorrer a esse ramo da historiografia para sustentar um argumento.

Os cemitérios, descolados das igrejas e/ou afastados das cidades, não são um fenômeno contemporâneo. Eles foram apenas reeditados aos moldes do Estado moderno e da racionalidade científica. Há relatos bíblicos⁴² da existência, em separado, dos locais dos mortos desde o período em que os judeus viviam em tendas como “nômade” e, no novo testamento, depois de ser retirado da cruz, Jesus é levado ao local de sepultamento dos judeus⁴³, dando a entender que a prática de inumação dos cadáveres se dava a certa distância da cidade.

Por outro lado, Fustel de Coulanges⁴⁴ demonstra o quão complexo era a teia de relações estabelecidas entre os vivos e os mortos através da cultura de cada povo. Havia o culto privado dos

⁴² Além do livro clássico, considerado nos estudos sobre a morte, Macabeus, temos os livros do Êxodo e Levíticos, sendo o primeiro uma protofundamentação das relações sociais do povo Judeu depois da saída do “cativeiro egípcio” e o segundo a consumação dessas relações através de um código bem elaborado de conduta. Todos esses livros falam da higiene e do tratamento para como os mortos, de seu próprio seio ou de fora e, inclusive animais.

⁴³ De acordo com o livro de São João, cap. 19, nos versículos 38-42 “Jesus fora crucificado, e no horto, um sepulcro novo, no qual ninguém ainda havia sido posto. Ali, pois, por causa da preparação da festa dos judeus e por aquele sepulcro estar perto, depositaram Jesus”. Acreditasse que seja o mesmo local onde foi construída a “Igreja do Santo Sepulcro”, localizada na parte antiga da cidade de Jerusalém.

⁴⁴ COULANGES, Fustel. Livro primeiro: antigas crenças. In: **A Cidade Antiga**. Trad. Frederico Ozanan Pessoa de Barros. Versão para eBooksBrasil/exilado. São Paulo: EDAMERIS, 1961, p.12-28.

mortos na Roma antiga⁴⁵, que nos remete a uma proximidade semelhante ao das sepulturas eclesiásticas. Assim, devemos conceber o processo de instituição dos cemitérios ligados as relações culturais em formação de um povo, e mais tarde política e racional do Estado.

O cemitério ocidental cristão não nasce sagrado. De acordo com Michel Lauwers (2015, p.75), mas torna-se sagrado através da ação de bispos e clérigos católicos durante a Idade Média. Por traz dessa atitude, notamos o benefício que a sacralização dos cemitérios trouxe ao poder episcopal, tornando a igreja uma das maiores detentoras de posses e terras no medievo⁴⁶.

O espaço destinado aos mortos, tornando-se uma jurisdição eclesiástica, por volta dos séculos IX e X, apresentava critérios religiosos para seu estabelecimento e constituía um bem jurídico da Igreja, resguardado pelo poder temporal que era sustentado pela realeza carolíngia.

Cemitério aqui torna-se o equivalente a uma instituição, não sendo apenas o “lugar” de descanso dos mortos. Este caráter institucional, mais tarde, é sequestrado pelo poder do Estado na busca por sua reconfiguração e separação da Igreja. Não por acaso, a necessidade de reafirmação da identidade dos Estados Nacionais esteve atrelada, no século XIX, a memória e as festas cívicas. Era o “século da História” e o “século da Memória” definia Catroga (1999). A autora Juliana Schmitt (2023) vai além e traça um recorte temporal temático afirmando o seguinte:

Nossos cemitérios urbanos não são como os antigos cemitérios medievais. Essa mudança operou-se durante o século XIX, mas o debate sanitário que deu origem a ela fervilhava já no século XVIII⁴⁷.

A instituição cemitério, ainda que religiosa, passava a ser invadida por ideologias positivistas. O cemitério *Père Lachaise* em Paris, inaugurado por volta de 1804 após a revolução francesa pode ser um dos exemplos. Seu ambiente mais “naturalizado”, levado ao monumental arquitetônico, longe da cidade (hoje engolido por ela), apresentava as características marcantes pensadas pelo racionalismo moderno através da geometria e da afetação sofrida pelas ideias iluministas que:

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ LAWERS, Michel. Lugares consagrados. In: **O nascimento do Cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. São Paulo: Unicamp, 2019, p.75-113. E _____. **Categorias do Sagrado. In: O nascimento do Cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. São Paulo: Unicamp, 2019, p.115-141.

⁴⁷ CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756 a 1911)**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p.29.

Como introversa aquisição ficou a autonomia e o afastamento do cemitério à cidade, bem como a obrigatoriedade do seu uso para toda a população – consagrando, de uma forma aparentemente inquestionável, a *necrópole moderna* e o *exílio dos mortos*.

No Brasil oitocentista, os locais de enterramentos tiveram mais atenção que no período colonial. A exemplo do que foi discutido na França, a percepção maléfica do “ajuntamento de cadáveres como um problema sanitário” já é notada na primeira metade do século XIX. Na então vila de Porto Alegre⁴⁸, por exemplo, existia uma junta sanitária em 1834 que levou as autoridades da região e da província a mudarem o local do antigo cemitério da Santa Casa para uma área afastada. Em que pese a revolta na cidade de Salvador-BA no ano de 1836 contra a instituição do cemitério municipal (Reis, 1991), a conclusão pela necessária separação do lugar de sepultamento é a mesma. No Rio de Janeiro não houve revolta, assim como no restante do Brasil a exceção do caso baiano.

Podemos atestar que a insurgência contra as mudanças nos locais dos sepultamentos é quase nula no caso brasileiro, e que os cemitérios, mesmo mantendo suas características religiosas no século XIX, já eram frutos da reorganização moderna do Estado sob bases científicas, cujo ramo no primeiro quartel do oitocentos, no quesito social, foi a primazia das teorias infecciosas e sanitaristas, correntes da medicina que se debruçava a respeito das doenças infectocontagiosas⁴⁹ propaladas através do meio em que a sociedade está inserida e seus hábitos de higiene.

Por volta de 1828, com a lei de reorganização dos municípios, os códigos de posturas das câmaras municipais começam a dotar em seus artigos os pensamentos médicos higienistas. Voltados para a cidade como um todo, os artigos identificavam os lugares de inumação dos mortos como obstáculos a salubridade pública e grandes causadores de doenças perniciosas. A instituição criada na Idade Média, passa a ser refundada na modernidade com traços geométricos e estudos científicos prévios. De fato, o cemitério moderno não se parece muito com os antigos cemitérios medievais que, além de permanecerem ligados as igrejas, impediam um culto cívico a mortos ilustres.

A medicina moderna pode ser outro fator de primordial importância no fenômeno de secularização da morte. A implementação das ideias médicas, com mais afinco na segunda metade

⁴⁸ Acesso em: https://www.chcsantacasa.org.br/historia_conteudo/cemiterio-da-santa-casa/. Acessado em: 10/01/2024.

⁴⁹ Essas correntes defendiam que, o meio no qual o ser humano vive é propício ao desenvolvimento ou no de /doenças que podem se transformar em calamidade pública causando danos a toda uma coletividade. Tais pensamentos estavam alicerçados nas teorias positivistas que tanto caracterizaram o século XIX, além das teorias: abiogênese; eugenia e evolutiva.

do século XIX, reproduziu na sociedade novos costumes escamoteados pela seguridade das práticas fúnebres reguladas.

Alguns pesquisadores confundiram o deslocamento dos sepultamentos no interior das igrejas para cemitérios a céu aberto, como uma continuidade uniforme do antigo costume pelo fato de o novo lugar ter permanecido *terra santa* na acepção religiosa, inclusive administrado pelas irmandades. Essa percepção é falsa. A facilidade com que se desloca o lugar dos mortos de um lugar para outro já denota fraqueza do costume em resistir às mudanças impostas pelo Estado moderno. É igualmente insipiente a percepção de que os cemitérios, mesmo sendo administrados pelas irmandades, tivessem que seguir todos os ritos religiosos para pleno funcionamento:

Após esse parecer e a aceitação de tais resoluções pelos membros da câmara municipal, veio a aprovação da Lei provincial nº255, de 3 de dezembro de 1849, autorizando o funcionamento do estabelecimento, já que este cumpria todas as exigências civis e eclesiásticas⁵⁰.

O cemitério do Bom Jesus dos Passos da capital, São Luís, só pode funcionar, recebendo seus primeiros cadáveres, em 1849, depois que uma “comissão médica” impugnou a abertura do cemitério, cabendo a outra comissão e apoio do presidente da província o necessário esforço para o pleno funcionamento da necrópole⁵¹. Disputa de poder político envolvendo o lugar dos mortos, não tem nada mais secular do que isso.

De outra forma, o novo espaço oferecia algo que o antigo não dispunha: ambiente para a construção de uma memória pública *post mortem*. Para esse quadro, teriam contribuído os saberes médicos difundidos ainda no primeiro quartel do XIX.

A instituição e institucionalização da ciência médica no Brasil, entre de 1830 e 1850, com ressalvas à primeira escola de medicina da Bahia em 1808, embasa nosso segundo argumento de sustentação do processo de secularização dos costumes em torno da morte. A medicalização da sociedade.

A partir do começo da década de 1830, os médicos passaram a externar desconfianças acerca das habilidades dos sangradores. Tal atitude estava relacionada à progressiva organização da corporação médica e da luta desta categoria pelo monopólio das práticas de cura. Um importante passo nesse sentido foi a criação das Faculdades de Medicina na

⁵⁰ COE, Agostinho Júnior Holanda. “**Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**”: A higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Universidade Federal do Ceará-UFC. Dissertação (Mestrado em História social). 140p. Fortaleza-CE, 2008, p. 97.

⁵¹ COE, Agostinho Júnior Holanda. “**Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**”: A higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Universidade Federal do Ceará-UFC. Dissertação (Mestrado em História social). 140p. Fortaleza-CE, 2008, p. 98-100.

Bahia e no Rio de Janeiro, que uniu os ofícios de médico e de cirurgião. Nesse período, também foram criados a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e alguns periódicos especializados como o *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828), o *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), o *Diário de Saúde* (1835-1836), a *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843)⁵².

A medicalização da sociedade brasileira não foi um processo rápido, contudo se tem notícia da existência de práticas médicas, ainda que entremeadas de técnicas rudimentares e pouca cientificidade, no Brasil colonial. As notas históricas sobre esse fato não deixam esconder o propósito da inserção de tais conhecimentos. O empreendimento de globalização mercantilista das grandes navegações teria, entre outras coisas, globalizado os flagelos que assolavam populações desconexas.

Só para citar um dos maiores problemas sanitários que quase dizimou toda a população nativa das terras *brasílicas* por volta do século XVII, a varíola⁵³ encontraria seu “antídoto” na vacina desenvolvida no século XVIII, isso depois de ter causado várias intercorrências de calamidade “pública”, se é que podemos chamar assim, fazendo novas vítimas em São Luís no século XIX e outras cidades. Por outro lado, por que mencionar as doenças no tópico de medicalização da sociedade? Elas serão as precursoras de medidas consultivas ao colegiado distinto de estudiosos da medicina sanitária no Brasil, e o curioso fato dos códigos de posturas municipais levarem em conta a seriedade da salubridade urbana pode estar associado as influências das faculdades de medicina da Bahia e Rio de Janeiro, cuja primeira disciplina era a de “higiene e história da medicina”.

Assim como a condição dos mortos passa a ser objeto de desagravo social, isso não se pôde fazer sem que antes se houvesse introduzido no seio social uma nova percepção do corpo, dos doentes, dos vagabundos, loucos, etc., dos marginalizados, por assim dizer.

Essa nova visão dos agentes sociais implantada pela modernidade, revisitou os costumes, as relações e os comportamentos das massas e dos indivíduos. Na acepção foucaultiana o

⁵² PIMENTA, Tania Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Cadernos CEDES*, maio de 2003. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LF79n7MyS8tYnjFvkGmLbvk/>. Acessado em: 2024.

⁵³ Martin Gurgel e Pereira da Rosa apontam que, sob o nome de “bexigas” a doença teria chegado ao Brasil por volta de 1555, através de navegantes franceses que estabeleceram uma vila na região do Rio de Janeiro. Em Portugal, a epidemia começou a fazer vítimas em 1562 e viria assolar os seus domínios do outro lado do Atlântico por esse mesmo período. (2017, p.390).

Estado se investiria dos poderes de vigiar e punir, desbaratando os ritos que circundavam as súplicas nos velhos regimes europeus e nas colônias da América⁵⁴.

Retornando ao caso das doenças e a calamidade por elas trazida. De tempos em tempos, parece ter assegurado um domínio da autoridade médica e técnica sobre a sociedade. Para bem demonstrar esse fato rememoraremos aqui que a quase totalidade dos projetos de criação de novos cemitérios, sob os auspícios de precaver a sociedade de novos surtos epidêmicos advindos de sua má conduta higiênica, para a qual contribuía a prática “arcaica” dos sepultamentos nas igrejas, obedecia a uma diretriz científica específica do higienismo, a de salubridade do espaço de convivência. Essa salubridade era prejudicada pelos miasmas que exalavam dos cadáveres sepultados nas igrejas. Os cemitérios, para além de uma estrutura planejada, apresentava um regulamento que condicionava inclusive a maneira como deviam ser sepultados ali os cadáveres.

A lei de 1828, atribuía as câmaras municipais o dever de fomentarem melhorias e a higiene pública no município. Essa lei não é exatamente a afirmação, ou elemento primordial no processo de condicionamento das práticas sociais nas cidades do Brasil no século XIX. Contudo ela é sintomática de um processo de racionalização do Estado perante a sociedade e demais agentes, comum as nações que buscavam o ideal de civilização através das pequenas revoluções modernas no campo da ciência. Do ideal a prática, se podemos assim postular.

Os mortos não eram seu objeto de críticas, mas sim a cidade como um todo. Porém, parte integrante desse todo, a comunidade dos que descansam em solo eclesiástico próximo a comunidade dos vivos e com eles partilhando, às vezes, o mesmo ambiente, não deveria passar despercebido através da proibição que a lei imputava a continuidade de tal prática:

Como havia a crença de que o principal meio de contágio era o ar contaminado por infecções miasmáticas, os enterramentos realizados nas igrejas logo receberam as primeiras interdições. As exalações advindas dos cadáveres enterrados nos templos religiosos passaram a ser perniciosas à saúde, causando doenças e facilitando a propagação das epidemias⁵⁵.

Não obstante, a continuidade das práticas de sepultamento aos costumes religiosos católicos, não denuncia a inexistência do processo de secularização da morte, ao contrário. Sua

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 27ª ed. Trd. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁵⁵ COE, Agostinho Junior Holanda. As políticas Públicas de higiene e o fim dos sepultamentos nas igrejas de São Luís (1828 – 1855). **III Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís-MA, 2007. Acesso em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34196/1/2007_eve_ajhcoe.pdf. Acessado em: 23/01/2024.

significativa redução e limitação ao círculo das elites eclesiásticas e políticas⁵⁶ evidencia que o fenômeno de secularização das práticas fúnebres estava ligado a baixa condição das pessoas que, não tinham como pagar por todo um ritual, aos doentes que faleciam na Santa Casa da Misericórdia⁵⁷ os escravizados, por ser demasiado custoso ao seu dono pagar pelo funeral, órfãos, entre outros.

Os vários surtos de varíola em São Luís, no século XIX, contribuíram para estabelecer uma predisposição social às mudanças introduzidas pelas elites governantes. Nos jornais se discutia abertamente sobre a condição da cidade, das pessoas vivas e das mortas com ares científicos e pouco apegados a sacralidade que envolvia tratar dos não vivos, por exemplo, em períodos mais remotos.

O benzimento do local de sepultamento a céu aberto apenas reafirmava simbolicamente o *status* de religião oficial do Estado, nada mais que isso. A administração reafirmava o monopólio das irmandades sobre o cuidado com os mortos, mas não era capaz de condicionar a coletividade a um padrão social de práticas fúnebres pelos motivos ora elencados: era custoso; nem todos participavam dos rituais ministrados pela Igreja, salvo exceção da missa de sétimo dia que se faz inclusive em dias atuais; as intercorrências epidêmicas impediam a cristalização e uniformização do costume como deveria ser; o sincretismo brasileiro alicerçava uma fuga das práticas fúnebres da religiosidade dominante e estabelecia costumes paralelos⁵⁸.

Esses fatores nos ajudam a perceber que se distanciava das classes sociais, abastadas, pobres e escravizadas, concepções religiosas profundas a respeito dos mortos. Entre os menos favorecidos da sociedade oitocentista já é notável a pouca inserção nos funerais faustosos que caracterizaram o Brasil colonial e parte do XIX⁵⁹. Funeral religioso católico nesses moldes era coisa de elite.

Entretanto, não buscamos afirmar *ipso facto* a inexistência das permanências religiosas que condicionavam as práticas fúnebres no Brasil do XIX, e sim alargar o campo de visão para a

⁵⁶ Padres, o clero em geral e autoridades políticas como, o presidente da província do Maranhão Eduardo Olímpio Machado, que teve seu corpo sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Vitória no ano de 1855 através de uma lei da Assembleia província promulgada no mesmo ano.

⁵⁷ Os dados apontados por Holanda Coe (2007) citando o jornal *Publicador Maranhense*, dão conta de que entre 40 mortos no dia 11 de janeiro de 1855, 29 foram de *bexiga*, outro nome para varíola. Em um espaço de 10 dias foram vitimadas 51 pessoas.

⁵⁸ Quanto aos costumes paralelos temos como exemplos o próprio sincretismo religioso que desvirtuava a padrão dos rituais da religião dominante como forma de resistência dos grupos marginalizados e escravizados, assim como as práticas mortuárias indígenas, pouco discutidas na bibliografia atual e os costumes populares que instituíram os sepultamentos a beira das estradas e nos quintais de casa.

⁵⁹ Os rituais descritos por João José Reis em **A Morte é uma festa**, 1991, perduram até a segunda metade do século XIX, de forma mais escassa e reservada.

coexistência entre a permanência e a inserção de novos valores seculares nascente da mesma forma que os historiadores descrevem as permanências culturais na sociedade atual.

Em uma sociedade, cuja imprensa promove ideologicamente seus anseios, não podemos nos furtar de conceber criticamente as permanências escamoteadas sob falsa aparência de realidade, pois a capacidade que esse sistema de informação tem de promover transformações ainda não foi precisamente calculado. Esse é o estado em que se encontra a São Luís da segunda metade do século XIX.

Ademais, ao lermos o artigo 18 das leis do Estado da Bahia, por exemplo, percebemos que os cemitérios religiosos não poderiam deixar de sepultar pessoas de credo diferente da religião oficial, o cemitério apenas teria repartição hierárquica. Assim sendo, a secularização dos cemitérios seria o alcance da “igualdade” nos locais de sepultamento⁶⁰.

Permanência pressupõe “coexistência”, é para isso que nos atentamos ao desenvolver esta pesquisa. Ademais, nosso percurso teórico até aqui nos ajudou a concatenar o que melhor se assemelharia ao aspecto secular da morte na sociedade ludovicense do século XIX. O silêncio sobre os lugares dos mortos como medida de afastamento social.

1.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA: A cidade de São Luís

Entre 1850 e 1870, São Luís, capital do Maranhão, passou por significativas transformações históricas e sociais que, de várias formas impactaram nos hábitos e a maneira como se morria na sociedade local. As mudanças provocadas pela transição de uma sociedade colonial para uma organização cada vez mais integrada às dinâmicas capitalistas do Brasil Império, somadas às influências culturais e políticas externas, moldaram a maneira como a morte era percebida, experienciada e ritualizada.

Este capítulo elenca as principais características da sociedade ludovicense do oitocentos, e como elas estão intimamente ligadas ao processo de mudança de hábitos que terminam por encadear o processo de secularização da morte em São Luís-MA.

Na segunda metade do século XIX, as autoridades políticas do Império brasileiro buscaram "moderniza" a estrutura econômica e social da nação, e um dos mecanismos utilizados para tal foi o estímulo a entrada de mão de obra europeia, afim de substituírem a mão de obra escrava,

⁶⁰ **Leis do Estado da Bahia**. Salvador. 1853, p.100, art.18.

sobretudo nas lavouras de café do eixo Rio-São Paulo, e na “indústria” nascente, que focava na revitalização de estradas, criação de estações ferroviárias, iluminação pública, distribuição de água potável na zona urbana, etc.

Por volta de 1850 a 1870, São Luís vivenciou profundas mudanças sociais e econômicas que afetaram tanto as elites locais quanto as classes pobres e escravizados. O Maranhão, cuja economia havia sido predominantemente agrária e baseada no sistema escravista, viu-se progressivamente envolvido em processos de modernização. Um dos marcos importantes dessa transformação foi a gradual introdução do trabalho livre e o início do declínio do tráfico de escravos, marcado pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850.

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Lauand Lacroix⁶¹, a crise econômica e a redução do número de escravos impactaram a dinâmica da sociedade ludovicense, uma vez que o modelo de produção agroexportador se tornou cada vez mais insustentável. Em resposta, houve uma tentativa de reconfiguração econômica que, embora lenta e desigual, abriu espaço para novas formas de organização social e para o incremento da urbanização.

A urbanização incipiente trouxe consigo uma nova ordem social, com o fortalecimento de grupos médios e a gradual inserção de novas práticas culturais. O surgimento de uma classe média urbana em São Luís, embora tímido, influenciou as práticas sociais e, com o tempo, os modos de lidar com a vida e a morte. A morte, que antes era um evento profundamente comunitário e religioso, passou a ser influenciada pelas novas sensibilidades surgidas com o processo de modernização da sociedade.

No século XIX, a Igreja Católica ainda exercia controle significativo sobre os rituais fúnebres e as práticas relacionadas à morte. Em São Luís, a morte era tradicionalmente associada à ideia de redenção cristã, e os rituais católicos, como as missas de réquiem e as procissões fúnebres, desempenhavam papel central na sociedade. As irmandades religiosas, como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade de São Benedito, organizavam os funerais, e a posição social do morto influenciava o caráter público do rito (REIS, 1991).

Contudo, a segunda metade do século XIX testemunhou uma lenta, porém perceptível, secularização das práticas fúnebres, à medida que as ideias liberais e iluministas começaram a

⁶¹ LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A cidade de São Luís do Maranhão: Crise econômica e transformações urbanas no século XIX**. São Luís: EDUFMA, 1990.

penetrar na sociedade brasileira, inclusive em São Luís. Inspirada pelo modelo europeu, a elite intelectual maranhense passou a questionar algumas práticas religiosas mais tradicionais, enquanto novas formas de lidar com a morte, mais voltadas para o indivíduo e menos para a comunidade, começaram a se afirmar. Segundo Philippe Ariès (2012), essa mudança fazia parte de um fenômeno mais amplo de transformação da relação das sociedades ocidentais com a morte, que passou de um evento público e coletivo para uma experiência mais intimista e privada (p.).

O declínio do sistema escravista, que constituía a base econômica do Maranhão, também alterou a relação com a morte. A morte de escravos, antes tratada com menor solenidade e formalidade, começou a ser vista sob novas lentes, especialmente à medida que o abolicionismo ganhava força e discursões sobre a humanidade dos cativos se tornavam mais comuns. Esses debates refletiam-se nos rituais e nas práticas de sepultamento, que gradualmente começaram a incorporar uma preocupação mais igualitarista, mesmo que de forma limitada.

Um dos aspectos mais marcantes da mudança nos hábitos de morrer em São Luís durante esse período foi a influência das endemias e epidemias, como a febre amarela, a varíola e o cólera, que devastavam a cidade em várias ocasiões ao longo do século XIX. Estas epidemias, que atingiam tanto pobres quanto ricos, contribuíram para uma maior atenção às questões de saúde “pública” e à necessidade de reorganizar os espaços destinados aos mortos.

A partir de meados do século XIX, houve um movimento crescente por parte das autoridades médicas e políticas no sentido de higienizar os espaços urbanos, especialmente os cemitérios. Inspiradas pelo modelo europeu, as elites começaram a adotar uma visão científica da morte, que incluía a necessidade de enterrar os corpos de maneira a evitar a contaminação e a propagação de doenças (CITAR, REIS, RODRIGUES, TESE DE DOUTORADO). A construção de cemitérios fora do perímetro urbano foi uma das medidas mais emblemáticas desse período. O cemitério do Gavião, em São Luís, inaugurado em 1856, é um exemplo de como as preocupações sanitaristas começaram a influenciar as práticas funerárias na cidade.

Além disto, as epidemias serviram como catalisadores para a transformação das concepções religiosas sobre a morte. A ideia de morte como redenção espiritual começou a dividir espaço com um entendimento mais materialista, em que o cuidado com o corpo e o ambiente eram essenciais para a preservação da vida coletiva.

A urbanização e a modernização dos costumes também trouxeram novos símbolos e práticas associadas a morte. A elite ludovicense passou a adotar costumes funerários mais

elaborados, como a construção de túmulos e mausoléus ornamentados, que expressavam os *status* social dos mortos e de suas famílias. De acordo com Renato Pinto Venâncio (1999), essa ostentação funerária era uma forma de perpetuar a memória do falecido, associando-a a ideia de poder e prestígio social⁶².

A morte, para as elites, tornava-se assim, uma oportunidade para reafirmar a hierarquias social. Os túmulos suntuosos e as inscrições elaboradas nos cemitérios eram formas visuais de consolidar a memória e a importância social dos mortos. Em contraste, os rituais fúnebres das camadas populares permaneciam mais simples, ainda que as mudanças trazidas pela urbanização e pelo abolicionismo tenham, em alguns casos, permitido uma maior dignidade nos sepultamentos.

O período entre 185 e 1870 foi crucial para a transformação dos hábitos e formas de morrer em São Luís. As mudanças sociais, econômicas e culturais impostas pela ideologia do reordenamento urbano, as epidemias e os fatores conjunturais, reconfiguram as práticas funerárias condicionando-as ao que chamamos de “secularização da morte”. Enquanto as elites adotavam novos símbolos e rituais funerários, influenciados pelos ideais liberais, as classes populares viam suas práticas de morte lentamente alteradas por forças externas, como as políticas de higienização e o fim da escravidão.

Assim, as transformações de São Luís na segunda metade do século XIX, refletem uma sociedade em transição, onde morrer deixava de ser uma prática puramente religiosa para incorporar dimensões sociais, políticas, de saúde pública e inserção de novos valores culturais secularizados.

⁶² VENÂNCIO, Renato Pinto. **A sociedade dos Vivos e os Mortos no Brasil Colonial**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Figura 3: Parede com depósitos ossuários na capela anexa entre as igrejas do Senhor Bom Jesus dos Passos e Santo Antônio em São Luís.



FONTE: Arquivo do autor, 2023.

Figura 4: Lápides tumulares niveladas ao chão na capela anexa entre as igrejas do Senhor Bom Jesus dos Passos e Santo Antônio.



FONTE: Arquivo do autor, 2023.

Figura 5: Vista da rua central do cemitério do Gavião. Imagem atual.



FONTE: Google imagens, 2024.

As figuras 3, 4 e 5, são exemplos de espaços dos mortos na sociedade ludovicense. Ambos coexistiram em um mesmo espaço de tempo, sendo os tumulos *ad sanctus apud ecclesiam*, ilustrados nas imagens 3 e 4, mais antigo e foco do combate aos “maus hábitos” pela sociedade moderna da segunda metade do século XIX. Na imagem 5 podemos notar o modelo de espaço destinado aos mortos que desponta em fins do primeiro quartel do século XIX. O cemitério do Gavião, construído na antiga quinta do Gavião, e administrado pela irmandade da Misericórdia, é fruto da década de 1850. Os mortos são afastados do convívio com os vivos e tem sua morada planejada pelas linhas retas da arquitetura moderna.

2 NECROLOGIA LUDOVICENSE: a fonte problematizada e o cadáver, para onde vai?

Buscamos neste capítulo encontrar um ponto de articulação entre o processo social da morte na capital São Luís, que possa dialogar com as demais localidades brasileiras onde se analisa por igual os aspectos sociais relacionados a morte e ao morrer como elemento historicamente moldado. Este capítulo servirá de base para as tecituras do terceiro e conclusões finais.

A necrologia, por assim dizer, é algo como o “estudo da morte” sem ares míticos ligados as artes da “necromancia” e “feitiçaria”. Não fizemos um estudo da morte enquanto tal, mas das nuances que estabelece com o social e nele se revela fascinante através das marcas deixadas no tempo e na cultura.

Nossa abordagem centrou-se nas informações coletadas nos periódicos **Diário do Maranhão**; **Publicador Maranhense** e **O Globo**, todos compreendidos no período de 1850 a 1860. Procuramos subsidiar com informações complementares encontradas nas **Coleções de Leis e decretos do Maranhão** de 1856 e os **Almanaks administrativos do Maranhão** de 1858 a 1860 e 1873.

O *Diário do Maranhão*, fundado em 1855 por Antônio Rego, tinha como foco principal as áreas de comércio, lavoura e indústria, mas também apresentava notícias sobre eventos importantes da província. Durante a década de 1850, esse jornal também cobriu questões de saúde pública, incluindo as epidemias que afligiram São Luís. Além de noticiar o movimento portuário e os eventos comerciais, o *Dário do Maranhão* se mostrou uma fonte para debates sobre higiene e saúde pública⁶³.

O “Publicador Maranhense”⁶⁴ foi um dos jornais do século XIX no Maranhão, e desempenhou um papel relevante na construção das narrativas durante eventos como a Guerra do Paraguai. Este jornal, que começou a circular em 1831, estava alinhado com as discussões políticas da época e foi uma importante fonte de informações para os habitantes de São Luís, inclusive sobre questões de saúde e epidemias. Na década de 1850, a cidade enfrentou sérios surtos de febres e doenças, e os jornais locais, como o *Publicador Maranhense*, tratavam dessas questões em um

⁶³ BNDigital. Diário do Maranhão. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>.

⁶⁴ DORATIO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

contexto sobre as condições sanitárias precárias, muitas vezes abordando os efeitos dessas epidemias nas classes mais desfavorecidas⁶⁵.

Por fim **O Globo**, periódico em circulação no Maranhão desde a segunda metade do século XIX, exibia em suas páginas e colunas uma variedade de informações, preços e correspondências internacionais que ajudavam o jornal na dinamicidade comunicativa de amplo alcance. Este periódico noticiou de diariamente os problemas decorridos das endemias que assolavam a cidade de São Luís no período da década de 1850 a 1860 e criticou o poder público no intuito de fomentar a inserção de práticas higiênicas e modernas que regulassem o ambiente urbano da melhor forma.

Os periódicos encontram-se em bom estado de conservação e disponíveis física e digitalmente na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). As coleções de Leis e decretos da Província do Maranhão estão igualmente em bom estado de conservação, disponíveis fisicamente no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), mas podem ser consultadas digitalmente no site da “BPBL” ou no site do “APEM”.

Na década de 1850, São Luís do Maranhão foi assolada por diversas epidemias, como a febre amarela e a varíola, e os jornais da época desempenharam um papel importante na cobertura desses eventos, geralmente com uma abordagem focada nas implicações sociais e econômicas da saúde pública, além de alertar a população sobre os perigos dessas doenças e as possíveis medidas de prevenção.

Jornais como o *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão* frequentemente publicavam boletins sobre as condições sanitárias da cidade, relatando o número de casos de óbitos decorrentes das doenças, bem como, as áreas mais afetadas da cidade. Essas publicações tinham um tom de alerta, buscando informar a população sobre a gravidade das situações, mas também criticavam as autoridades pela falta de infraestrutura adequada para conter as epidemias⁶⁶.

Esses jornais também adotavam uma postura crítica em relação ao governo e às autoridades responsáveis pela saúde pública. Os problemas de saneamento básico, como a falta de limpeza e o acúmulo de lixo, eram frequentemente apontados como fatores agravantes para o

⁶⁵ RAMOS, Clovis. **Opinião Pública maranhense: jornais antigos do Maranhão 1831 – 1860**. São Luís: SIOGE, 1992.

⁶⁶ BATISTELLA, Alessandro. *Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária: Outros tempos*. 2021. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br>.

surgimento e a propagação das doenças. Em alguns casos, os jornais denunciavam a falta de ação governamental para mitigar os efeitos das epidemias.

Embora fosse comum a crítica, os jornais também serviam como uma plataforma para informar o “público” sobre as medidas preventivas, como a necessidade de limpar as casas e quintais, evitar o consumo de água contaminada, e o uso de práticas de higiene pessoal. Essas instruções eram essenciais em um período em que o acesso a informação era limitado e muitos desconheciam os métodos de prevenção contra doenças transmissíveis.

Além dos aspectos diretamente relacionados à saúde, as publicações desses jornais também destacavam o impacto social das epidemias. As doenças afetavam desproporcionalmente as classes mais pobres, e os jornais frequentemente traziam histórias sobre o sofrimento dessas populações.

Assim, os principais jornais da década de 1850, nos quais buscamos informações para subsidiar este capítulo, desempenharam o papel de propagar, pressionar e informar aos leitores locais a cerca dos eventos epidêmicos e outra série de questões que pairavam sobre a sociedade ludovicense do referido período. A maneira como se noticiam os obituários é fator revelador da introdução do medo engrenagem que movimenta a inserção de novas práticas, novos hábitos e novos espaços relacionados aos mortos e ao morrer em São Luís.

2.1 UM SILÊNCIO SEPULCRAL

[...] também o enterrar-se daquela mesma forma, com que se pode enterrar em hum campo qualquer bruto; sem haver mais diferença ou mais lembrança de que ally está sepultado hum catholico (e talvez um homem honrado por nascimento), que a diviza de se lhe pôr uma cruz na sepultura. E se faleceo com tanta lembrança de catholico, que mandou o sepultassem em sagrado lhe vem a servir de tumba hum cavallo em osso; de alcotifa o quebrar ao cadáver o espinhasso, para melhor se acomodar em tal tumba, de toalhas ou talvez huma corda de embira, com que se segura a carga, de condutor hum negro de que lhe supõem lhe não irão entoando responsórios⁶⁷.

O conde de Authogui, em viagem pelo interior do “nordeste” brasileiro por volta de 1750, descrevia desta maneira o funeral e sepultamento das “pessoas comuns” nestas localidades. Alguns pontos devem ser considerados a respeito da perspectiva do viajante, a primeira é que na segunda metade do século XVIII para o XIX, morrer em diferentes locais do Brasil não era similar e uniforme, as práticas em torno do morrer eram flexibilizadas de acordo com o ambiente e condição das pessoas. O segundo ponto a levarmos em consideração, distinguir o local de sepultamento entre

⁶⁷ Acesso em: <https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005>. Acessado em: 11/02/2024.

católicos e não católicos era algo distante, pelo menos no interior e a prática parece estar mais presente nos centros urbanos por volta de inícios do século XIX.

Por que remontar ao século XVIII? Primeiro para desconstruir a noção de as práticas em torno do morrer no Brasil foram sempre iguais e cujos rituais perfaziam um mesmo caminho normatizado pela pedagogia da Igreja Católica. Não era bem assim, e deste ponto partimos para sustentar, através de mais elementos, que morrer em São Luís na segunda metade do século XIX estava revestido de mais complexidades.

No início do século XIX, Henry Koster, outro viajante, descreveria, entre os vários costumes diferentes que encontrou no Brasil, o hábito de sepultar os mortos no interior de uma Capela, e mais que isto, os funerais chamaram sua atenção e nos passa visão um pouco diferente da que o Conde de Authoquia encontrou antes. Narra Koster o seguinte

[...]Fui, por esse tempo, convidado para assistir ao enterro de uma jovem senhora, casada e pertencente a uma família respeitável. Ao cair da tarde parti para a Igreja onde os sacerdotes já estavam de batina e vestiam os roquetes, e o Vigário tomou um grande crucifixo de prata. Seguimos a pé até a casa onde o corpo. Vestia o cadáver o hábito escuro dos franciscanos, por que a finada pertencia à Ordem Terceira de S. Francisco. O corpo estava estendido no esquife, com o rosto descoberto, e cercado de muitas velas acesas⁶⁸.

O sepultamento de um membro de irmandade trazia ares de pompa rodeada de melancolia e reclusão, mas era um evento comunitário, social. A morte se apresenta no Brasil imperial, até mais ou menos os fins da primeira metade do século, como uma reunião, confraternização e apresentação “pública” das práticas que ficaram conhecidas com *artes do bem morrer*⁶⁹.

No quadro geral, até a primeira metade do século XIX, nas regiões “urbanas” as práticas fúnebres estavam condicionadas aos ritos religiosos do catolicismo e isto se segue por todo o fim do Brasil Império até a República, quando efetivamente na prática os cemitérios civis são criados⁷⁰, e seguindo os ditames dos hábitos de testar, o que correspondia ao preparo para a morte e desejo das últimas vontades. O ritual de encomendação da alma, administração dos sacramentos, em caso da morte súbita, o padre confere extrema unção ou “unção dos enfermos” que segundo “as regras da

⁶⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Camara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia editora Nacional. 1942, p.403-404.

⁶⁹ Também chamadas de *ars moriendi*, foram popularizadas através dos manuais católicos que ensinavam o fiel a como se preparar para a morte, entre estes manuais podemos citar o “Breve aparelho” de Estevam de Castro.

⁷⁰ RODRIGUES, Claudia. A sepultura eclesiástica em questão: em defesa do cemitério público. **Nas fronteiras do além: a Secularização da Morte no Rio de Janeiro (1840 a 1889)**. 2005. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005, p.158.

Igreja, ao enfermo se devia ministrar a comunhão, se sua condição física permitisse, e a extrema unção. Esta última era uma espécie de empurrão final para fora do ciclo da vida” (REIS, 1991, p.103).

Segundo Reis, os funerais no Brasil oitocentista eram eventos públicos que refletiam as divisões sociais. Os mais podiam se permitir enterros luxuosos, com procissões, hinos e celebrações nas igrejas, enquanto os pobres, muitas vezes, tinham enterros humildes e desprovidos de qualquer pompa. Contudo, mesmo entre os escravos, havia tentativas de dignificar a morte. As irmandades religiosas, tanto as de brancos quanto as de negros (estas últimas comumente formadas por escravos e libertos), organizavam funerais e garantiam que os membros tivessem um enterro adequado, mesmo que fosse modesto. Essas irmandades eram também uma maneira de dar sentido coletivo à morte e de garantir ritos cristãos para aqueles que, de outra forma, seriam ignorados pelo poder público ou pela elite branca⁷¹.

Reis destaca as irmandades como uma importante via para que os negros, muitos deles escravizados ou recentemente libertos, pudessem exercer algum controle sobre seus funerais. Através dessas organizações, os negros podiam assegurar ritos fúnebres cristãos adequados e, ao mesmo tempo, expressar identidades étnicas e culturais que permeavam os ritos fúnebres. Essas práticas, no entanto, não estavam isentas de tensões, pois as irmandades eram, ao mesmo tempo, espaços de inclusão e de exclusão, onde as divisões raciais e sociais eram mantidas, mesmo dentro do espaço religioso⁷²

O medo da morte sem o cumprimento dos rituais cristãos “morrer mal” era uma preocupação central da época. O ideal de “boa morte” (morrer com os sacramentos e com acompanhamento religioso) contrastava com o terror da “má morte”, uma morte súbita ou sem rituais apropriados, que comprometia a salvação da alma. Para os negros escravizados, esse medo era agravado pela possibilidade de serem enterrados sem qualquer dignidade, em valas comuns ou sem rituais adequados⁷³.

Em outra linha, para Rodrigues, a introdução de cemitérios públicos, um movimento para afastar os corpos dos centros urbanos, que era tanto uma questão de saúde pública quanto uma

⁷¹ JOÃO, José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷² JOÃO, José. A hora da Morte: formas de bem morrer. In: **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.89.

⁷³ JOÃO, José. Atitudes diante da Morte. In: **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.73.

forma de reforçar a separação entre ricos e pobres, negros e brancos, mesmo na morte, expressou a crescente secularização das práticas funerárias, em parte resultado das reformas sanitárias⁷⁴.

O Estado tentava impor normas higiênicas sobre o enterro, a Igreja lutava para manter controle sobre os rituais de morte. Para os pobres e negros, essas reformas muitas vezes resultavam em enterros impessoais, sem ritos adequados, o que representava uma perda significativa de controle sobre o destino final de seus corpos⁷⁵.

As intervenções para que os sepultamentos no interior das igrejas cessassem tomam forma na segunda metade do oitocentos. Muitas cidades, entre principalmente as capitais provinciais, a exemplo da corte, procuram melhorar sua estrutura urbana, oferecer melhores condições de salubridade, sobretudo depois do caos epidêmico provocado pela febre amarela e outras endemias circunstanciais que assolavam parte destas cidades, como era o caso da varíola, tuberculose e a febre tifoide em São Luís.

Em São Luís, por exemplo, as práticas de sepultamento *ad sanctus apud ecclesia* sofrem intensas modificações de cunho “proibitivos” a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, já existiam cemitérios para sepultamento dos menos afortunados desde o início do século e pelo menos o indício da existência de tipo de cemitério afastado do recinto das igrejas desde o século XVIII. Em ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa, o Governador e Capitão do Maranhão, pede a construção de “mais um cemitério” afim de que sejam “enterradas todas as pessoas que falecerem sem exceção de classe”⁷⁶.

Entretanto, o costume era o sepultamento no interior ou no adro das igrejas até a proibição ter efeito prático na passagem da década de 1850 a 1860. Para este intento contribuíram as sucessivas epidemias de varíola e bexiga⁷⁷, a última mais intensa e catastrófica.

⁷⁴ JOÃO, José. Atitudes diante da Morte. In: **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.73.

⁷⁵ RODRIGUES, Claudia. A secularização dos cemitérios. **Nas fronteiras do além: a Secularização da Morte no Rio de Janeiro (1840 a 1889)**. 2005. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005, p.257.

⁷⁶ Acesso em: <https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009>. Acessado em: 10/01/2024.

⁷⁷ “O MAL ENCRUECE VISIVELMENTE”: as epidemias de varíola e a censura dos higienistas aos sepultamentos nas igrejas. “Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos”: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828 – 1855). Dissertação (Mestrado em História social)140p – Universidade Federal de Fortaleza – UFC. 2008, p.69-83.

O serviço prestado aos mortos ficava a cargo das irmandades religiosas. Estas associações, que contribuíram na massificação dos costumes religiosos e para a manutenção de um sistema hierarquizado e exploratório das atividades laborais e de consciência na sociedade.

Para melhor demonstrar, tomemos a irmandade da Misericórdia como exemplo. A irmandade da Misericórdia remonta ao período das grandes navegações e à metrópole portuguesa. Uma instituição de caridade e serviço social da Igreja que se enraizou nas colônias através do Estado Português.

A influência da associação religiosa era tão grande que acabou construindo um patrimônio invejável e assumindo serviços importantes que o Estado negligenciava, entre eles o cuidado com os enfermos, órfãos, pessoas em situação de desabrigo e os mortos, sobretudo os mortos sem condição para sepultura *intra ecclesia*.

Em São Luís, a mesa da Santa Casa da Misericórdia administrava um “hospital” e pelo menos dois cemitérios públicos: o antigo cemitério da Santa Casa e o cemitério do Gavião; além de manter estreitos laços com as elites provinciais. Em estudo sobre tal associação religiosa, Agostinho Coe (2013, p.32) realça este aspecto da irmandade no sentido da manutenção de suas obras, o que de outro modo reforçava sua própria imagem como instituição ligada ao poder secular do Estado.

Os membros associados da misericórdia tinham certas regalias funerárias⁷⁸, e quando expressavam em suas últimas vontades o desejo do sepultamento no cemitério, haviam para eles lugares reservados dentro do mesmo, algo que ajudava a manter a hierarquia social no *post-mortem* e que estabeleceu sob o teto das igrejas e catedrais, de forma simbólica, fosse mais próximo do altar a sepultura, o lugar de destaque e de maior valor, e valor é o termo que nos remete a outro fator importante nessa conjuntura funesta.

As representações sociais diante da morte na modernidade têm um aspecto burocrático que parece fugir da linha religiosa medieval. Do cuidado com o corpo ao seu depósito na sepultura, estão imbrincados valores que entram nas contas públicas da província do Maranhão, fazendo com que a assistência prestada aos mortos se torne uma visão do cuidado que o Estado exercia de maneira indireta através das associações de caridade. Seria apenas despir-se da religiosidade oficial atrelada

⁷⁸ Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1841. In: **Coleção dos regulamentos expedidos pelo governo provincial para execução das leis da Assembleia da Província do Maranhão**. São Luís. 1835 a 1856, p.27. Acesso em: <file:///C:/Users/allef/OneDrive/Documents/Regulamento%201.pdf>. Acessado em: 10/01/2024.

ao Brasil império, com o advento da República, que a secularização “física” do cemitério público se definiria:

Como ainda assim, muitos clamarão contra esta egualdade do sepulcro, que vae collocar o titular junto do simples operário, e imaginam que cobre-se de vergonha e cabe em pena sua alma, tranquilisar-lhes-hei o amigo, dando-lhes exemplos de casa. No cemitério publico do Rio de Janeiro e no do Pará todos são enterrados no chão. N’aquelle vê-se uma singela pedra cobrindo os restos mortaes de um Vasconcellos e de um Paula Souza e no mesmo plano, aos seus lados, sepulturas communs e desconhecidas. Nós, que não temos aqui titulares desta ordem – não devemos enfurecer-nos contra uma ideia tam favorável a saúde publica, antes resignar-nos de sermos um dia egualados aos pobres, que talvez mais bom merecessem honras do que nós, por suas virtudes. (Policia do Maranhão: relatório acerca do Cemitério da Santa Caza da Misericordia feito pelo Dr. Antonio Henriques Leal. **O GLOBO**, 1855, nº348, p.02-03).

Os preços para comprar uma sepultura, preparar o corpo, encomendá-lo, organizar o cortejo e rezar as missas em sufrágio, todos estes fatores aliados ao monopólio dos sepultamentos exercido, pelo menos até parte da segunda metade do século XIX, pela irmandade da Misericórdia, parecem ter contribuído para uma segregação das representações do homem diante da morte em São Luís. Entre 1840 e 1860, os cemitérios administrados pela Santa Casa foram os principais destinatários da gente morta da cidade, tornando essas representações escassas, protocolares e reajustadas de acordo com as ideias médicas.

No compromisso de 1841, a irmandade estipula em seus artigos 2º e 3º, o número dos irmãos, suplentes e os requisitos para cada um se candidatar a membro. Entre os requisitos para fazer parte da associação estavam a capacidade intelectual no campo da leitura e demais atividades de uma pessoa instruída educacionalmente, assim como a condição social e prestação de serviço à dita associação sem remuneração. Quanto às obrigações dos membros, além do socorro à irmandade e suas instituições “todos os irmãos” deveriam comparecer na “Casa da Misericórdia no dia da festa do Senhor S. José, na procissão dos Ossos, e assistir aos enterros dos que falecerem” observando com mais atenção os enterros dos “Mezarios e definidores” (p.27).

Ainda sobre o compromisso, nossa atenção tende a voltar-se para o artigo 8º & 64 que dispõe sobre atribuições do Capelão. Existe nesse trabalho uma crítica a alguns hábitos religiosos diante da morte, entre eles o de testar, e verificamos que tal hábito não compreende a maior parte das pessoas falecidas na capital São Luís entre 1850 e 1870, assim sendo, a encomendação do corpo e a distribuição dos sacramentos, pelo menos um deles, pôde ser concedido aos moribundos no hospital da Santa Casa da Misericórdia por conta dos serviços de capelania assegurados pela irmandade, não só a membros, mas à comunidade assistida pela instituição.

Entre 1850 e 1870, São Luís contava com uma rede de associações religiosas e mantenedoras de ações de caridade que chegava ao número de mais ou menos 10, segundo dados do *Almanak Administrativo da Província do Maranhão* (1859, p.104-107), e ele destaca a provedoria “nata” da Misericórdia pela presidência da Província.

Concluímos, por tanto, que devido aos laços estreitos entre Estado e Igreja, as associações religiosas, confrarias, ordens terceiras e demais instituições de caridade, assumiram funções que o precário Estado não conseguia assumir a não ser em casos específicos, como os de monopólio da tortura e dos castigos penais seculares, julgando o réu e o conduzindo a uma sepultura⁷⁹.

Nos compromissos das irmandades⁸⁰ nota-se a preocupação dos membros com a morte e o cuidado devido para com os mortos e isto não impede a conclusão de que a assistência mútua, por este período já se fazia representada por valores “burgueses” secularizados, trazendo a tona as tabelas de preços pelas sepultura, prestação de serviços fúnebres por terceiros, tonificando a carestia da morte através destes novos valores inseridos na comunidade dos vivos.

A assistência aos moribundos se estendia a uma prestação de serviços, semelhante a terceirização do cuidado com os mortos, que caracteriza o surgimento das funerárias atuais. Os *armadores*, responsáveis pela decoração da casa e da Igreja em ocasiões como a de um funeral e demais festividades religiosas, figuravam como personagens sociais neste cenário fúnebre da São Luís oitocentista. Observamos neles um dos lados do aparato assistencial na hora da morte, e ainda assim igualmente pertencentes aos valores da sociedade burguesa do século XIX.

⁷⁹ A pena de morte era comum em vários países e o Brasil não diferia. Existia nas vilas das províncias do Estado Brasileiro até o século XIX os pelourinhos, locais em que as sentenças contra os escravos, julgados e condenados por determinados crimes, eram executadas. A prática de se condenar a pena de morte e transforma o evento em um espetáculo público é uma característica que assume ares civis no advento da modernidade. Para mais aprofundamento ler FOUCAULT, Michel. *Suplício*. In: **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁸⁰ Entre as irmandades: São José da Misericórdia; Senhor Bom Jesus dos Passos; São João Batista e Nossa Senhora da conceição, que foram algumas das irmandades mais requisitadas na pesquisa, podemos notar em seus respectivos compromissos a necessidade de assistir os irmãos na hora da morte. Nos casos das duas primeiras irmandades mencionadas, o cumprimento das normas governamentais relacionadas a extinção dos sepultamentos *ad sanctus apud ecclesiam*, ambas criam seus cemitérios e oferecem condições especiais para o sepultamento de seus membros.

Figura 6: Anúncio sobre serviço de armação. Almanak Administrativo da Província do Maranhão, 1858.

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS, JUNIOR.
RUA DA ESTRELLA, 42.
No seu estabelecimento de armador encontra-se todas as fazendas e objectos pertencentes ao seu officio. Encarrega-se de armações de egrejas, oratorios e coréus: de armações de gala e funebres tanto aqui, como fóra da cidade. A rapidez do seu trabalho, a ceio e luxo tornam recommendavel seu antigo e mui acreditado estabelecimento.

FONTE: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (MA). São Luís. 1858, p.117.

Figura 7: Anúncio sobre serviço de armação. Almanak Administrativo da Província do Maranhão, 1858.

VICENTE MARTINS ARÉAS.
 Com loja d'armador:
31, RUA GRANDE, 31.
Prepara com aceio, luxo e promptidão tudo quanto diz respeito ao seu officio. Arma e orna egrejas, oratorios, passos, altares, casas tanto de gala como para actos funebres: promptifica-se a fornecer todos os aprestos para enterramentos, & &. Todas estas cousas faz a con-

FONTE: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (MA). São Luís. 1858, p.117.

Infelizmente não temos o quadro completo da quantidade desses profissionais para fornecer uma linha completa de sua expansão na segunda metade do século XIX. O que os

“Almanaks” nos colocam entre 1858 e 1872 é apenas o aumento de duas casas de armação para três e diminuição do número anterior para dois em 1875⁸¹. Contudo, ressalte-se que os serviços de armação não se prendiam a apenas funerais, como os anúncios nos deixam crer, mas se diversificavam em atividades de preparação para festas religiosas e de gala da sociedade ludovicense do período, já deixando claro de certa forma a dificuldade material que envolvia um funeral na segunda metade do século XIX.

Figura 8: Noticiário: Fallecimentos. *Diário do Maranhão*. 1874, nº461, p.02.

Fallecimentos.—Sepultou-se hontem no cemiterio inglez o cadaver do negociante suisso Carlos Naess, que do Piauhy chegou ha dias, já doente. Sucumbio victima de um typho.

—Sepultou-se tambem hontem ás 4 1/2 horas da tarde Manoel José d'Assumpção Lindoso, o mais antigo pratico da barra e muito conhecido nesta cidade por *Mano Peixinho*.

Acommetido de violenta enfermidade que o inutilisou de procurar meios de subsistencia, para si e sua pobre familia, foi durante esse tempo, 2 annos, socorrido pela benelicente sociedade do Divino Espirito Santo, que tambem tractou de seu decente funeral, sendo secundado pela companhia dos praticos.

E' isto mais uma prova da utilidade que ha da sustentação de associações desta natureza, maxime quando a sua totalidade é composta de artistas e estes pobres.

FONTE: memoria.bn.gov.br.

⁸¹ *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*. São Luís, 1872, p.405; 1875, p.418.

Ainda assim, no meio das elites e delas para os escravos, forros e pobres, existe uma tendência de permanência dos costumes relacionados a morte e ao morrer na cidade de São Luís na década de 1850. Mesmo que em claro encolhimento da cultura massificada e arraigada, é perceptível, dentro do mosaico social, as novas tendências camufladas por esse aparato assistencial religioso, e ele mesmo nos ajuda a decifrar os novos valores se impondo.

A terceirização da morte já é um fato através do cuidado que a Santa Casa exercia para com seus moribundos que faleciam longe das famílias em aposentos hospitalares, pois pelos nossos dados coletados no jornal **O Globo** entre 1855 e 1857, no interstício do auge e recrudescimento da epidemia de *bexigas*, o decênio de 1850 lega à sociedade a morte terceirizada, afastada dos cuidados familiares⁸². O emprego de bens e serviços nos funerais por terceiros, tende a significar a especialização da atividade funerária que veio a ocupar espaço na sociedade atual. A morte coletiva sede lugar ao falecer em privado e ao sepultar-se em lugar distante. As imagens do homem diante da morte e sua preparação para ela dá lugar ao culto da memória civil do indivíduo. É a sociedade se adequando ao Estado em meio às permanências religiosas, sejam elas católicas ou sincréticas.

⁸² Analisamos os registros de óbito, tanto do jornal **O Diário do Maranhão** do período de 1855 e 1858, quanto do jornal **O GLOBO** de 1855 a 1857, mais ou menos. Essa análise em fontes de igual característica, mas de visões um tanto divergentes acerca de movimentos políticos e da própria sociedade, nos possibilitou perceber algo que não está dado nas fontes manuscritas dos registros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória ou de São João Batista, que é a medicalização do corpo, moribundo ou falecido, terceirizando um cuidado com os mortos que era social e familiar. Os dados do início de 1855 encontram-se no fim do capítulo.

Figura 9: Tabela de preços das sepulturas no cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, ano de 1855.

—A Meza da Irmandade da **Santa Cruz do Senhor Bom Jesus dos Passos** manda publicar, para conhecimento do publico, a Tabella aos enterramentos geraes no cemiterio da Irmandade, que he a seguinte:

Catacumbas provisorias para adultos. . . .	50\$000
Ditss " anjos.	25\$000
Dentro de muros.	
Em frente a capella, sepultura. . . .	20\$000
Aos lados da capella " 	10\$000
Nos dous quarteirões do fundo " 	4\$000
Para anjos em qualquer dos lugares acima mencionado, metade dos preços notados.	
Fora dos muros, no Cemiterio novo.	
Sepultura em qualquer dos lados para adultos.	2\$000
dita idem " para anjos.	1\$000
Capella para encommendação.	
Ornada	10\$000
Simples	5\$000
Maranhão 28 de Junho de 1855. (1	

FONTE: memoria.bn.gov.br.

2.2 NOSOLOGIA: o corpo social embalsamado

A técnica de *embalsamar* remonta aos egípcios. O processo era dividido em um período de 35 dias, cuja primeira etapa consistia na purificação do corpo e retirada dos órgãos. Decorridos três dias, o corpo cadavérico era tratado com uma solução mineral composta por carbonato de sódio, bicarbonato de sódio, sal e sulfato de sódio. Nesta solução o cadáver permanecia por mais ou menos 40 dias. Todo o preparo que antecedia aos rituais sociais ligados aos mortos levava entre 60 e 68 dias.

Os egípcios nos ensinaram que a conservação material do corpo está intimamente ligada aos adornos ritualísticos dos atos que ocorreriam no meio social dias depois. A apresentação do corpo, livre dos flagelos que o assolavam em vida, indica profunda crença na morte como

“revigoradora” da vida. Cabe ressaltar que, pelo período de preparo do corpo, o cadáver permanecia entre os vivos por um espaço de até mais que dois meses. Os mortos estavam literalmente entre os vivos.

Distante vários séculos, a sociedade moderna passou a realizar o embalsamamento de maneira reversa. Embalsamar o corpo social vivo para proteger seus indivíduos dos males que os poderiam acometer. Era comum, no século XIX, sobretudo na segunda metade, anúncios de medicamentos em jornais, os quais prometiam manter “bem” a toda uma família. Instruções eram vendidas em livros, entre outras propagandas.

Figura 10: Manual. Publicador Maranhense. 1847, nº457, p.02.

MANUAL DA SAUDE.

contendo

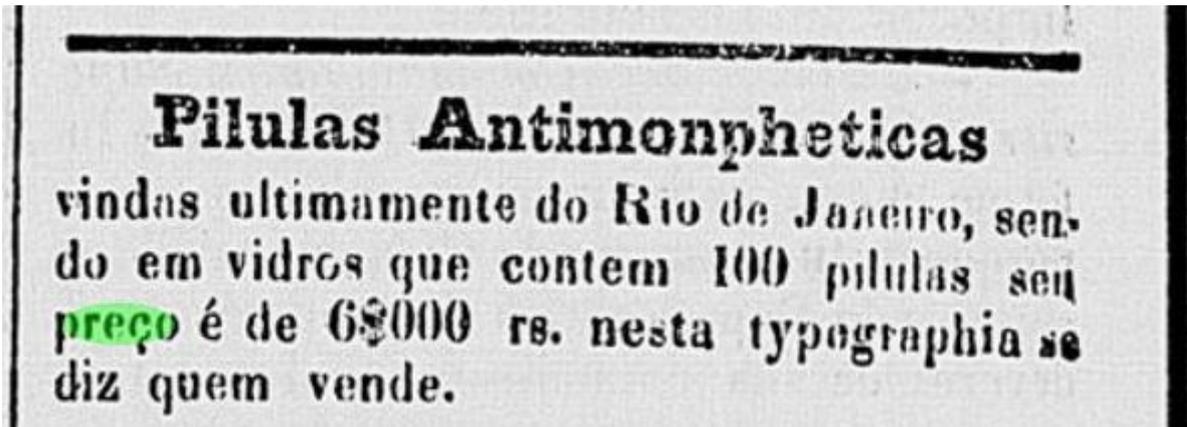
os esclarecimentos theoricos, e practicos para poder preparar, e empregar, sem soccorro do professor, os remedios, e se preservar, e curar-se promptamente, e com pouco dispendio—da mór parte das molestias curaveis, e conseguir hum allivio quasi equivalente á saude, nas enfermidades incuraveis ou chronicas.

seguido

de hum tratamento especifico contra o cocluche, ou tosse convulsiva, e de regras hygienicas, para prevenir as doencas

Esta obra bazeada sobre hum novo systema allopathico que facilita á qualquer os meios de se curar á sí mesmo por estar reduzida á sua maior simplicidade, e á altura de todas as intelligencias, recommenda-se especialmente aos Srs. Fazendeiros, e ás pessôas que, pela distancia, se achão privadas dos soccorros da Arte.

Figura 11: Vendas. Publicador Maranhense. 1847, nº457, p.04.



FONTE: memoria.bn.gov.br.

Os registros de óbitos consultados entre o período de 1850 a 1860⁸³ apontam para um crescimento no número de sepultamentos nos dois principais cemitérios, o do Gavião e dos Passos. O antigo cemitério da misericórdia foi interdito entre 1854 e 1856 por conta da epidemia de varíola, restando a construção de um novo cemitério que atendesse a nova demanda.

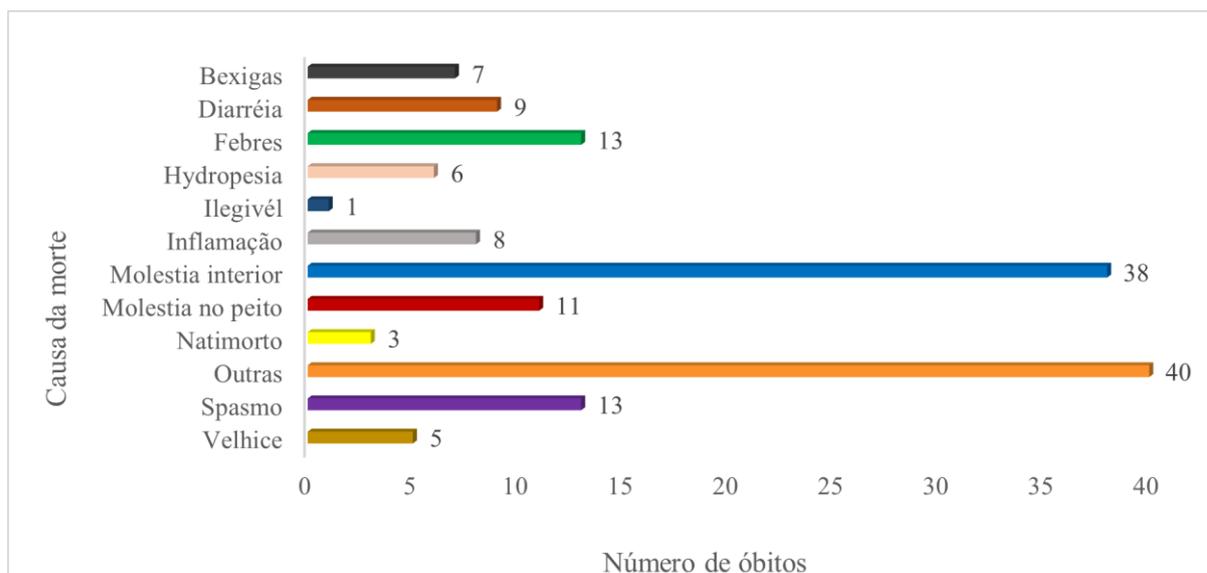
Antes inclusive, o costume de sepultar-se fetos e natimortos não seguia determinados padrões impostos pelas normas públicas. Ao comentar o mapa de mortalidade elaborado pela inspetoria de saúde, o presidente da província, Leitão da Cunha, no relatório apresentado a assembleia legislativa no ano de 1863 observa que:

A diferença para mais que se observa nos mapps da mortalidade nestes últimos cinco annos, apezar de terem sido sadios, provém do enterramento nos cemitérios dos abortos e nascidos mortos, os que só para ali são levados depois que está em vigor o regulamento de 15 de outubro de 1855, sendo os enterramentos feitos antes nos quintaes, e dando assim lugar a mais de um abuso⁸⁴.

Infelizmente Leitão da Cunha revela em suas observações outra triste realidade ligada a morte no século XIX. Os casos de abortos espontâneos ou planejados como forma de resistência das escravas. O presidente aponta no sentido correto ao deduzir que os fetos abortados e os natimortos inflam o número de sepultamentos nos cemitérios públicos, as estatísticas dos registros de óbito de 1855 e 1858 demonstram isso.

⁸³ Refere-se a amostragem de 20 registros de óbito em 1851; 20 em 1855; 20 em 1860 e 20 em 1865.

⁸⁴ Acesso em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acessado em: 18/02/2024.

Figura 12: Estatística de causa mortis em São Luís no ano de 1855. *Diário do Maranhão*.

FONTE: Autor, 2024.

Ademais, de acordo com dados da junta médica da cidade, entre 1853 e 1855 o número de óbitos tendeu para um crescimento, saltando de 954 para 1.666 e recrudescendo no ano seguinte. Nessa fase a capital era assolada pela epidemia de *bexigas*, comum em homens. No relatório de 1858, a junta médica elenca algumas das doenças que causaram mortes no inverno do mesmo ano: diarreia; febre intermitente; tifo e febre amarela⁸⁵.

As discussões em torno desses problemas permeiam os relatórios dos presidentes da província, fazendo com que no intervalo de 5 anos se considere a interdição de dois cemitérios, um pela superlotação e outro pela má localização, e nesse mesmo intervalo de tempo um novo local de sepultamento é construído e mantido sob a administração da Santa Casa.

Os mortos que incomodam são os que podem causar algum dano à saúde coletiva. Os moribundos que vieram a falecer de doenças contagiosas como tuberculose, hepatite, varíola, tifo, bexiga, entre outras. Não só isso, mas a maneira como são reservados para eles um espaço e tempo para que se concretize um ritual religioso, que alguns críticos já tratam como “arcaico” e “incivilizado” na imprensa. Esse incômodo é transformado em medo pelos jornais⁸⁶.

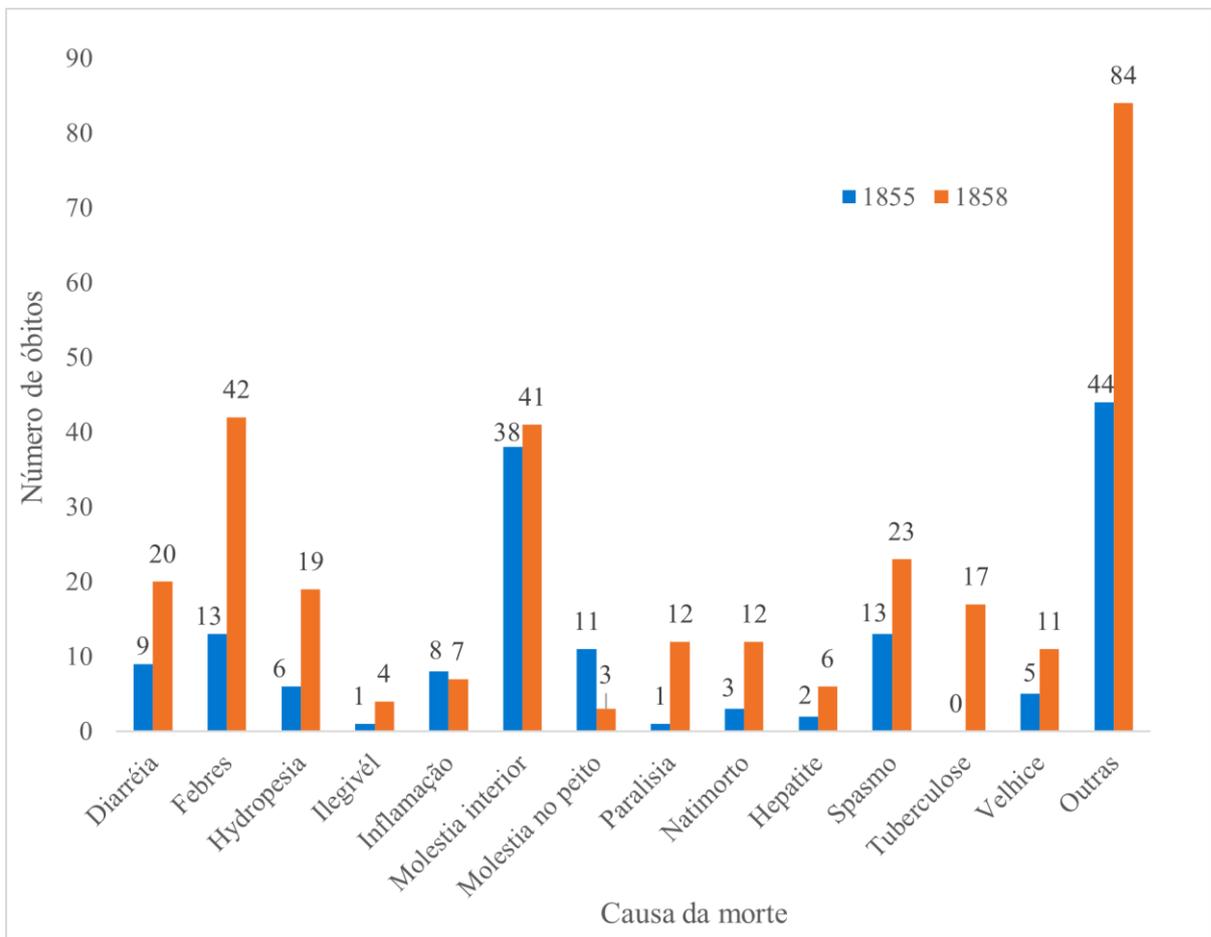
⁸⁵ Saúde publica: **Relatório com que o Exm. Senr. João Silveira de Souza, Presidente desta Província, abriu a Assembleia Legislativa provincial no dia 3 de maio de 1860**, p.10. Acesso em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acessado em: 18/02/2024.

⁸⁶ O próprio informativo do obituário pode caracterizar um mecanismo de inserção do medo na sociedade, uma vez que as estatísticas mortuárias, aparentemente, começam a fazer parte do cotidiano da imprensa no início da segunda metade

Ainda assim, os registros de óbitos, divulgados quase que diariamente, recortam a face mais preocupante do morrer na sociedade ludovicense do oitocentos. A taxa de mortalidade entre crianças e recém-nascidos é alta, e o número de mortos por problemas de saúde é de proporções mais alarmantes.

No ano de 1855, por exemplo, os índices apontam para 35% de mortes de crianças de 0 a 10 anos, mais de 1/3 do total de óbitos analisados no jornal **O Diário do Maranhão**. Neste mesmo ano, cerca de 75% do total dos mesmos óbitos registraram como *causa mortis* uma doença. A São Luís de 1850 é uma cidade propícia e oferece condições para a propagação de doenças letais. Abaixo um gráfico ilustra o problema.

Figura 13: Comparativo de mortes entre 1855 e 1858.



FONTE: Autor, 2024.

do século XIX, período em que ocorreu a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. É uma assertiva ainda insólita por falta de dados mais precisos, no entanto, temas como: peste; flagelo; mal; e medo, são termos utilizados pela imprensa para se referir aos males das epidemias na sociedade do século XIX.

De acordo com o professor Agostinho Coe, neste mesmo período o cemitério da Santa Casa é interditado (2013, p.). Fica claro o porquê da interdição e da preocupação que se seguiu após em relação aos locais de inumação e a salubridade pública. Outro dado importante é que os escravos são os mais afetados por essas condições precárias e predispostas ao surgimento de flagelos que podem levar o ser humano ao túmulo.

Como resposta a muitos desses problemas, as autoridades provinciais dividiram a cidade em 4 distritos sanitários⁸⁷ através da lei provincial de 27 de agosto do ano de 1855, disponibilizou para cada um o efetivo de um médico e um agente policial⁸⁸.

Apesar disso, o temor parece tomar conta da sociedade, fazendo com que o Jornal **O Globo**, em edição do ano de 1855, elabore uma nota argumentativa na qual “explica” o estado sanitário em que se encontrava a cidade de São Luís.

Ao fazer uma linha cronológica evolutiva do contágio e disseminação da “peste”⁸⁹, o noticioso acrescenta ainda as medidas preventivas adotadas pelo governo no intuito de evitar um surto de “cólera”, algo que poderia agravar a situação e elevar o número de mortos. Entretanto, o colunista deixa claro sua intenção em “dez alarmar” a sociedade:

Seja effeito destas diversas providencias, seja por uma feliz causalidade, dado que a bexiga se tenha manifestado em alguns indivíduos com pessimo character, a peste comtudo não se generalisou tanto como se suppõe, no estado de pânico e terror, em que tem estado uma grande parte da população.

Ademais, o medo dos mortos é um ponto de atrito que movimenta outras questões sociais como a higiene pública. Notamos que os deveres das autoridades e a intensificação por medidas mais impositivas frente aos costumes arraigados socialmente se dão em nome do “bem público”, algo que José Murilo de Carvalho⁹⁰ hesitaria em definir como fruto da segunda metade do século XIX.

⁸⁷ Governo da província. **Diário do Maranhão**. São Luís. 1855, nº38, p.04.

⁸⁸ Notícias diversas. **O Globo**. São Luís. 1855, nº321, p.2-3.

⁸⁹ É como se referem ao surto de bexigas.

⁹⁰ José Murilo de Carvalho na obra **Cidadania no Brasil**, 2001, discorre sobre o largo e duro processo pelo qual o Brasil passou para chegar um sistema democrático representativo no século XXI, porém ainda carregado de mazelas como: clientelismo político; oligarquias partidárias e desigualdade social. Para o autor “A representação política não funciona para resolver os grandes problemas...” (p.223), observações que nos faz problematizar a percepção que a sociedade do Brasil império tinha em relação ao público e privado, ao bem comum e individual, etc. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Contudo, em 1850 uma publicação “A pedido” no jornal **Publicador Maranhense**, o autor declara ter medo da “peste denominada – febre amarela”, elencando entre os motivos para tal as “imundícies depositadas” em ruas do centro (nº940, p.03). Curiosamente, no mesmo periódico, é publicado o novo regulamento que impõe uma espécie de “silêncio” aos mortos.

Para melhor compreendermos o que estava se passando, convêm ressaltar que o costume de *dobrar* os sinos era algo comum e parte essencial das práticas mortuárias desde a Idade Média⁹¹ e, estava ligado a festividades religiosas, horário da missa e inclusive para os mortos no momento do cortejo fúnebre. O costume parece perdurar no século XIX. João José Reis (1991) o ressalta como parte integrante das atitudes religiosas em Salvador-BA no tempo da *cemiterada*, e Claudia Rodrigues (1997) pontua que os dobres de sinos por defuntos no Rio de Janeiro foram elementos rotulados, pelas autoridades médicas, como “inspiradores de medo” na sociedade.

Conclui-se, que há uma percepção das autoridades de que o comportamento social em torno dos mortos precisa ser modificado. Afastamento e silêncio, são as palavras que mais caracterizariam esse movimento embalsamado pelas ideias médicas do século do positivismo. O corpo social precisa de proteção higiênica e farmacológica.

A vacinação com os escravos, através do método “braço a braço” durante a primeira e segunda metade do oitocentos (Franco, 2022, p.12), e a posterior produção de vacinas em vitelas por volta de 1887, recortam os momentos de busca por uma “imunidade” do corpo social que só se realizaria totalmente quando as ideias médicas se tornassem o costume no lugar das práticas religiosas populares. Nesse intento, os regulamentos vinham instituir novos modos, reeducar:

Todos são obrigados a conservar sempre limpos as frentes de suas casas, dos seus terrenos, quintaes e sítios até ao meio da rua, praça, cães ou estrada, e a ninguém é permitido lançar entulhos, lixos, ferros, vidros, ossos, animaes mortos ou quaisquer objectos immundos, nas ditas ruas, terrenos, praças, estradas, cães ou beira de praia, devendo os objectos immundos ser lançados ao mar: vidros, ferros, óssos e animaes mortos ser enterrados, e

⁹¹ Em **Outono na Idade Média**, 1919, Johan Huizinga (11872-1945) separa um capítulo para discorrer sobre o luto medieval. Marcado por simbolismos e representações que se entrelaçam com a vida cotidiana das pessoas e delinea muitos de seus hábitos, o luto é visto como período de reclusão depois do ritual de sepultamento. Entre as insígnias do momento de retirada do meio social está o dobrar dos sinos, avisando a comunidade que um moribundo partiu da vida terrena, não só isso, é claro, a chegada de um pregador, a hora da missa, uma procissão, a partida e a chegada do rei, entre outras. Huizinga procura descrever uma sociedade arraigada em costumes instituídos e regulados pelo dogma do religioso, por isso inclusive a morte é cheia de significados. Philippe Ariés (1914-1984) em **História da Morte no Ocidente**, 1974, não discorda dos símbolos como fatores importantes nas representações do homem diante da morte, mas aponta para um recuo da ideia de luto como reclusão social durante a passagem da Idade Média para a moderna. Porém, especificamente neste autor, nós podemos sair da perspectiva de um regulador externo para um regulador social coletivo que são as representações, estas se aprofundam em temas mórbidos e se estendem para uma fronteira do imaginário. O barulho dos sinos deve ceder lugar ao silêncio que caracteriza morte na modernidade.

os entulhos e lixos ser lançados ou nos cães que se estiverem construindo, ou fora da Cidade ou nos logares designados pela Camara...⁹²

Afastar os mortos, vide extremo silenciá-los, seria algo importante pelo medo que se propalou, entre 1849 e 1850, na contagem dos mortos pelo surto de febre amarela no Rio de Janeiro. Por isso, o repicar dos sinos, em períodos epidêmicos, já que se sabia de cor o horário das atividades religiosas, prejudicavam a sanidade social e a capacidade das pessoas em se desvencilhar de pensamentos mórbidos, uma vez que anunciavam o número cada vez mais crescente de mortos e mantinham os indivíduos em estado de alerta diário.

Os dobres seriam restringidos à Igreja Matriz e de São José da Misericórdia, chamada de São Pantaleão, na Capital São Luís. O número, seguindo o disposto na constituição do Arcebispo da Bahia, seriam de 9 para homens, 6 para mulheres e 3 para menores de 14 anos, e repetidos igualmente em três ocasiões diferentes “na do falecimento, na ocasião de ser levado o Corpo a enterrar, e ao tempo que o sepultarem” (p.03).

No mesmo período que se discutiu a restrição aos dobres de sinos, regularizou-se o cuidado com o velar o defunto falecido por causa de doenças. O caixão deveria ser hermeticamente fechado e seus pertences pessoais deveriam ser queimados⁹³. Atitudes que poderiam evitar a propagação de doenças infectocontagiosas. As portas e janelas da casa deveriam se manter abertas para a entrada da luz solar e doar “seco”, precauções naturais a serem levadas em conta na proteção do lar.

Tais ideias médicas, tinham o objetivo de combater os males sociais causados pelas doenças, mas indiretamente elegiam novos costumes como os mais assertivos e acabavam por reconfigurar todo um cotidiano.

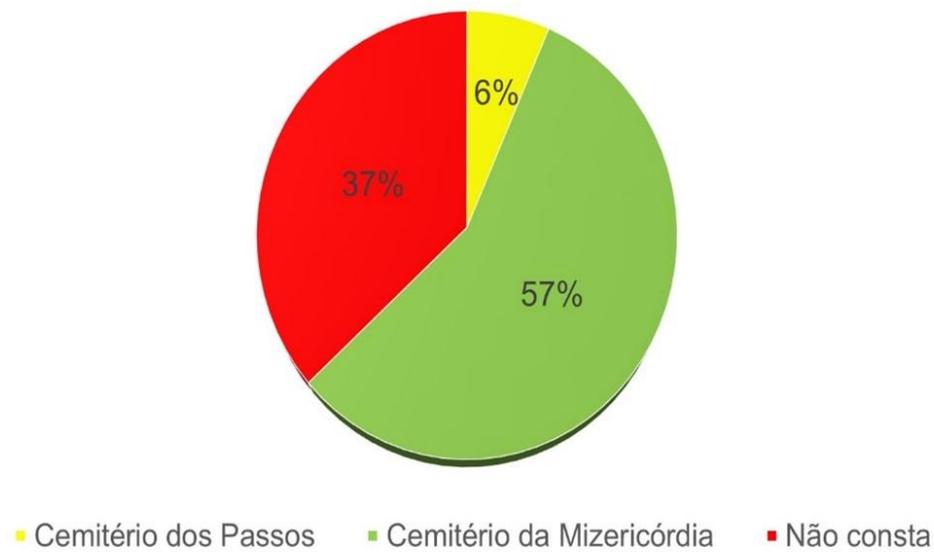
O legado da década de 1850, se podemos conceituar dessa forma, é a inserção das ideias médico-científicas na sociedade através da exploração do medo, construção de um novo cemitério público, coletivização da morte através dos registros de óbito como dados estatísticos, não como elemento da religiosidade e das representações diante da morte, silenciou-se os mortos na medida em que eles eram separados do convívio com os vivos.

⁹² Editaes. **Publicador Maranhense**. São Luís. 1850, nº940, p.03.

⁹³ Parecer acerca dos meios de obstar a importação da Epidemia da Bahia, e de diminuir a sua intensidade no caso que ela apareça n'esta cidade. **Publicador Maranhense**. São Luís. 1850, nº928, p.01-03.

No ano de 1855, os locais de sepultado se fazem presentes nos registros divulgados pelo jornal **Diário do Maranhão**, mas essa informação desaparece mais ou menos a partir de 1858, como demonstram os gráficos abaixo.

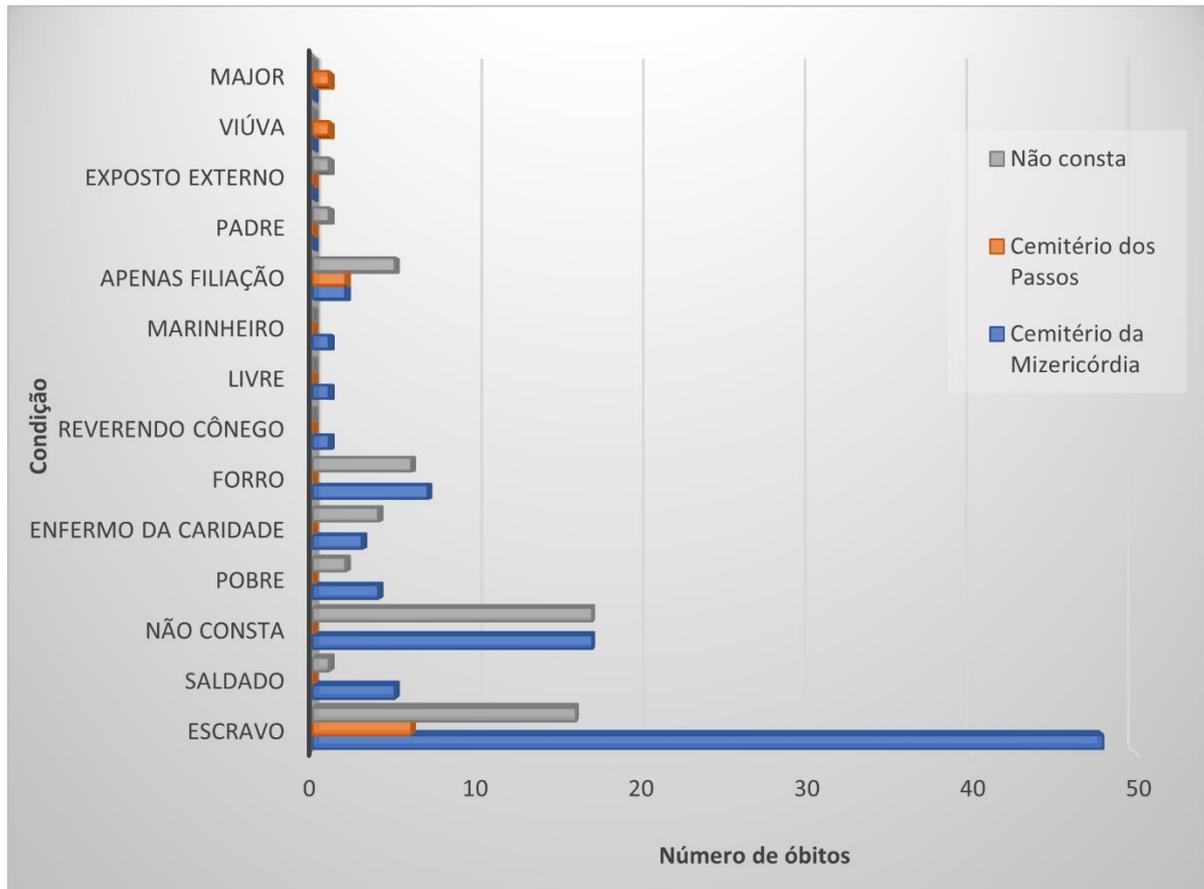
Figura 14: Dados estatísticos de mortos por local de sepultamento em 1855.



FONTE: Autor, 2024.

Não só isso, mas o *status* dos cadáveres sepultados nos cemitérios era em sua grande maioria de escravos e pobres. Contudo, há uma dificuldade em lidar com essas informações diante da omissão do local de sepultamento em alguns desses registros, pois poderíamos ter uma imagem mais próxima do conjunto social em sua lida com a morte, transferindo-se da Igreja para os cemitérios.

Figura 15: Dados estatísticos de mortes por local de sepultamento em 1855. Condição social e status.

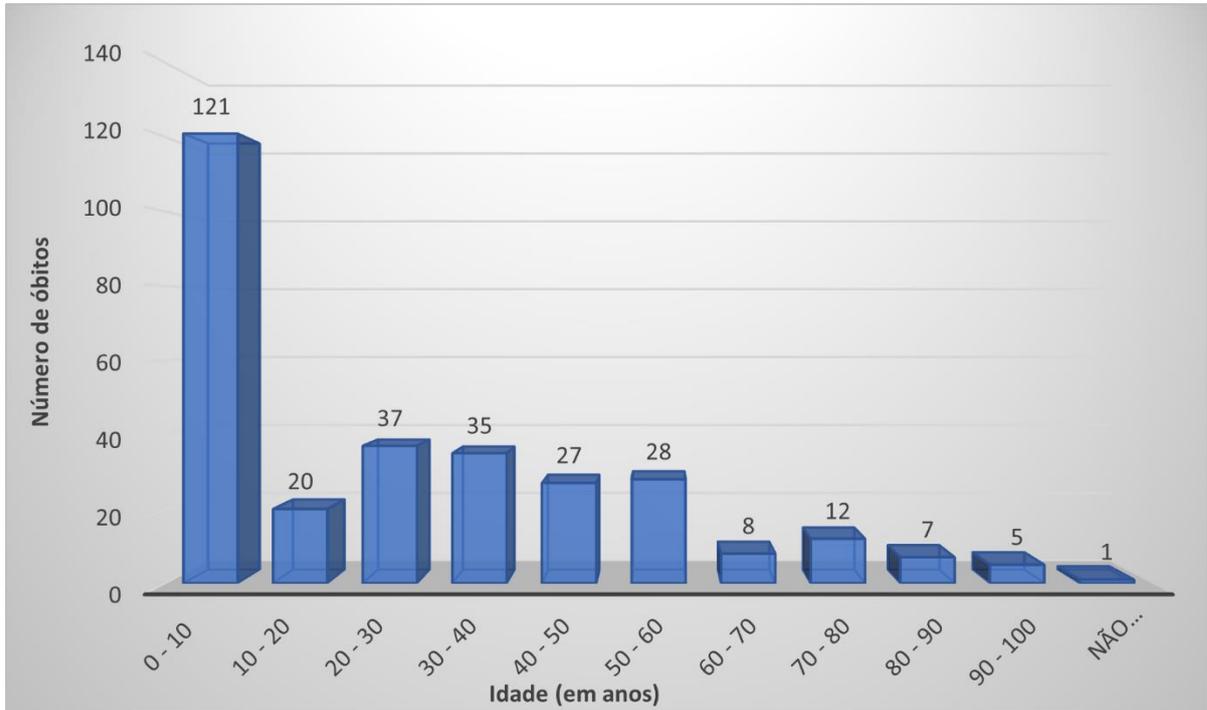


FONTE: Autor, 2024.

Dos registros de óbitos de 1858, as informações sobre a “*causa mortis*” prosseguem normalmente como se fazia antes, incluindo condição social, mas o local onde foi sepultado o corpo é negligenciado. Para se ter uma ideia do tamanho do impacto, temos 100% dos registros como não constando o local de sepultamento, mas esse fato não se dá genericamente, dado que outros jornais como **O Globo** noticiam os falecimentos através de uma coluna por local onde o corpo foi sepultado, mas isso não deixa de instar a crítica de que a imprensa já fazia sentir a morte como um dado estatístico cuja informação principal era “de que faleceu” o indivíduo e qual a sua idade.

Nossa percepção é a de que, com a construção do cemitério “público” do gavião, as inumações deveriam se processar normalmente como que em um cemitério comum à toda a sociedade, ainda que parte da sociedade lutasse para manter a antiga estrutura hierárquica do morrer mantida pelas relações de assistência mútua das irmandades para com seus membros.

Figura 16: Mortes por faixa-etária em 1858.



FONTE: Autor, 2024.

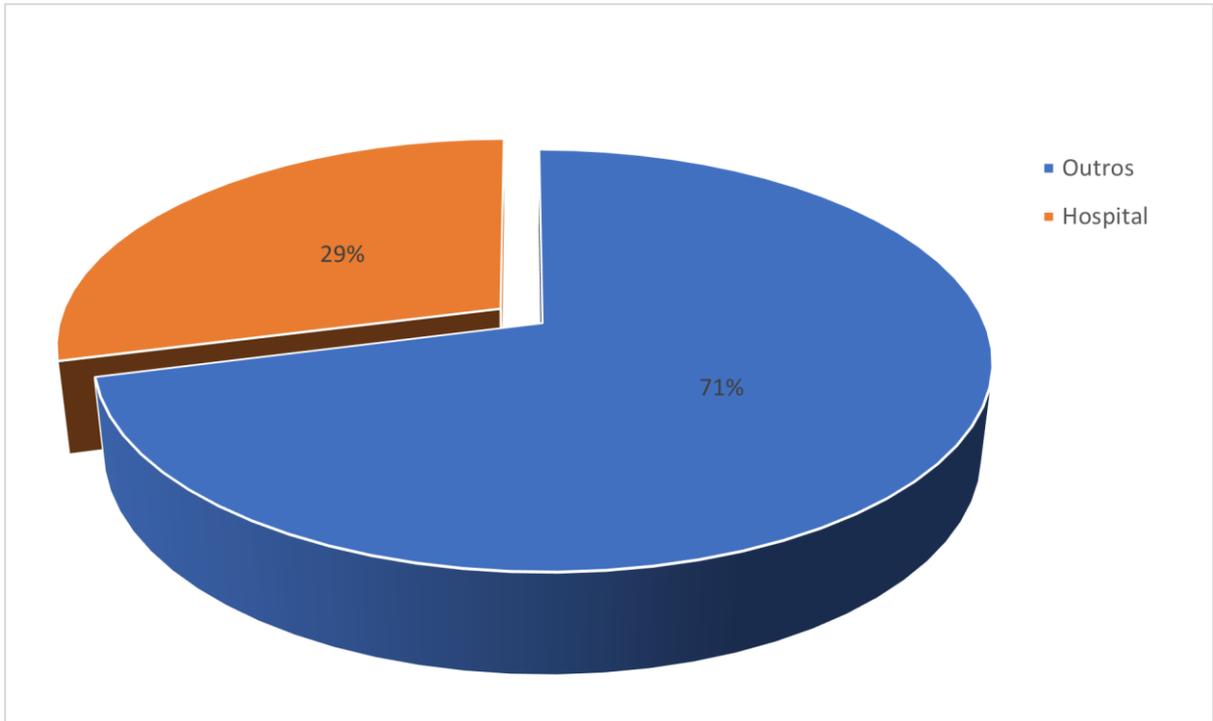
No entanto, se olharmos para as informações obituárias do jornal **O Globo** de 1855, o local de morte entra em cena e nos possibilita depreender que as ideias médicas e os surtos epidêmicos estavam promovendo uma modificação no hábito da espera da morte. Muitos passaram a morrer longe de casa, sob os cuidados “hospitalares”⁹⁴.

Em 1855, por exemplo, a Assembleia provincial aprovou um decreto lei que permitiu o sepultamento de Eduardo Olímpio Machado, ex-presidente da Província, na Igreja Catedral, estabelecendo em seu artigo 2º que a disposição se estendia para “todos os presidentes da província que por ventura houverem de fallecer durante o período de sua administração”, revogando no artigo 3º a postura número 54 do código de posturas da cidade⁹⁵. As representações sociais diante da morte, reverberavam essa dicotomia entre a capacidade coletiva da religiosidade e *status* de poder que ela mesma poderia conferir. Em outra ponta, há indigentes e escravizados que são praticamente largados em “qualquer lugar”.

⁹⁴ O termo hospital aqui é tomado de forma precária e observando as condições em que as enfermarias militares se expandiram, na segunda metade do século XIX em São Luís, para atender a demanda de doentes pela epidemia de *bexigas*. Os dados fornecem o hospital de “São Sebastião” como local desses falecimentos.

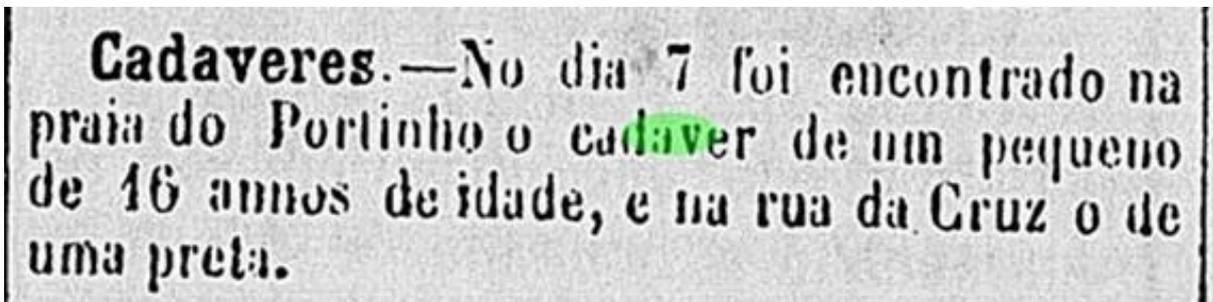
⁹⁵ Assembleia província. **Diário do Maranhão**. São Luís. 1855, nº233, p.03.

Figura 17: Locais de falecimento pelos obituários do Jornal **O Globo** de 1855.



FONTE: Autor, 2024.

Figura 18: Cadáveres encontrados.



FONTE: **O Paiz**. 1863, nº34, p.02.

Existem outras particularidades, como a separação entre o cemitério de católicos e protestantes, dos quais não temos muito aprofundamento neste trabalho, mas que remete às rupturas que existem inclusive no que se refere a morte. A morte está, por assim dizer, carregada de aspectos humanos históricos, marcados pela desigualdade e pela disputa de poder.

Figura 19: Publicações Geraes: Fallecimentos. *O Paiz*. 1863, n°57, p.02.

Fallecimento.—No dia 1.º foi enterrado no cemiterio dos protestantes, um subdito inglez, marinheiro do patacho *Persia*. Por este motivo tiveram o pavilhão em **foueral** os navios daquella nação.

FONTE: memoria.bn.gov.br.

Figura 20: Noticiário: Falecimentos. *Diário do Maranhão*. 1875, nº461, p.02.

Fallecimentos. — Sepultou-se hontem no cemiterio inglez o cadaver do negociante suiso Carlos Naefl, que do Piauhý chegou ha dias, já doente. Sucumbio victima de um typho.

— Sepultou-se tambem hontem ás 4 1/2 horas da tarde Manoel José d'Assumpção Lindoso, o mais antigo pratico da barra e muito conhecido nesta cidade por *Mano Peixinho*.

Acommetido de violenta enfermidade que o inutilisou de procurar meios de subsistencia, para si e sua pobre familia, foi durante esse tempo, 2 annos, socorrido pela beneficente sociedade do Divino Espirito Santo, que tambem tractou de seu decente funeral, sendo secundado pela companhia dos praticos.

E isto mais uma prova da utilidade que ha da sustentação de associações desta natureza, maxime quando a sua totalidade é composta de artistas e estes pobres.

FONTE: memoria.bn.gov.br.

Iniciamos esse capítulo com uma pergunta: e o cadáver, para onde vai? O que os dados e as informações complementares nos mostraram é que, São Luís teve uma relação histórica marcada pela morte calamitosa através de flagelos sociais epidemiológicos, mas isso não impediu a massificação de costumes relacionados a morte e ao morrer, de maneira que a relação entre vivos e mortos permaneceu inabalável até meados de 1855, quando se promoveu uma verdadeira campanha de reformulação das práticas sociais aliando-se a imprensa e ao medo que ela passou inserir no

imaginário. Não há como negar, o cadáver vai de casa e qualquer outro local, ou do hospital, para o cemitério.

Podemos concluir, que a década de 1850 foi o período chave para o que viria a seguir, entre os anos de 1860 e 1870, recrudescimento acentuado das atitudes religiosas coletivas diante da morte, para atitudes individuais, privadas e silenciosas, na grande maioria dos casos, e inserção do ideal de igualdade na sepultura, algo que remonta ao período revolucionário francês e que pode estar associado aos cemitérios civis do início da República. Fato é que as representações diante da morte, já nesse interim, se encontram abaladas pelos valores seculares de uma sociedade moderna que busca se afastar da ideia de morte pela separação com os mortos e o morrer enquanto prática social coletiva.

3 “DA CASA-SEPULTURA”: as representações sociais diante da morte em São Luís na segunda metade do século XIX (Os registros de óbito e os testamentos)

Quando leio “Fausto” de Goethe, viajo pelo mundo do homem angustiado diante da perspectiva da morte e mediante uma vida, do ponto de vista dele, infrutífera e inerte. Nas interpretações dos estudiosos de literatura e filosofia, Fausto representaria a viagem da ciência moderna na busca pela sua afirmação.

O desejo intrínseco de um homem abarcaria, metafisicamente, o processo moderno denominado de racionalismo. Contudo, posso interpretar nosso personagem como símbolo da necessidade humana de perpetuar-se no pós-morte, o desejo de permanecer na história. Tal é o papel dos testamentos na segunda metade do século XIX em São Luís, e isso se estende para o cemitério *extramuros*, local de memória na *urbe*.

Como produto desse sofrimento, a sociedade, quadro dos indivíduos, lega o que historiadores chamam de “representações”. Desde a mais remota sociedade a mais complexa “civilização”, as representações desempenham o papel fundamental da composição histórica. Entre os diferentes tipos de representações, nos interessa em especial as que se baseiam na relação dos indivíduos e grupos com a morte.

É bem verdade que a viagem de Dante ao purgatório e ao inferno, cairia em melhor tom, para as explanações que se seguirão adiante voltadas para os registros de óbitos e testamentos, manuscritos, mas isso não impossibilita a percepção de que a imagem do além permeia a atitude humana diante da morte no século XIX, e ainda hoje é uma incógnita aterrorizante. Não sabemos como viemos parar aqui e nem para onde vamos.

O franciscano do século XIV, imerso na conjectura do próprio período, não faz mais do que expor essa angústia da alma humana, na tentativa de sossegar no profundo apego as imagens que a religiosidade, emaranhada nas tradições remotas e diversas (judaica, grega e romana), formulam do além após a morte. Essa possível certeza, ainda que aterrorizante, justifica algumas atitudes diante da morte como o hábito de testar.

Elaborar o testamento, significa preparar-se para a morte e por ela não ser surpreendido. Essa prática remonta ao período de mais ou menos fins do século XVI e início do XVII. O hábito foi aperfeiçoado por volta do século XVIII com a impressão de manuais que ensinavam como se devia morrer:

Um autor piedoso de 1736 escreve no primeiro capítulo um *Método cristão para acabarem santamente a vida*, ou seja, uma arte de bem morrer no século XVIII “Que faz um doente que se vê em perigo de morte? Manda chamar um confessor e um notário” Um e outro são igualmente necessários [...] Explica: “Um confessor para pôr ordem nas questões da consciência, um notário para fazer o testamento” ...⁹⁶

Legalmente, a história jurídica do testamento nas terras *brasilis* remonta ao período colonial, sob a jurisprudência de notários a serviço da burocracia reinol, tendo como norte inequívoco as ordenaçõesmanuelinas, afonsinas e por último *ordenações Filipinas*, especificamente seu livro II⁹⁷, artigo 70 (LXXX). Nele é estabelecido a maneira “legal” de como se farão os testamentos, onde se discrimina a presença de testemunhas e suas posições sociais, devendo serem expressamente livre e maiores de quatorze anos. Testar, para o Estado, seria um ato de passar para a geração seguinte as propriedades e recursos materiais, significando muito mais a preservação da natureza e integridade social e territorial do que uma preocupação com o “além”.

Os testamentos são documentos que, ao longo dos séculos, não só desempenharam um papel crucial na regulamentação da transmissão de bens após a morte, mas também se tornaram valiosas fontes históricas. A análise destes documentos oferece uma perspectiva única sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e jurídicos das sociedades em diferentes períodos históricos. A historicidade do testamento, portanto, revela-se uma rica área de estudo para historiadores e outros estudiosos.

Os primeiros registros de testamentos datam de civilizações antigas como o Egito e Roma. Na Roma Antiga, o testamento, ou "testamentum", era um instrumento legal fundamental que permitia aos cidadãos expressar suas últimas vontades, nomear herdeiros e libertar escravos. Essa prática estava tão enraizada na cultura romana que sua violação ou falsificação era severamente punida (Crawford, 1996)⁹⁸. Durante a Idade Média, a influência da Igreja Católica fez com que os testamentos frequentemente incluíssem doações para a Igreja e obrigações religiosas, refletindo a centralidade da fé na vida cotidiana e na morte (Muir, 1997)⁹⁹.

Os testamentos são fontes riquíssimas para a história social, econômica e cultural. Eles revelam informações detalhadas sobre a distribuição de riquezas e propriedades, relações familiares,

⁹⁶ ARIÈS, Philippe. Testar: um dever de consciência, um acto pessoal. Segunda parte: a minha morte. In: **O Homem diante da morte**. Trad. Ana Rahaça. Ed. n°: 106047/7453, agosto de 2000, p.238.

⁹⁷ **ORDENAÇÕES FILIPINAS**. *Ordenações Filipinas*. Livro I, II e III. [S.l.: s.n.], 1603. Disponível em: **Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP)**: <https://www.bibliotecadigital.usp.br>. Acesso em: acessado em 2024.

⁹⁸ CRAWFORD, M. H. **Roman Statutes**. *Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement*. London: Institute of Classical Studies, 1996.

⁹⁹ MUIR, Edward. **Ritual in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

papéis de gênero e práticas religiosas. Segundo Schofield (1986)¹⁰⁰, a análise de testamentos pode oferecer insights sobre a estrutura das famílias e as relações entre diferentes membros, destacando a importância dos laços familiares na manutenção do patrimônio e na continuidade social.

Além disso, os testamentos frequentemente mencionam indivíduos de status social variado, desde parentes próximos até servos e amigos, proporcionando uma visão mais completa da sociedade. Muir (1997)¹⁰¹ argumenta que esses documentos podem revelar padrões de consumo, gostos estéticos e práticas culturais através da menção de objetos pessoais como móveis, roupas e joias. Dessa forma, os testamentos ajudam a compreender as nuances da vida cotidiana e as mudanças nos padrões de consumo ao longo do tempo.

Do ponto de vista jurídico, os testamentos refletem a evolução das normas e práticas legais relacionadas à propriedade e herança. Baker (2002)¹⁰² destaca que a análise de testamentos pode revelar como as leis adaptaram-se às transformações econômicas e sociais. Na Idade Moderna, por exemplo, com o surgimento da burguesia e o aumento das riquezas pessoais, os testamentos passaram a incluir uma gama mais ampla de bens, desde propriedades rurais até ações e investimentos, o que exigiu uma linguagem mais complexa e detalhada.

Os testamentos também são fundamentais para o estudo da história econômica. Eles fornecem dados sobre a distribuição de riquezas e propriedades, bem como sobre as relações econômicas dentro de uma sociedade. Segundo Kittel (2003)¹⁰³, a análise de testamentos pode ajudar a entender a mobilidade social e a concentração de riqueza, além de fornecer informações sobre as práticas de poupança e investimento.

A historicidade do testamento e seu uso como fonte histórica são inestimáveis. Esses documentos não apenas regulamentam a transmissão de bens após a morte, mas também oferecem um espelho detalhado das sociedades em que foram criados. Através da análise de testamentos, é possível traçar um panorama multifacetado da história humana, compreendendo melhor as complexas interações entre indivíduos, famílias, instituições e culturas ao longo do tempo.

¹⁰⁰ SCHOFIELD, R. S. **Family Structure, Social Change and Economic Growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹⁰¹ MUIR, Edward. **Ritual in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

¹⁰² BAKER, J. H. **An Introduction to English Legal History**. 4. ed. London: Butterworths, 2002.

¹⁰³ KITTEL, C. **Wealth and Society in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

3.1 DINÂMICA SOCIAL NA ARTE DE TESTAR

O estudo dos testamentos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX oferece uma rica visão sobre a evolução das práticas jurídicas e sociais no país. Esses documentos não apenas regulamentam a transmissão de bens após a morte, mas também refletem as mudanças culturais, econômicas e sociais ao longo do tempo. Neste período, várias formas de testamento foram utilizadas, cada uma com suas particularidades e importância histórica.

Entre os tipos testamentários: público¹⁰⁴; cerrado¹⁰⁵, nuncupativo¹⁰⁶, notamos a presença, em nossa amostragem, de porcentagem maior entre os testamentos cerrados. Contudo, as três categorias testamentárias vigoraram no corpo social português e brasileiro. A análise dos testamentos deste período revela mudanças significativas nas práticas e costumes relacionados à herança e à distribuição de bens.

Nossa amostragem contém a falha de não abranger todo o espectro social ludovicense do período, de maneira satisfatória, por essa conta nos debruçamos acerca dos documentos de que dispomos. O tempo de pesquisa, o acesso as fontes, assim como a transcrição de quantidade ainda maior, demandariam extenso trabalho que só poderia ser melhor desenvolvido em um doutorado. Porém, temos uma amostragem maior ainda entre os forros, da passagem dos bens e das últimas vontades, feitas quase que exclusivamente pelo gênero feminino, estabelecendo uma linha de raciocínio do testamento como fonte de poder¹⁰⁷.

Nosso recorte dentro da cidade de São Luís foi a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, por termos encontrado seus registros em bom estado de conservação e por ser a freguesia mais

¹⁰⁴ Este tipo de testamento era elaborado na presença de um tabelião e de testemunhas, sendo registrado em um livro de notas. Era o formato mais seguro e acessível, garantindo maior autenticidade e menos suscetível a fraudes. Os testamentos públicos fornecem detalhes ricos sobre a vida social e econômica, incluindo inventários detalhados dos bens e instruções específicas para sua distribuição (Marins, 1999).

¹⁰⁵ Também conhecido como testamento secreto, este documento era escrito pelo próprio testador ou por alguém a seu pedido, sendo depois lacrado e entregue ao tabelião na presença de testemunhas. Sua abertura e leitura ocorriam somente após a morte do testador, garantindo maior sigilo sobre seu conteúdo até esse momento (Leite, 2010).

¹⁰⁶ Este tipo de testamento era feito oralmente, geralmente em situações de emergência, como em caso de doença grave ou durante viagens. Era registrado posteriormente por testemunhas que ouviram as últimas vontades do testador. Devido à sua natureza, este tipo de testamento era menos formal e mais sujeito a contestação (Pereira, 2005).

¹⁰⁷ CAMPOS, Marize. **Senhoras Donas**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2018.

importante. Nosso número de óbitos se resume a 23 para o ano de 1850, 25 para 1855 e 20 para 1860, contando-se mais 4 para 1865 e 1870¹⁰⁸.

Em que vias se encontra o testamento na capital São Luís da segunda metade do século XIX? Com estrutura modelada, contendo uma espécie de prólogo onde se especifica do que se trata o tal documento, nome de quem pertence o testamento, e logo segue-se a abertura, com os ditos legais, como se se realizasse a escrita de uma ata de reunião. Descreve-se o ano, nomeiam-se testador, o juízo no qual se dá o testamento, o escrivão e as testemunhas. Depois o testador passa a narrar os bens de que dispõe e como irá se “desfazer” deles, se atentando em explicar que sua condição mental se encontra em “perfeito estado”, mesmo que esteja no leito, por conta de uma doença.

A estrutura aqui latada não é singular e excepcional, é a forma comum como eram redigidos tais documentos no Império. São Luís não inova aí, contudo, a ruptura, se é que existe nesse período de tempo ou foi operada antes, reside na transformação do testamento em um artifício secular de disposição de bens, semelhante ao que acontece no Seridó, no Rio grande do Norte (RODRIGUES DOS SANTOS, 2011, p.184), e alguns fatores socioeconômicos são importantes para compreendermos essa transição.

Se por um lado, a cidade não parecia comportar uma estrutura fúnebre com relativa pompa e carestia com que se processavam os rituais fúnebres católicos, pressionando a Igreja a adotar formas mais simples para se fazerem os sepultamentos dos fiéis, pelo outro, a inserção de ideias médicas e o medo das epidemias através dos periódicos jornalísticos, bem como, o relativo crescimento de uma elite burocrata¹⁰⁹ mais intelectualizada e dinâmica comercial crescente, a capital promoveria transformações que pareciam ir além das medidas de readequação urbana e embelezamento dos seus imóveis, igrejas, colégios e Hospital¹¹⁰.

Acerca das diferenças testamentárias de época para época, podemos considerar, com base na análise de nossa amostra, a redução do famoso de alguns hábitos, entre os quais o acompanhamento fúnebre mais repleto de pessoas; distribuição de esmolas; pedidos para rezarem-

¹⁰⁸ Algumas imagens do livro estavam ilegíveis, de maneira que aproveitamos o necessário e isso comprometeu nossa amostragem entre 1860 e 1870.

¹⁰⁹ LIMA, Edylene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. Dissertação (Mestrado em História e Cultura histórica) - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2009. 139p.

¹¹⁰ SILVEIRA, Carlos Henrique Pinto da. A irmandade da Misericórdia: disputas pelos ritos fúnebres e urbanização em São Luís na segunda metade do século XIX. **Outros tempos**, volume 5, nº 6, dezembro de 2008 – Dossiê Religiões e Religiosidades.

se missas em nome da alma dos defuntos. Nos testamentos o modelo que impera é a busca pela partilha dos bens, transformando o mesmo em um “instrumento jurídico da vontade do morto”.

De modo similar, notamos a tendência, nos registros de óbito, de informar como *lugar comum* para sepultamento os cemitérios públicos, ainda que a prática do *hábito* religioso como o uso mortalha persistisse de maneira geral. Se podemos fazer uma correlação entre os testamentos e os registros de óbito, seria sagaz supor que o segundo, por ser documento elaborado, em sua maioria, pela Igreja, tivesse as marcas sacrais mais presentes do que no primeiro, documento de cunho individual e social, ao mesmo tempo privado e público, porém elaborado sob normas jurídicas do Estado secular e por especialista, em vários casos, a serviço da burocracia imperial¹¹¹.

Registro do testamento com que nesta Cidade fallecô Antonio Gonçalves Corrêia Pinto de quem é testamenteiro Domingos Gonçalves Nina Côco, como abaixo se declara.

Mil oitocentos cincoenta e nove = Testador = Antonio Gonçalves Corrêia Pinto = Autos civis do testamento com que fallecô o acima mencionado = Juizo da Provedoria dos Residuos da Comarca da Capital de São Luis do Maranhão = Escrivão = Cantanhede = Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil oito centos cincoenta e nove, aos vinte dias do mêz de Janeiro nesta Cidade de São Luiz do Maranhão no meu Cartorio autuei e preparei na forma do estillo o seguinte testamento com que fallecô nesta cidade Antonio Gonçalves Corrêia Pinto. De que para constar faço esta autuação. Eu José Marcellino Cantanhede Escrivão que o escrevi = *Em nome de Deus Amem* = Eu, Antonio Gonsalves Corrêa Pinto, abaixo assignado, *achando-me de perfeito juizo e entendimento*, e querendo dispôr de algumas couzas e declarar outras o vou por via deste meu testamento = Declaro que sou natural da Freguezia da Ribeira de - Pinna, termo de Villa Real, Reino de Portugal, filho legitimo de Bento Antonio Gonsalves da Silva, e sua mulher Anna Ritta da Conceição, que nunca fui casado = Nomeio por meus testamenteiros em primeiro lugar a Manoel Gonsalves de Moraes, em segundo á Francisco Antonio Bandeira de Mello, e em terceiro a Joaquim Manoel de Souza Mattos, segundo a ordem por que vão nomeados = Declaro que tenho dous filhos menores de nomes Eduardo, e Ovidio, havidos da mulata forra de nome Maria Raimunda Gonsalves Nina, aos quaes reconheço como taes, afim de que me sucedão em meus bens, e direitos, instituindo-os como meus herdeiros únicos e universaes, e nomeio tutor dos mesmos meus filhos á Domingos Gonsalves Nina Côco, e na falta deste ao meu primeiro testamenteiro = Declaro que devo á Luis Manoel Rodrigues Villarinho cerca de duzentos mil reis; á José Ricardo da Roza Figueira, vinte e dous mil reis; á José Maria da Silva Porto, cerca de trez mil reis; á Joaquim Manoel de Souza Mattos, dois mil e tantos reis, pouco mais ou menos = Declaro que tenho sociedade mercantil com o meu testamenteiro Manoel Gonsalves de Moraes, e o debito e credito da mesma sociedade consta nos livros, e na liquidação da mesma confio na capacidade e honradez do dito meu socio = Declaro que me devem o seguinte: Manoel Antonio de Brito Telles a quantia de doze mil reis de meia duzia de camizas; Joaquim José da Silva, vinte e dous mil reis Santos, caxeiro de Leite & Irmão, treze mil reis, de meia duzia de camizas = Declaro que ainda tenho de saldo á meu favor da caza da viuva José Moreira da Silva & Companhia de onde sou caixeiro despachante e Guarda Livros, o que constar da escripturação da mesma caza, o que será recebido pelo meu testamenteiro e entregue aos meus herdeiros = Declaro que sou socio da sociedade Auxiliar Maranhense na qual tenho o fundo de quarenta e trez mil reis = Declaro que ainda não recebi a legitima de meus Pais já fallecidos, a qual consta de propriedades, bens de raiz etcetera existentes da dita Freguesia

¹¹¹ FAORO, Raymundo: **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: O Globo, 2001.

da Ribeira da Penna, e da parte que me pertence deixo a terça as minhas irmãs Luiza, Antonia, e Martha = Declaro que [...] (LIVRO..., 1859, p., *grifo nosso*).

Esse testamento, redigido no fim da década de 1850, traz os elementos apresentados na abertura deste capítulo, os quais foram destacados: *em nome de Deus amém e em perfeito juízo*. Os testamentos, analisados por nossa pesquisa, somando-se 6 de pessoas brancas e 22 de pretos forros, encontram-se em linha de consonância no que diz respeito a estrutura, mas divergem quando se toma por base a prática testamentária pelo gênero em cada grupo social.

Entre os forros, a prática testamentária encontra nas mulheres suas maiores utilizadoras, na ordem de 17 testadoras para 5 testadores, enquanto entre os brancos a prática tende a se desigualar a favor dos homens, somando 4 testadores para 2 testadoras.

O segundo ponto a se considerar é o motivo pelo qual se testa. Entre os brancos, apenas 1 faz o testamento por encontrar-se enfermo, Dona Emillianna Roza de Jezus¹¹² (1859), mas em perfeito juízo, os demais o fazem por outros motivos, entre os quais a necessidade de se dispor dos bens. Outro sim, o prólogo “em nome da santíssima Trindade” aparece em pelo menos 2 dos testamentos dos brancos. O prólogo parece ter correlação com os ensinamentos do manual “Breve aparelho, e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão” (ESTEVIÃO DE CASTRO, 1627, p. 100 a 126, Cap. XXV).

Em pesquisa sobre o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro, Rodrigues (2005) observa nos registros de testamento a diminuição do número de padres como testamenteiros, indício da sofisticação burocrática na produção do documento. O mesmo foi notado nos registros de óbitos, menos frequente, mas indicativo da atuação das ideias seculares sobre a religiosidade popular. Ressalta a autora resalta que os registros de óbito “...evidenciam uma redução nas menções a rituais religiosos tradicionais, indicando uma tendência à secularização” (Rodrigues, p. 45).

A pesquisa da professora Claudia Rodrigues sobre a secularização da morte no Rio de Janeiro analisa como as práticas e representações da morte se transformaram ao longo do tempo, especialmente sob a influência do processo de secularização.

Concluiu que houve uma transformação significativa nos rituais fúnebres, que passaram de cerimônias religiosas tradicionais para práticas mais laicas e personalizadas. Isso reflete uma mudança na percepção da morte e no papel da religião na vida das pessoas. A secularização da morte

¹¹² Livro cópia de testamentos, 1859. Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão.

também é evidenciada pela transformação dos cemitérios, que passaram a ser administrados pelo Estado e vistos como espaços públicos e laicos, ao invés de religiosos. A autora sugere que "A municipalização dos cemitérios em 1850 marcou o início da transformação desses espaços em áreas laicas e públicas" (Rodrigues, p. 78).

A pesquisa aponta que a relação das pessoas com a morte se tornou mais individualizada e menos influenciada pelas instituições religiosas. Isso é refletido na escolha por cremações, cerimônias civis e na personalização dos funerais. Mudanças sociais e culturais, como a urbanização, a modernização e o aumento da influência de ideologias secularistas, contribuíram para essa transformação na forma como a morte é encarada e tratada.

Na mesma linha, na cidade de São Paulo o professor Renato Cymbalista¹¹³ examinou a transformação das práticas e representações da morte no contexto da modernização e urbanização da cidade. Concluiu que houve uma significativa mudança nos rituais fúnebres, com uma gradual transição de cerimônias religiosas tradicionais para práticas mais laicas e personalizadas. Diz Cymbalista que "Os registros de óbitos do Cemitério da Consolação mostram uma crescente tendência de cerimônias civis a partir da década de 1920" (Cymbalista, p. 67).

João José Reis sobre a secularização da morte em Salvador oferece uma análise detalhada sobre como as práticas e percepções em torno da morte mudaram ao longo do tempo, especialmente no contexto da secularização. Houve uma transição significativa dos rituais fúnebres tradicionais, profundamente religiosos, para práticas mais laicas e personalizadas. Entre as fontes que o levaram a tais conclusões podemos contar: Registros de óbitos, documentos de irmandades religiosas, arquivos paroquiais. Mas sua riqueza reside na percepção da desagregação da sociedade de suas práticas religiosas populares por parte do Estado através da laicização dos espaços dos mortos e do sincretismo religioso que misturou os rituais fúnebres católicos aos rituais fúnebres africanos.

Nós compreendemos o sincretismo religioso do cuidado com os mortos enquanto processo de secularização por envolver a participação popular nos ritos de encomendação, pois a dessacralização não ocorre de maneira instantânea, ela é um processo de agregação de novas práticas que levam a descaracterização do sagrado como ele foi elaborado primitivamente.

¹¹³ Projeto de pesquisa desenvolvido pelo referido professor, no ano de 2019, sob o título: Transições metropolitanas: crescimento, industrialização e mudanças populacionais nas grandes cidades brasileiras, 1920-1950.

Esses pontos são cruciais para entendermos inclusive como ocorre a circularidade cultural de práticas sociais, típicas de um grupo, a outro. É o que ocorre nos registros de testamento. Negros libertos utilizando nos testamentos os elementos da religiosidade católica, inclusive mais precisos que os brancos, e se desfazendo dos seus bens na linha do que preconizava o *Breve aparelho* de Estevão de Castro¹¹⁴.

No entanto, todos os autores sugerem, e isso se evidencia em nossa pesquisa, que a percepção das transformações de longa duração no que diz respeito aos ritos fúnebres e ao processo de secularização da morte, passa pelos registros de óbitos e sua catalogação seriada. Os testamentos encontram-se em um ramo das últimas vontades do jacente, não mais sob o olhar fiscalizador da Igreja. Isso posto, inferimos que possivelmente seja o primeiro documento a evidenciar um processo de secularização mais enfático e adiantado em relação ao outro.

Dona Maria Raymunda da Conceição, declara em testamento datado de 1866, que é de nação mina, foi escrava de Alexandre Henriques Leal e casada com Paulo Antonio Soares, da mesma nação, de “cujo matrimônio tive cinco filhos dos quaes quatro já falecidos” enquanto o quinto de nome Jerônimo se acha na “cidade da Bahia”, seu único herdeiro. Dona Raymunda inicia suas palavras em nome da “Santíssima trindade” e afirma crer e viver na fé que professa. O testamento é redigido por um escrivão de nome José Marcelino Costa.

A testadora, forra, possui pelo menos uma escrava, de nome Aguida, para a qual deixa uma carta de alforria em 12/08/1864, a qual se encontra em mãos de Cordolina “para ser entregue após meo falecimento” mais a sua meia morada na Rua de Sant’Ana/Gonçalves Dias. A mesma declara que o preto Sião (mina) lhe é devedor da quantia de cento e oitenta mil reis. Dona Maria Raymunda da Conceição faleceu em 31/03/1866.

Dona Genoveva, 7 anos antes, precisamente em 1859, dispõe de suas últimas vontades de maneira mais sucinta na abertura, informando apenas estar em seu perfeito juízo e que é natural de Oeiras, na província do Piauí. Declara ser filha legítima do “Capitão Vicente Soares da Silva, e de Donna Maria Angelica da Purificação, ambos já falecidos” e foi casada com o capitão José Ignácio Borges, e que do matrimônio não teve filho algum. Segue a testadora:

¹¹⁴ CASTRO, Estevam de. **Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos, penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N. S. P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas.** Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677.

Assim, não tenho herdeiros forçados, descendentes ou ascendentes, posso dispôr livremente de todos os bens que possúo = Declaro que tenho á [premio], em mão de diversas pessoas desta Cidade, a quantia de nove centos e sete centos mil reis, moeda corrente, como consta dos titulos que existem em meu poder, entrando na quella quantia a de quinhentos mil reis de úma letra passada pelo meu Compadre o finado José Gonçalves Teixeira =Declaro que José Antonio do Valle Guimarães me éra devedor de reis quatro contos, por escriptura publica feita em mil oito centos cincoenta e úm nas notas do Tabellião Joaquim Baptista da Cunha; e dessa quantia ainda me resta a de dous contos de reis importancia das duas ultimas prestações estipuladas na dita escriptura, alem dos respectivos juros = Declaro que o cazal do meu fallecido Compadre José Gonçalves Teixeira me deve, alem da supra mencionada letra de quinhentos mil reis, a quantia de trez contos de reis de Capital, bem como os juros vencidos e que se vencerem de úma letra passada pelo referido Teixeira á Donna Rosa Elena [...] ¹¹⁵

Nossa amostra de testamentos é relativamente curta para dar conta um processo tão complexo e vasto, mas podemos fazer as seguintes suposições: os padres não são mais os redatores dos testamentos e nem auxiliam na elaboração do mesmo, isso é feito por tabelião ou pessoa de confiança, parente ou amigo próximo.

Como iremos observar a seguir, o testamento, com base em nossos dados, torna-se um documento individual e familiar, com forte presença das relações de compadrio. Alguns forros nomeiam como testamenteiros amigos e parentes, mas elencam os brancos, possivelmente seus ex-donos ou pessoas com as quais estabelecerem relação comercial amistosa. Esses feitos possibilitam encontrar no documento testamentário da segunda metade do século XIX em São Luís as representações seculares da morte e as evidências historiográficas da dinâmica social e da economia. Ex-escravos que possuíam escravos, casa, quantia em dinheiro e família numerosa, mas dispersa.

No caso dos testamentos dos brancos, a esmagadora maioria delega a função de testamenteiro aos parentes, neste caso a família é detentora do controle da passagem de herança, nada mais diferente da tendência que se observa no segundo quartel dos oitocentos na capital maranhense.

O testamento, de acordo com as informações de que dispomos, já não é mais um documento religioso, ao contrário do registro de óbito, cuja transformação em documento secular é vista de maneira mais lenta, na longa duração ou, possivelmente, o testamento tenha sofrido transformações mais prementes, enquanto os registros de óbito permaneceram intocados.

Para responder a esses pontos supomos dois caminhos: o primeiro é que a burocracia do estado tenha se acelerado entre os fins do século XVII e permanecido constante ao longo do século XVIII, no que diz respeito a sua racionalização, algo mais rápido em relação as ideias religiosas

¹¹⁵ Livro cópia de testamentos, 1859. Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão.

atreladas ao modo de morrer, que só foi possível diante da influência das ideias medico-científicas no século XIX.

Tabela 1: Relação de amostragem dos testamentos dos brancos de 1859.

TESTADORES BRANCOS			
TESTADOR	ANO	TESTAMEN TEIRO	GRAU
Antonio Gonçalves Correa Pinto (branco)	1859	Domingos Gonçalves Nina Côco	Parente
Dona Emillianna Roza de Jesuz (branca)	1859	Capitão Gentil Homem de Almeida	Viuvo
Leocadio Antonio D'Abrel (branco)	1859	Donna Urçula Maria de Mendonça	Viuva
Antonio Pinheiro (branco)	1859	Lazzaro Moreira	Não identificado
Donna Genoveva Romana de São José Borges (branca)	1859	Basilio Hesketh	Não identificado
Manoel Ignacio Serpa Duarte (branco)	1859	Antonio João Serpa Duarte	Parente

FONTE: Autor, 2024.

Tabela 2: Amostragem dos testamentos dos forros 1851 a 1866.

Maria Raimunda da Conceição (preta)	1866	Ritta	Irmã
Maria de Sant'Anna (preta forra)	1865	Manoel dos Santos Pinho	Não identificado
José Benedicto da Silveira Souto (preto)	1864	Joaquim Marques	Não identificado
Manoel do Nascimento (preto)	1864	Thereza de Jesus Caldas	Viuva
Maria Joaquina (preta forra)	1853	José Elias dos Santos e	Afilhados
Bibiana Maria do Rosario Marques	1866	Maria Magdalena	Não identificado
João Pedro (preto forro)	1865	Tenente Coronel	Não identificado
Maria Rosa da Conceição	1863	Custodio Barbosa;	Ambos os testadores e mais um não identificado
Alexandrina Raimunda Pires	1863	Mirandolina Praxedes	Não identificado
Margarida Maria da Conceição (preta)	1854	Compadre Isaac Expos	Amigos
Francisca Salgado (preta forra)	1855	Moises Joaquim	Não identificado
Antonio José Gaiozo (preto forro)	1854	Isidora (crioula);	Amigos
Francisco da Costa Belfort (preto forro)	1865	Maria Thereza da	Não identificado
Candida Maria (preta forra)	1845	Mathias José Fernandes do	Um genro e os demais não identificados
Gertrudes Rosa (preta forra)	1852	Alberto José da Cunha;	Duas filhas de criação e um não identificado
João Ventura Alves (preto forro)	1851	Benedito Borges; José	Não identificado
Antonia de Santana (preta forra)	1854	Vitorio Antônio de	Não identificado
Justino da Costa Meirelles (preto)	1863	Caetano da Costa	A esposa e dois não identificados
Luzia de Roma (preta forra)	1853	Manoel Cordeiro de	Não identificado
Anna Maria da Conceição (preta)	1860	Joaquim Raimundo da	Não identificado
Albina Joaquina de Jesus (preta forra)	1853	Silvestre José de	Não identificado
Thomázia (preta forra)	1860	Antônio Rodrigues de	Um parente e um padrinho e outro não identificado
Izabel Maria (preta forra)	1854	Luiz Carlos da Fonseca	Não identificado

FONTE: Autor, 2024.

A abertura fica mais suscinta e direta, sugerindo ao leitor que se trata de um documento mais de passagem de herança do que de cuidado com a alma. A desigualdade de testadoras femininas

entre os brancos não encontra equivalente entre os negros forros. A ascensão social é perceptível nos registros testamentários dos libertos, mas o testamento não confirma as transformações das representações sociais diante da morte, outro documento, de cunho religioso poderá nos ajudar nesse intento.

3.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DIANTE DA MORTE EM SÃO LUÍS: um estudo dos registros de óbito da freguesia de Nossa Senhora da Vitória

Os registros de óbitos do século XIX no Brasil são uma fonte rica e fundamental para a compreensão das transformações das práticas e representações em torno da morte. Esses documentos não apenas catalogam os falecimentos, mas também revelam detalhes importantes sobre os rituais fúnebres, as causas da morte, e a influência da religião e das práticas laicas na sociedade brasileira. A partir da análise desses registros, é possível conceber o processo de secularização da morte e as mudanças na maneira como os brasileiros se relacionam com a finitude e com o pós vida.

As representações sociais da morte variam amplamente ao longo do tempo e das culturas, refletindo mudanças nas atitudes, crenças religiosas, práticas funerárias e contextos sociais e econômicos. A historiografia oferece uma visão rica e diversificada dessas representações, analisando como diferentes sociedades entendem e lidam com a morte.

Durante a Idade Média, a morte era uma presença constante na vida cotidiana devido a guerras, epidemias e alta mortalidade infantil. O historiador Philippe Ariès¹¹⁶, em sua obra "O Homem Diante da Morte" ("L'Homme devant la mort"), destaca como a morte era vista como uma passagem natural, amplamente aceita e integrada na cultura medieval. As representações da morte incluíam danças macabras, que ilustravam a igualdade da morte para todas as classes sociais, e o "Ars Moriendi" (Arte de Morrer), que oferecia orientações para uma boa morte cristã.

No Renascimento, houve uma mudança nas representações da morte, influenciada pelo humanismo e pela redescoberta da cultura clássica. A morte começou a ser vista sob uma luz mais individualista e existencial. Ariès¹¹⁷ também aborda como, nesse período, a morte passou a ser tematizada em termos mais pessoais e introspectivos, com uma ênfase maior na memória e no legado

¹¹⁶ ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante Morte**. Trad. Ana Rahaça. Ed. nº: 106047/7453, agosto de 2000.

¹¹⁷ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

individual. Práticas como a construção de monumentos funerários elaborados refletem essa mudança.

O século XIX trouxe novas perspectivas sobre a morte com o desenvolvimento da ciência e da medicina. As obras de Thomas Laqueur¹¹⁸, como "The Work of the Dead: A Cultural History of Mortal Remains", exploram como a morte foi medicalizada e como os cemitérios foram reformados para refletir novas sensibilidades urbanas e higiênicas. A morte começou a ser marginalizada e escondida da vista pública, um processo que Ariès chama de "morte proibida" ("la mort interdite").

As representações sociais da morte no Brasil entre os séculos XVII, XVIII e XIX refletem uma combinação de influências indígenas, africanas e europeias, resultando em práticas e crenças únicas. A historiografia brasileira oferece insights valiosos sobre como diferentes grupos sociais lidaram com a morte e como essas práticas evoluíram ao longo do tempo.

No século XVII, o Brasil colonial estava marcado pela presença de missionários católicos, que impuseram práticas funerárias europeias aos povos indígenas e africanos escravizados. A morte era vista principalmente através da lente católica, com grande ênfase na salvação da alma e nos rituais religiosos. Igreja tinha um papel central nas práticas funerárias, incluindo missas, enterros em solo sagrado e procissões.

O século XVIII continuou a ser dominado pela influência católica, mas também viu o desenvolvimento de uma cultura sincrética, onde elementos africanos e indígenas se mesclavam às práticas cristãs. As irmandades religiosas, como as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos¹¹⁹, desempenhavam um papel crucial nas práticas funerárias da população africana e afrodescendente. A obra de João José Reis¹²⁰, "A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX", oferece um panorama das práticas funerárias afro-brasileiras e destaca como essas práticas integravam elementos de suas culturas de origem.

Durante o século XIX, o Brasil passou por profundas transformações sociais, políticas e culturais. A independência do Brasil em 1822, a abolição da escravidão em 1888, e a Proclamação

¹¹⁸ LAQUEUR, Thomas. **The Work of Dead**: A Cultural History of Mortal Remains. Princeton University, 2018.

¹¹⁹ SOARES, Mariza de Carvalho (Org). **Devotos de cor**: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

¹²⁰ REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1991.

da República em 1889 são eventos marcantes que influenciaram todos os aspectos da vida social, incluindo a forma como a morte era percebida e tratada. O processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras também desempenhou um papel crucial na secularização das práticas funerárias.

Os registros de óbitos do século XIX, mantidos por igrejas e, posteriormente, por instituições civis, são documentos que contêm informações detalhadas sobre os falecimentos, incluindo o nome do falecido, a data e a causa da morte, a idade, a ocupação e, muitas vezes, detalhes sobre o funeral e o local de sepultamento. Esses registros podem ser encontrados em arquivos paroquiais, cemitérios e, em alguns casos, em arquivos municipais e estaduais.

Inicialmente, os registros de óbitos estavam fortemente vinculados às práticas religiosas. Os rituais funerários eram quase exclusivamente organizados pela Igreja Católica, que dominava a paisagem religiosa do Brasil colonial e imperial. Os funerais eram cerimônias profundamente religiosas, com missas de corpo presente, encomendação da alma e sepultamento em solo consagrado, geralmente em igrejas ou em cemitérios paroquiais.

No entanto, ao longo do século XIX, observa-se uma gradual secularização desses rituais. A criação de cemitérios públicos, como o Cemitério da Consolação em São Paulo e o Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro, administrados pelo Estado e não pela Igreja, é um marco importante desse processo. Esses cemitérios se tornaram espaços públicos e laicos, onde pessoas de diferentes credos e até mesmo sem filiação religiosa poderiam ser sepultadas.

A análise dos registros de óbitos também revela mudanças nas representações da morte. A secularização trouxe uma perspectiva mais individualista e menos dogmática sobre o *pós vida*. As práticas funerárias começaram a refletir essa mudança, com um aumento na personalização dos funerais e uma menor ênfase nos rituais religiosos tradicionais. Isso é evidente na crescente popularidade de cerimônias civis e na diversificação dos rituais fúnebres.

Os registros mostram que, ao final do século XIX, era cada vez mais comum encontrar menções a funerais sem a presença de sacerdotes ou sem a realização de missas. Além disso, práticas como a cremação, que inicialmente enfrentaram resistência da Igreja Católica, começaram a ganhar aceitação, refletindo uma mudança nas atitudes em relação à morte e ao corpo pós-morte.

Estas fontes fornecem informações valiosas sobre as causas da morte, que podem ser analisadas para entender melhor as condições de saúde e as epidemias que afetaram a população

brasileira no século XIX. Doenças infecciosas como a febre amarela, a cólera e a varíola eram comuns e frequentemente mencionadas nesses registros. Essa análise ajuda a contextualizar a mortalidade alta e a resposta social e religiosa às crises de saúde pública.

Indo além, ajudam a fornecer dados demográficos que podem ser utilizados para estudar a estrutura etária, a mortalidade infantil, a expectativa de vida e as diferenças de mortalidade entre diferentes grupos sociais e étnicos. Por exemplo, a comparação entre registros de óbitos de escravos e de indivíduos livres pode revelar disparidades significativas nas condições de vida e saúde, refletindo as profundas desigualdades sociais da época.

Os registros de óbitos do século XIX no Brasil são uma janela para entender o processo de secularização da morte e as transformações nas representações da morte na sociedade brasileira. Eles documentam a transição de práticas funerárias dominadas pela religião para rituais mais laicos e individualizados, refletindo mudanças culturais, sociais e políticas. Ao analisar esses registros, os historiadores podem traçar um panorama detalhado da evolução das atitudes em relação à morte e no “pós vida”, contribuindo para uma compreensão mais ampla das transformações sociais no Brasil do século XIX.

Nos jornais subsistem os pequenos textos memorialísticos, de homenagens, que chamamos discursos fúnebres. Era preferencialmente destinado aos membros da elite, enquanto os pobres figuravam nos obituários como estatística. Junto aos textos era comum se colocar a imagem de um anjo, caveira, flores ou simplesmente nenhuma imagem representativa.

3.2.1 Trabalhando a fonte

As transformações no modo de morrer na sociedade ludovicense (São Luís do Maranhão) durante o século XIX até o ano de 1870 refletem mudanças sociais¹²¹, culturais e religiosas¹²² que ocorreram no Brasil como um todo, mas com características particulares devido à influência local.

Durante o século XIX, São Luís do Maranhão passou por diversas transformações econômicas e sociais. A cidade, que tinha uma economia baseada na produção de açúcar e algodão, também foi marcada pela presença significativa da população afrodescendente, tanto escravizada

¹²¹ MEIRELES, Mário. **História de São Luís**. 2. ed. São Luís: Editora da UFMA, 2002.

¹²² DOURADO, Luís Antônio de Mourão. **Religiosidade Afro-Brasileira em São Luís do Maranhão**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2005.

quanto liberta. A vida religiosa era dominada pela Igreja Católica, mas com influências sincréticas de tradições africanas e indígenas.

No início do século XIX, as práticas funerárias em São Luís eram profundamente influenciadas pela Igreja Católica¹²³. A morte era considerada um evento comunitário, com rituais que incluíam missas, procissões e sepultamentos em igrejas ou em suas proximidades. Os funerais eram acompanhados por cerimônias religiosas que enfatizavam a salvação da alma e a necessidade de orações para os mortos. As irmandades religiosas, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, desempenhavam um papel crucial nesses rituais.

À medida que o século XIX avançava, várias mudanças ocorreram no modo de morrer em São Luís. Com o crescimento urbano e as preocupações crescentes com a saúde pública, houve uma mudança gradual dos sepultamentos dentro das igrejas para cemitérios públicos. Essa mudança foi impulsionada pela necessidade de melhorar as condições sanitárias e evitar epidemias.

As práticas funerárias começaram a incorporar elementos das tradições africanas e indígenas, resultando em um sincretismo religioso. A presença de tradições afro-brasileiras nos rituais de morte tornou-se mais visível, especialmente entre as populações mais pobres¹²⁴. Em suas pesquisas, Dourado aborda o sincretismo religioso e como as práticas funerárias afro-brasileiras se integraram às tradições católicas em São Luís.

A ritualização da morte permaneceu importante, mas com mudanças significativas. Por exemplo, a elite local começou a adotar práticas funerárias mais elaboradas e europeizadas, incluindo a construção de mausoléus nos novos cemitérios.

As irmandades religiosas continuaram a desempenhar um papel significativo nas práticas funerárias, mas também começaram a enfrentar desafios com a secularização gradual da sociedade e as mudanças nas práticas de saúde pública.

Ademais, os registros manuscritos nos permitem inferir acerca da continuidade das práticas de representação do homem diante da morte, que preferimos considerar como “representações sociais diante da morte” por seu caráter coletivo nos aspectos da vestimenta do defunto, encomendação do corpo e acompanhamento até a sepultura. A participação de indivíduos

¹²³ NOBERTO, Antonio. *Cemitérios de São Luís: História e Memória*. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2010.

¹²⁴ DOURADO, Luís Antônio de Mourão. **Religiosidade Afro-Brasileira em São Luís do Maranhão**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2005.

de fora do quadro de vivência do falecido torna a morte uma expressão coletiva da sociedade do período.

Contabilizamos o número de óbitos, causas da morte, idades dos falecidos e analisamos as descrições de causas da morte, rituais fúnebres, e informações adicionais fornecidas nos registros, o que nos permitiu observar longas tendências e mudanças significativas, como o impacto de políticas higienistas e as epidemias intermitentes. Dessa forma fizemos uso dos métodos de análise quantitativa, qualitativa e história serial.

Os registros que adiante serão apresentados de maneira detalhada, corroboram, de outro lado, com nossa perspectiva de progressividade do secularismo entre as décadas de 1850 e 1870. O número baixo de sepultamentos com “pompa”, aqui definida pela quantidade de sacerdotes e pessoas comuns que acompanham o defunto, assim como sua vestimenta ligada ao hábito de um santo de devoção ou uniforme, nos impele acreditar na reclusão das atitudes diante da morte motivadas pela série de mudanças pelas quais a sociedade ludovicense veio passando de 1850 até fins de 1870, mudanças das quais viemos falando ao longo deste trabalho.

No início de 1850, o destino principal dos falecidos era o cemitério antigo da Misericórdia, que será interditado entre 1854 e 1856, período do surto de bexiga que leva as autoridades, por conta da quantidade de mortos, a construir o novo cemitério da Misericórdia, chamado de cemitério do Gavião, nome oriundo da localidade “quinta do gavião” (COE, 2008, p.68).

Ainda no intercurso de 1850 a 1855, tanto a gente da alta sociedade como negros escravizados eram sepultados no cemitério da Santa Casa, revelando uma crescente aceitação, por parte da sociedade, de que o cemitério fora das igrejas seria o lugar mais adequado para descanso eterno. O pé de igualdade com que se distribuem os dados dos números de brancos e negros sepultados neste cemitério é indício promissor dessa aceitação, mas a amostra carece de mais dados para corroborar a afirmação com mais ênfase. Passo a demonstrar os dados em tabela dos registros de óbito da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, do ano de 1850.

Tabela 3: Registros de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria de 1850.

<i>DATA</i>	<i>NOME</i>	<i>IDADE</i>	<i>CAUSA DA MORTE</i>	<i>COR/CONDIÇÃO</i>	<i>HÁBITO</i>	<i>LOCAL</i>
imagem 712						
01/01/1850	Carlota (inocente)	4 meses	convulsões	branca	h. da Conceição	C. da Misericórdia
03/01/1850	Maria Candida dos Reis	47	moléstia interior	branca	h. do Carmo	C. da Misericórdia
04/01/1850	Francisca	50	moléstia de pisto	preta africana (escrava)	h. branco	C. da Misericórdia
06/01/1850	Maria Candida dos Reis	-	molestia interior	criola (escrava)	h. preto	C. da Misericórdia
10/01/1850	Joaquina Isidora [Romeu]	29	moléstia interior	branca	h. preto	C. da Misericórdia
13/01/1850	Mariano de Araujo Trindade	50	febres	branco	h. preto	C. da Misericórdia
14/01/1850	Maria [Pessoa] da Silva	28	parto	branca	h. preto	C. da Misericórdia
15/01/1850	Antonio	7	febre reinante	branco	h. de cor	C. da Confraria dos Passos
20/01/1850	D. Maria Rita de Jesus Tavares	80	moléstia interior	branca	h. Carmelitano	C. da Misericórdia
24/01/1850	T. Coronel Bruno Antonio Meirelles	80	febre	branco	seu uniforme	C. da Misericórdia
26/01/1850	Coronel José dos Santos Monteiro	65	moléstia interior	branco	seu uniforme	C. da Confraria dos Passos
31/01/1850	Henrique da Costa Guimaraens	63	moléstia interior	preto africano (forro)	h. branco	[ilegível]
imagem 718						
22/07/1850	Rita Joaquina Gomes de Barros	20	febres	branca	h. Sta Filomena	C. da Misericórdia
23/07/1850	Gonçallo Nunes Bessa	26	moléstia interior	branco	h. S. Francisco	C. da Misericórdia
29/07/1850	Jeronima	80	[...] no estômago	criola (liberta)	h. branco	C. da Misericórdia
08/08/1850	Magdalena	23	[rever no site]	preta africana	h. preto	C. da Misericórdia
10/08/1850	Carlos Luisano Mendes	[ilegível]	moléstia interior	branco	seu uniforme	C. da Misericórdia
14/08/1850	Bárbara	30	porfíria	criola	h. preto	C. da Misericórdia
21/08/1850	Anna (inocente)	7	febre	branca	h. de cor	C. da Misericórdia
21/08/1850	Anna Rosa	56	porfíria	branca	h. branco	C. da Misericórdia
28/08/1850	Maria Francisca	30	[moléstia de peito]	branca	h. branco	C. da Misericórdia
30/08/1850	Justina Rosa de Braga	42	[moléstia de peito]	branca	h. de Sta. Maria do Socorro	C. da Misericórdia

FONTE: Imagem 712-718. Registros de óbito de Nossa Senhora da vitória do ano de 1850. Family Search.

Ainda por volta de 1850, a pompa fúnebre se faz presente, e os sacerdotes não levam em consideração a *causa mortis* da pessoa para que se faça realizar um sepultamento paramentado. De outro lado, pela amostragem, apenas duas pessoas se utilizam do *status* ritualístico dos sepultamentos religiosos católicos no ano de 1850, enquanto os demais seguem com a redução de tais representações. O número cai para 1 por volta de 1860.

Os brancos falecem mais de febres, enquanto os negros deixam a vida por conta das epidemias de bexiga e demais problemas de saúde como: tuberculose. Entretanto, uma rápida leitura nas informações segregadas dos registros de óbito nos leva a perceber uma disparidade entre a faixa média de idade com que negros e brancos morrem, sendo a faixa média entre os brancos acima em relação aos negros. Os negros não chegam a uma idade tão avançada, como os brancos, falecidos entre 20 e 70 anos, enquanto os negros falecem entre 15 e 60 anos, com poucos alcançando a idade de 80 anos.

Entre os homens, a presença do uniforme como hábito é mais comum, ao passo que entre as mulheres o hábito de devoção ganha destaque, o mesmo pode ser observado entre as crianças. Contudo, hábitos de cor “branco” e “preto” se fazem presentes em ambos os gêneros, masculino e feminino, excluindo-se o uso do hábito preto entre as crianças, por motivos que nossa pesquisa não conseguirá demonstrar.

Tabela 4: Discriminação dos tipos de hábitos comuns nos registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1850 a 1860.

HABITOS				
TIPO	BRANCO	SANTO DE DEVOÇÃO	UNIFORME	PRETO
HOMENS	5	7	4	6
MULHERES	9	18	0	8
CRIANÇAS	0	7	0	0

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 712 a 803.

Tabela 5: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

HABITOS 1850				
TIPO	BRANCO	SANTO DE DEVOÇÃO	UNIFORME	PRETO
HOMENS	0	2	3	2
MULHERES	4	4	0	3
CRIANÇAS	0	1	0	0

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 712 a 734.

Tabela 6: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

HABITOS 1855				
TIPO	BRANCO	SANTO DE DEVOÇÃO	UNIFORME	PRETO
HOMENS	3	5	1	2
MULHERES	3	6	0	2
CRIANÇAS	0	4	0	0

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 798 a 803.

Tabela 7: Amostragem dos tipos de hábitos mais utilizados em 1850. óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

HABITOS 1860				
TIPO	BRANCO	SANTO DE DEVOÇÃO	UNIFORME	PRETO
HOMENS	1	3	0	2
MULHERES	2	2	0	1
CRIANÇAS	0	2	0	0

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 873 a 880.

O cemitério é o destino de todos eles. Falecem de causas não naturais, corroborando com a conclusão a que chegamos no capítulo 2: São Luís era uma cidade que não oferecia muitas condições saudáveis na segunda metade do século XIX, mesmo que o avanço das ideias médicas e a reorganização urbana estivesse em plena institucionalização pelo menos entre 1855 e 1870. Passemos, pois, a verificar como se comportam os dados nos interstícios subsequentes de 1855 e 1860.

Tabela 8: Principais causas de Morte entre 1850 e 1860 em São Luís. óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

CAUSA DA MORTE				
Tipo de doença	C. da Misericórdia	C. dos Passos	Ilegível	Total
Molestia interior	17	3		20
Febre	13	3	1	16
Bexiga	8	2		10
Outras	16	2	2	18
Velhice	1	0		1

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 712 a 803.

De 1850 a 1855, observamos um pequeno crescimento no número de pessoas sepultadas com hábito religioso, algo que pode ser explicado pelo medo da epidemia de bexigas e a busca pela

resposta religiosa mediante a “falha” da ciência e preservar o corpo físico do indivíduo, que se volta para suas crenças na tentativa de preservar a alma. Em outra linha, de 1855 a 1860 recrudescer a utilização do hábito religioso, pulverizando-se em hábitos preto, branco e religioso ao mesmo tempo, sendo o último ainda bastante utilizado, o que pode significar a persistência do costume antigo ao mesmo tempo em que as práticas de encomendação passam por reduções. Um ritual mais enxuto reflete a tendência da igreja no movimento de secularização da sociedade.

Tabela 9: Registros de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1855.

DATA	NOME	IDADE	CAUSA DA MORTE	COR/CONDIÇÃO	HÁBITO	LOCAL
imagem 798						
26/01/1855	Damião	42	bexigas	preto	h. branco	C. da Misericórdia
imagem 797						
20/01/1855	Virginio	3	febres	branco	h. do Menino Deus	C. da Misericórdia
21/01/1855	Maria Magdalena	26	bexigas	cafusa (livre)	h. branco	C. da Misericórdia
imagem 798						
31/01/1855	Christina Rosa [Mousinho]	52	bexigas	parda (livre)	h. de Sta Theresa	C. da Misericórdia
01/02/1855	Jorge	50	[arrebentado]	preto (liberto)	h. branco	C. da Misericórdia
-/02/1855	Theodora Maria de Jesus	40	bexigas	pessoa livre	h. do Carmo	C. da Misericórdia
imagem 799						
14/02/1855	Manoel Rodrigues Martins	[ilegível]	moléstia interior	branco	h. branco	C. da Misericórdia
14/02/1855	João	7 meses	febres	branco	h. de São João	C. da Misericórdia
imagem 800						
07/03/1855	Ritta Quiteria dos Santos	30	bexigas	parda	h. preto	C. da Misericórdia
08/03/1855	Paulino Antonio Carneiro	25	inflamação	branco	h. do Carmo	C. da Misericórdia
09/03/1855	Antonio Jose d'Araujo Silva	34	bexigas	branco	h. do Carmo	C. da Misericórdia

FONTE: Imagem 798-799. Registros de óbito de Nossa Senhora da vitória do ano de 1850. Family Search.

Tabela 10: Registros de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de 1855. Continuação da tabela anterior.

imagem 801						
11/03/1855	Jose	7 meses	inflamação intestinal	branco	h. S. [Raymundo]	C. dos Passos
15/03/1855	Maria do Espírito Sancto	45	repentinamente	criola (liberta)	h. preto	C. da Misericórdia
17/03/1855	Raymundo	5	febres	-	h. S. Raimundo	C. da Misericórdia
-/03/1855	Maria	36	parto	criola	Sancta [ilegive]	C. da Misericórdia
21/03/1855	Olimpia	35	inflamação	preta	h. branco	C. da Misericórdia
02/04/1855	Maria José d'Aguiar	-	bexigas	parda (liberta)	h. da Conceição	C. da Misericórdia
03/04/1855	Maria Raymunda Ribeiro	15	bexigas	parda (livre)	h. da Conceição	C. da Misericórdia
03/04/1855	Lidia Rosa do Carmo	36	[hydropesia] de peito	criola	h. branco	C. da Misericórdia
imagem 803						
09/04/1855	Justino Antonio Pereira	23	moléstia interior	branco	h. S. Francisco	C. dos Passos
10/04/1855	Candido Vergolino Pereira	38	moléstia interior	branco	U. da G. Nacional	C. dos Passos
14/04/1855	Rofino Dias Braga	20	bexigas	branco	h. preto	C. dos Passos
15/04/1855	Maria da Conceição	50	[hydropesia]	fricana liberta	h. S. [Theresa]	C. dos Passos
18/04/1855	Pedro Nolasco	-	inflamação de fígado	pardo	h. de cor	C. dos Passos
18/04/1855	Joaquim José Rodrigues	46	bexigas	pardo (livre)	h. S. Francisco	C. dos Passos

FONTE: Imagem 798-799. Registros de óbito de Nossa Senhora da vitória do ano de 1850. Family Search.

O principal destino dos corpos era o cemitério municipal administrado pela Irmandade da Misericórdia, o antigo ou o novo, conhecido pelo nome de Cemitério do Gavião. Ao longo dos registros fica claro que a pompa já não é sinônimo de sepultamento adequado na segunda metade do século XIX.

Tabela 11: Relação de óbitos x local de sepultamento.

DISCRIMINAÇÃO DE GENERO/CONDIÇÃO SOCIAL/FAIXA-ETÁRIAPOR LOCAL DE				
QTD	C. da Misericórdia	C. dos Passos	Ilegível	Total
HOMENS	58	12	3	73
MULHERES	18	10	3	31
CRIANÇAS	37	3	0	0
BRANCOS	7	2	1	0
NEGROS	26	9	0	0
ESCRAVOS	30	3	2	0

FONTE: Registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís. FamilySearch. Imagens 712 a 803.

Os dados dos quais dispomos nos levam a evidenciar o seguinte: as crianças falecidas não utilizam o hábito preto, se concentrando no hábito do santo de devoção, hábito disputado por mulheres, as quais de um período a outro utilizam tanto o branco, quanto o preto, mas os homens parecem não ter a mesma constância, utilizando ambos em mesma proporção, mais ou menos.

A presença do hábito do santo de devoção entre mulheres e crianças nos fins da década de 1850 significa a constância nas representações sociais diante da morte condicionadas pela religiosidade, mas os elementos da boa morte vão sendo, gradativamente, diminuídos. Infelizmente não dispomos dos dados acerca da quantidade de sacramentos dispensados aos falecidos.

Nossas conclusões, tomando por base a dinâmica entre os registros testamentários e de óbitos, da cidade de São Luís, entre 1850 e 1866, mais ou menos, é que as representações coletivas diante da morte sofrem transformações progressivas de uma década para outra. A morte, no que diz respeito as últimas vontades do jacente, torna-se individualista e protocolar, instando no testamento o documento secular de passagem dos bens a geração ou a pessoas próximas, caso o testador não tenha herdeiros. Percebemos a influência das relações de compadrio, o que nos sugere que a percepção da morte familiar ainda subsiste nesta sociedade religiosa em um tempo secularizado.

Os registros de óbitos, por outro lado, fornecem uma visão mais lenta, e ao mesmo tempo microscópica, das transformações das representações diante da morte. Ajuda a compreender que se trata ainda de uma sociedade profundamente alicerçada na fé católica e nos padrões ritualísticos de boa morte, ao paço que se adequa as novas ideias científicas implementadas na cidade, e é, pois, desse fato que buscamos compreender problematicamente o processo de secularização: processo lento, coexistente, progressivo e dinâmico. A sociedade era religiosa, mas o

tempo já se havia secularizado, e seus impactos visíveis na sociedade podem ser tomados como: urbanização; higienismo e descaracterização do sagrado.

Uma das falhas de nossa pesquisa reside no tamanho da amostragem e na falta de comparação dos dados estatísticos com os dados de outra freguesia, o que pode ser sanado em outra pesquisa mais profunda. Contudo, esta característica não nos impede de inferir na possibilidade correta de um processo de secularização da morte evidente na segunda metade do século XIX na cidade de São Luís-MA.

CONCLUSÕES

A morte como fator histórico encantou e tem encantado historiadores ao longo dos tempos, mais que isso, tem se revelado um campo e um objeto de pesquisa promissores para novas descobertas acerca do imaginário social, dos vestígios materiais e das relações humanas, das simples às mais complexas. Contudo, revisitar as metodologias e olhar de forma problemática para esse campo se faz necessário e foi isso o que buscamos fazer nesse trabalho.

Partimos dos clássicos para os mais atuais estudos sobre morte e morrer, simplesmente para situar o leitor no quadro geral da produção bibliográfica que tal campo tem movimentado ao longo de pelo menos mais de meio século. Observamos, nesse ínterim, que a morte medieval, rica em significados e pobre em demonstrações, a exceção dos rituais voltados para os funerais de reis e membros da nobreza, passou por intensas modificações no interstício do XVI para XVIII, fruto das efervescentes conquistas humanas no campo da ciência, navegações, comércio e conquistas territoriais. Essa efervescência influenciou o quadro das relações sociais, num primeiro plano, no campo da cultura, e por sua vez do imaginário. Os cemitérios, descolados das igrejas, nascem no medievo.

Ainda assim, a prática medievá de sepultamento *ad sanctus apud ecclesiam*, continuaram até meados do século XIX em plena insurgência das ideias médicas contra as práticas e os costumes considerados “atrasados” e “anti-higiênicos”. Insurgência motivada pelos ideais iluministas do século XVIII, que se faz ecoar até os dias atuais, tal é o peso da cultura e do imaginário nas práticas humanas, e do positivismo nascente no século XIX. Nenhuma transformação de modo e local se deu de maneira unânime e equânime nas várias regiões e cidades do Brasil, mas os fatores se assemelham.

No Rio de Janeiro, os mortos foram condicionados a novos tratamentos, desde o funeral até o sepultamento, por volta de 1850, no período da epidemia de febre amarela, não que as discursões a respeito da mudança nas práticas fúnebres já não viessem sendo discutidas na década anterior. Em Salvador, a resistência ao tipo de administração a que se entregaria o cemitério público, em 1836, parece ter se revelado o maior fator de agravamento, uma vez que o “o comércio da morte” era largamente praticado pelas irmandades religiosas, segundo apontam os próprios estudos de João José Reis.

A cidade de Recife-PE apresenta processo semelhante ao que ocorreu em São Luís-MA. A criação do cemitério público obedeceu aos preceitos eclesiásticos e ao civil, perdurando a dualidade de difícil definição que viemos abordando até aqui entre o privado e comum, entre

religioso metafísico e o secularismo. A cidade de São Paulo teve desenvolvimento ainda mais acentuado do processo de secularização dos lugares dos mortos, evidenciado pela forte presença da maçonaria em meios de comunicação e de perfis influentes na sociedade. Um estudo sobre os funerais de oposição, de Cláudia Rodrigues, demonstra o quão presentes estavam os elementos políticos, religiosos e médicos em um mesmo lugar e momento, e como os funerais foram utilizados como elementos de representação e resistência.

Em Belém-PA, as disputas entre religiosos e maçons expôs a morte como sistema de representação social e política, e ainda revelou o estreito laço mantido entre alguns membros do clero e a maçonaria, aspectos pelos quais nos baseamos para afirmar que o processo de secularização da morte encontrou na flexibilidade religiosa, de alguns locais, apoio para se desenvolver. A própria Igreja sofria o processo ao mesmo tempo em que buscava combatê-lo através do movimento “ultramontano”.

Chegamos a São Luís da segunda metade do século XIX, e encontramos um lastro do processo de secularização, que encontrou ambiente favorável ao seu desenvolvimento: sociedade não organizada como a que existia em Salvador; uma cidade propícia a doenças endêmicas fatais e por isso mesmo, exemplos visíveis do medo propalado pelas ideias médicas; um poder político irmanado com as autoridades eclesiásticas influenciando-se mutuamente em benefício próprio, assim como, registros históricos precisos de que os cemitérios não eram mais apenas espaços sagrados, mas um bem da municipalidade e dela dependia a carta de pleno funcionamento. As fontes com as quais trabalhamos, registros de óbitos e testamentos, nos ajudam a corroborar acerca do processo de secularização da morte por meio de algumas conclusões.

No século XIX, em São Luís do Maranhão, as mudanças nos hábitos relacionados à morte refletiram o impacto da modernização, das reformas urbanas e do medo das epidemias. Nesse contexto, a cidade começou a experimentar transformações profundas em sua organização espacial e sanitária. As reformas urbanas trouxeram um novo ordenamento dos espaços destinados aos mortos, com a criação de cemitérios fora do perímetro urbano, em substituição aos tradicionais enterramentos nas igrejas, prática que era comum até então.

Esse movimento de afastamento dos mortos do convívio diário dos vivos, tanto por questões de higiene quanto de controle sanitário, foi impulsionado pelas recorrentes epidemias que assolavam a cidade, como a cólera. O medo das doenças e a necessidade de conter seu avanço

fomentaram a adoção de medidas modernizadoras, como a instalação de sistemas de saneamento e regulação dos sepultamentos, contribuindo para a reconfiguração das práticas funerárias.

Ao longo da segunda metade do século XIX, pode ser observada a diminuição gradual da ênfase em rituais religiosos em favor de práticas mais laicas ou simplificadas. Isso inclui a redução do número de missas encomendadas, menor preocupação com indulgências ou menor incidência de menções a tradições religiosas nos testamentos.

As confrarias religiosas eram instituições importantes para a organização dos ritos fúnebres. Uma análise dos testamentos revelou a frequência com que as pessoas deixavam recursos para essas instituições ou encomendavam serviços religiosos. Um declínio nessas práticas ao longo do século indica um processo de secularização.

Nos testamentos, além das questões patrimoniais, as pessoas frequentemente expressavam desejos quanto aos rituais religiosos a serem realizados após sua morte. Contudo, esses documentos do século XIX mostraram uma diminuição das recomendações espirituais, como pedidos de orações, missas e indulgências.

Dessa forma, a secularização da morte foi um processo gradual e complexo, coexistindo com as práticas antigas de longa duração, mas movimentando-se no campo do imaginário social e religioso. Defendo a ideia de que os cemitérios secularizados são fruto de uma mudança na cultura da morte, por tanto, um processo que redireciona o imaginário e a visão social e política acerca de um fenômeno e como ele foi compreendido ao longo do tempo. A morte foi “domada”, no medievo, perdemos o controle dela na modernidade devido o medo que as epidemias infligiam no inconsciente das pessoas pelo seu alto grau de flagelo, e dela quisemos nos afastar, o que nos leva ao último estágio da secularização da morte que a terceirização do cuidado com os mortos e o constante esquecimento do que ela é.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700 – 1830)**. 1997. Acesso em: <https://hdl.handle.net/10316/47432>. Acessado em: 25/03/2024.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ARIÈS, Philippe. Testar: um dever de consciência, um acto pessoal. Segunda parte: a minha morte. In: **O Homem diante da morte**. Trad. Ana Rahaça. Ed. nº: 106047/7453, agosto de 2000, p.238.
- BAKER, J. H. **An Introduction to English Legal History**. 4. ed. London: Butterworths, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, Estevam de. **Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos, penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N. S. P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas**. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677.
- CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756 a 1911)**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.
- CASTRO, Estevam de. Da forma, e ordem de fazer o testamento, conforme as advertências ditas. **Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos, penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N. S. P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas**. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677, p.100.
- CAMPOS, Marize. **Senhoras Donas**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2018.
- CRAWFORD, M. H. **Roman Statutes. Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement**. London: Institute of Classical Studies, 1996.
- COE, Agostinho Junior de Holanda. O MAL ENCRUECE VISIVELMENTE”: as epidemias de varíola e a censura dos higienistas aos sepultamentos nas igrejas. “**Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**”: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828 – 1855). Dissertação (Mestrado em História social)140p – Universidade Federal de Fortaleza – UFC. 2008, p.69-83.
- COE, Agostinho Junior Holanda. As políticas Públicas de higiene e o fim dos sepultamentos nas igrejas de São Luís (1828 – 1855). **III Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís-MA, 2007. Acesso em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34196/1/2007_eve_ajhcoe.pdf. Acessado em: 23/01/2024.
- COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A, 1961. Versão digital 2006 em: www.ebooksbrasil.org, p.16-32.
- DOURADO, Luís Antônio de Mourão. **Religiosidade Afro-Brasileira em São Luís do Maranhão**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2005.

- ELIAS, Norbert. **A solidão dos Moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Trad. Plínio Dentzien. Zahar, 2001.
- FAORO, Raymundo: **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: O Globo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 27ª ed. Trd. Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. Trad. Francis Petra Janssem. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- HENRY R. Loyn. **Dicionário da Idade Média**. Henry R. Loyn (org). Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.363-365.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Camara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia editora Nacional. 1942, p.403-404.
- KITTEL, C. **Wealth and Society in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LAWERS, Michel. Lugares consagrados. *In: O nascimento do Cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. São Paulo: Unicamp, 2019, p.75-113. E _____. *Categorias do Sagrado. In: O nascimento do Cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. São Paulo: Unicamp, 2019, p.115-141.
- LAQUEUR, Thomas. **The Work of Dead: A Cultural History of Mortal Remains**. Princeton University, 2018.
- LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Editora Estampa, 1995.
- LIMA, Tania Andrade. De morcegos a caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidades e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista. São Paulo**, v.2, jan./dez, 1994, p.87-150.
- LIMA, Edylene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. Dissertação (Mestrado em História e Cultura histórica) - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2009. 139p.
- MEIRELES, Mário. **História de São Luís**. 2. ed. São Luís: Editora da UFMA, 2002.
- MUIR, Edward. **Ritual in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PESSOA, Petrucio L. A. - **Ubi corpus meum sepelire iubeo** : o culto dos mortos nos mosteiros cistercienses (1185-1367). Coimbra : [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado. Disponível na WWW em:<http://hdl.handle.net/10316/30877>, p.27.

PIMENTA, Tania Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. **Cadernos CEDES**, maio de 2003. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LF79n7MyS8tYnjFvkGmLbvjk/>. Acessado em: 2024.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RAMOS, Danielle de Cassia Afonso. **REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO**: um olhar sobre a instrução pública e a educação no Maranhão do século XIX. Monografia – (GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO) – Universidade de Brasília – UNB. Brasília-DF: 2017, p.23.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência**: os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). São Luís: EDUFMA, 2015, p.2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de Conceitos Históricos**. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva (ores). 2ª Ed. São Paulo: Contexto 2009, p.297-298.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de Conceitos Históricos**. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva (ores). 2ª Ed. São Paulo: Contexto 2009, p.213-214.

SILVEIRA, Carlos Henrique Pinto da. A irmandade da Misericórdia: disputas pelos ritos fúnebres e urbanização em São Luís na segunda metade do século XIX. **Outros tempos**, volume 5, nº 6, dezembro de 2008 – Dossiê Religiões e Religiosidades.

SOARES, Mariza de Carvalho (Org). **Devotos de cor**: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SCHOFIELD, R. S. **Family Structure, Social Change and Economic Growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **A sociedade dos Vivos e os Mortos no Brasil Colonial**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.15.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FONTES

Publicação a pedido. In: **Diário do Maranhão**, nº126, 1858, p.03.

Almanak Administrativo, Industrial e Mercantil da Província do Maranhão, 1860, p.499. Acesso em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 10/02/2023.

A Imprensa. São Luís. 1861, p.03.

Diário do Maranhão. São Luís. 1879, nº1913, p.01.

O Commercio de Caxias apud Diário do Maranhão. 1876, nº763, p.02.

A Imprensa, 1861, p.03.

Jesuítas e tribunos. **Diário do Maranhão**, nº396, 1874, p.01.

Almanak Administrativo da Província do Maranhão. São Luís. 1861.

Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1841. In: **Coleção dos regulamentos expedidos pelo governo provincial para execução das leis da Assembleia da Província do Maranhão**. São Luís. 1835 a 1856, p.27. Acesso em: <file:///C:/Users/allef/OneDrive/Documents/Regulamento%201.pdf>. Acessado em: 10/01/2024.

O GLOBO, 1855, n.348, p.02-03

Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1841. In: **Coleção dos regulamentos expedidos pelo governo provincial para execução das leis da Assembleia da Província do Maranhão**. São Luís. 1835 a 1856, p.24-45. Acesso em: <file:///C:/Users/allef/OneDrive/Documents/Regulamento%201.pdf>. Acessado em: 10/01/2024.

SANTA CASA DA MISERICORDIA: provedor nato. In: Almanak Administrativo do Maranhão. São Luís. 1859, p.105.

Almanak Administrativo da Província do Maranhão. São Luís. 1872, p.405; 1875, p.418.

103 Acesso em: [http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv-2.0.2/app.html?isHomeDomain=true&isOnlyInstance=true&manifestUri=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Fservices%2Ftitle%2Fmanifest%2F169&embedScriptUri=http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv-2.0.2/lib/embed.js?rn7y7g&embedDomain=ddsnext.crl.edu&domain=ddsnext.crl.edu&isLightbox=false&locale=en-GB:English%20\(GB\)&config=/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer-conf/config_title.json?c=4&c=0&m=44&s=0&cv=0&r=0&xdm_e=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Ftitles%2F169&xdm_c=default4281&xdm_p=4#](http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv-2.0.2/app.html?isHomeDomain=true&isOnlyInstance=true&manifestUri=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Fservices%2Ftitle%2Fmanifest%2F169&embedScriptUri=http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv-2.0.2/lib/embed.js?rn7y7g&embedDomain=ddsnext.crl.edu&domain=ddsnext.crl.edu&isLightbox=false&locale=en-GB:English%20(GB)&config=/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer-conf/config_title.json?c=4&c=0&m=44&s=0&cv=0&r=0&xdm_e=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Ftitles%2F169&xdm_c=default4281&xdm_p=4#). Acessado em: 18/02/2024.

Saúde publica: **Relatório com que o Exm. Senr. João Silveira de Souza, Presidente desta Província, abriu a Assembleia Legislativa provincial no dia 3 de maio de 1860**, p.10. Acesso em: http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv-2.0.2/app.html?isHomeDomain=true&isOnlyInstance=true&manifestUri=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Fservices%2Ftitle%2Fmanifest%2F169&embedScriptUri=http://ddsnext.crl.edu/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewer/dist/uv2.0.2/lib/embed.js?rn7y7g&embedDomain=d

[dsnext.crl.edu&domain=ddsnext.crl.edu&isLightbox=false&locale=enGB:English%20\(GB\)&config=/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewerconf/config_title.json?c=4&c=0&m=38&s=0&cv=0&r=0&xdm_e=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Ftitles%2F169&xdm_c=default2759&xdm_p=4#](https://dsnext.crl.edu&domain=ddsnext.crl.edu&isLightbox=false&locale=enGB:English%20(GB)&config=/modules/custom/dds3_frontend/js/universalviewerconf/config_title.json?c=4&c=0&m=38&s=0&cv=0&r=0&xdm_e=http%3A%2F%2Fddsnext.crl.edu%2Ftitles%2F169&xdm_c=default2759&xdm_p=4#) Acessado em: 18/02/2024.

Governo da província. **Diário do Maranhão**. São Luís. 1855, nº38, p.04.

Editaes. **Publicador Maranhense**. São Luís. 1850, nº940, p.03.

Parecer acerca dos meios de obstar a importação da Epidemia da Bahia, e de diminuir a sua intensidade no caso que ela appareça n'esta cidade. **Publicador Maranhense**. São Luís. 1850, nº928, p.01-03.

Assembleia província. **Diário do Maranhão**. São Luís. 1855, nº233, p.03.